

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL E
DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL - PPGPLAN

IVONETI DA SILVA RAMOS

A importância dos atributos territoriais específicos na geração de renda na
agroindústria familiar na Serra Catarinense

FLORIANÓPOLIS

2025

IVONETI DA SILVA RAMOS

A importância dos atributos territoriais específicos na geração de renda na agroindústria familiar na Serra Catarinense

TESE APRESENTADA COMO REQUISITO PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL PELO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED, DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC.

Orientador: Prof. Dr. Valério Alécio Turnes

Coorientador: Prof. Dr. Ademir Antônio Cazella

FLORIANÓPOLIS

2025

<<https://fichacatalografica.sistemas.udesc.br/geraficha.php>>

Silva Ramos, Ivoneti da. **A importância dos atributos territoriais específicos na geração de renda na agroindústria familiar na Serra Catarinense**. 2025. 106 p. Tese (doutorado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, Florianópolis, 2025.

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Universitária Udesc,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Silva Ramos, Ivoneti da
A IMPORTÂNCIA DOS ATRIBUTOS TERRITORIAIS
ESPECÍFICOS NA GERAÇÃO DE RENDA NA
AGROINDÚSTRIA FAMILIAR NA SERRA CATARINENSE /
Ivoneti da Silva Ramos. -- 2025.
106 p.

Orientador: Valério Alécio Turnes
Coorientador: Ademir Antônio Cazella
Tese (doutorado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina,
Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de
Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento
Socioambiental, Florianópolis, 2025.

1. Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS). 2. Cesta de
Bens e Serviços Territoriais (CBST). 3. Renda de Qualidade
Territorial (RQT). 4. Atributos Territoriais Específicos. 5. Escala
MATER. I. Turnes, Valério Alécio. II. Cazella, Ademir Antônio. III.
Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências
Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em

IVONETI DA SILVA RAMOS

A importância dos atributos territoriais específicos na geração de renda na agroindústria familiar na Serra Catarinense

TESE APRESENTADA COMO REQUISITO PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL PELO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED, DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC.

Orientador: Prof. Dr. Valério Alécio Turnes

Coorientador: Prof. Dr. Ademir Antônio Cazella

BANCA EXAMINADORA

Valério Alécio Turnes, Dr.

Universidade do Estado de Santa Catarina UDESC

Membros:

Profª Drª Isa de Oliveira Rocha

Universidade do Estado de Santa Catarina UDESC

Prof. Dr. Arnaldo José de Lima

Universidade do Estado de Santa Catarina UDESC

Profª Drª Paola Beatriz May Rebollar

Universidade Federal de Santa Catarina UFSC

Profª Drª Carmen Rosario Ortiz Gutierrez Gelinski

Universidade Federal de Santa Catarina UFSC

Florianópolis, 07 de julho de 2025.

AGRADECIMENTOS

A realização desta tese não teria sido possível sem o apoio, a inspiração e o conhecimento de pessoas fundamentais ao longo do processo.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Valério Alécio Turnes, pela orientação firme, pela escuta atenta e pelo incentivo constante à reflexão crítica e ao rigor acadêmico. Sua confiança e generosidade intelectual foram essenciais em todas as etapas deste trabalho.

Ao meu coorientador, Prof. Dr. Ademir Antônio Cazella, agradeço profundamente pelas contribuições teóricas e metodológicas, pelas provocações instigantes e pela disponibilidade permanente para o debate.

Ao Prof. Dr. Bernard Pecqueur e seus colegas de pesquisa, meu sincero reconhecimento pela elaboração dos referenciais da Renda de Qualidade Territorial (RQT) e da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST), que se configuraram a base conceitual e a principal inspiração para esta pesquisa. Suas ideias abriram caminhos para compreender os vínculos entre economia, território e desenvolvimento.

Aos professores e colegas do PPGPLAN, por contribuírem de forma tão significativa para ampliar e aprofundar minha paixão pelos estudos em desenvolvimento territorial sustentável. As trocas ao longo do percurso foram fundamentais para enriquecer este trabalho e a minha trajetória como pesquisadora.

À banca examinadora, meu sincero agradecimento pela generosidade em se debruçar e contribuir a um texto por vezes atravessado por caminhos múltiplos e construções ainda em edificação.

Agradeço a minha família, pelo apoio emocional e compreensão diante das ausências e das longas jornadas de estudos. Aos amigos, que souberam sustentar meu ânimo com palavras de incentivo, escuta afetuosa e companheirismo.

A todos vocês, minha mais sincera gratidão.

*O desenvolvimento territorial não se faz por
decreto: é uma construção de atores...*

(Bernard Pecqueur, 2005)

RESUMO

Esta tese investiga a importância dos atributos territoriais específicos na valorização da produção das agroindústrias familiares (AIFs) da Serra Catarinense, sob a perspectiva da Renda de Qualidade Territorial (RQT). Fundamentada nos referenciais teóricos da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) e da própria RQT, a pesquisa desenvolve e aplica uma matriz de especificação de atributos territoriais, - a Escala MATER - a partir de dados coletados junto a 30 AIFs da Associação dos Municípios da Região Serrana (AMURES), com base em pesquisa primária realizada pelo Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território (Lemate) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) nos anos de 2021 e 2022. A metodologia adotada envolveu pesquisa bibliográfica combinada com estudo de caso. A análise descritiva dos dados, conduzida por meio de abordagens qualitativa e quantitativa, possibilitou a articulação entre atributos simbólicos, desempenho econômico e estratégias de comercialização. Verificou-se que a maioria das AIFs não realiza a mensuração sistemática de seus custos de produção, o que inviabiliza a evidência direta da existência da RQT. Como alternativa metodológica, adotou-se o índice de margem líquida total como *proxy* para a análise da renda de qualidade territorial. O estudo de caso do queijo serrano demonstrou a relevância dos atributos territoriais específicos na geração de valor. A pesquisa confirma a hipótese de que os atributos territoriais são importantes na dinâmica de valorização e geração de renda nas AIFs da Serra Catarinense. Contudo, sua efetivação plena ainda depende da articulação de estratégias estruturantes que envolvam conscientização por parte dos atores locais acerca dessa importância, fortalecimento de marcas coletivas, organização produtiva e construção de formas de governança territorial mais integradas. Conclui-se que o modelo de análise proposto contribui metodologicamente para o avanço dos estudos sobre a RQT no Brasil e oferece subsídios concretos para o planejamento territorial sustentável. Recomenda-se, para pesquisas futuras, o aprofundamento da aplicação da Escala MATER em outros territórios, o fortalecimento institucional das AIFs, a capacitação dos atores locais para que compreendam e se apropriem dos benefícios da valorização territorial, bem como o desenvolvimento de mecanismos de monitoramento contínuo da relação entre atributos territoriais, desempenho econômico e desenvolvimento territorial sustentável.

Palavras-chave: Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS); Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST); Renda de Qualidade Territorial (RQT); Atributos Territoriais Específicos; Escala MATER.

ABSTRACT

This thesis investigates the importance of specific territorial attributes in enhancing the value of production from family agro-industries in the Serra Catarinense region, through the lens of Territorial Quality Rent (RQT). Grounded in the theoretical frameworks of the Basket of Territorial Goods and Services (CBST) and RQT itself, the research develops and applies a matrix for specifying territorial attributes, known as the MATER Scale, based on data collected from 30 family agro-industries belonging to the Association of Municipalities of the Serra Region (AMURES). This data was gathered through primary research conducted by the Laboratory for Studies on Agricultural Multifunctionality and Territory (Lemate) at the Federal University of Santa Catarina (UFSC) during 2021 and 2022. The adopted methodology involved a combination of bibliographic research and case study. The descriptive analysis of the data, carried out using both qualitative and quantitative approaches, enabled the articulation between symbolic attributes, economic performance, and marketing strategies. It was observed that most agro-industries do not systematically measure their production costs, making it impossible to provide direct evidence of the existence of RQT. As a methodological alternative, the total net margin index was adopted as a proxy for analyzing territorial quality income. The case study on serrano cheese demonstrated the relevance of specific territorial attributes in value creation. The research confirms the hypothesis that territorial attributes play a significant role in the dynamics of value creation and income generation in family agro-industries in the Serra Catarinense. However, the full realization of this potential still depends on the articulation of structural strategies that involve raising awareness among local actors about this importance, strengthening collective brands, improving productive organization, and building more integrated forms of territorial governance. It is concluded that the proposed analytical model contributes methodologically to advancing studies on RQT in Brazil and provides concrete inputs for sustainable territorial planning. For future research, it is recommended to deepen the application of the MATER Scale in other territories, strengthen the institutional capacity of family agro-industries, train local actors to understand and harness the benefits of territorial valorization, and develop continuous monitoring mechanisms for the relationship between territorial attributes, economic performance, and sustainable territorial development.

Keywords: Sustainable Territorial Development; Territorial Basket of Goods and Services (CBST); Territorial Quality Rent (RQT); Specific Territorial Attributes; MATER Scale.

RÉSUMÉ

Cette thèse examine l'importance des attributs territoriaux spécifiques dans la valorisation de la production des agro-industries familiales de la Serra Catarinense, sous la perspective de la rente de Qualité Territoriale (RQT). Fondée sur les cadres théoriques de la Cesta de Biens et Services Territoriaux (CBST) et de la RQT, la recherche développe et applique une matrice de spécification des attributs territoriaux - l'échelle MATER - à partir de données collectées auprès de 30 agro-industries familiales de l'Association des Municipalités de la Région Serrana (AMURES), sur la base d'une enquête primaire réalisée par le Laboratoire d'Études sur la Multifonctionnalité Agricole et le Territoire (Lemate) de l'Université Fédérale de Santa Catarina (UFSC), durant les années 2021 et 2022. La méthodologie adoptée a combiné une recherche bibliographique et une étude de cas. L'analyse descriptive des données, menée à l'aide d'approches qualitative et quantitative, a permis l'articulation entre les attributs symboliques, la performance économique et les stratégies de commercialisation. Il a été constaté que la majorité des agro-industries ne réalise pas de mesure systématique de ses coûts de production, ce qui empêche de démontrer directement l'existence du RQT. Comme alternative méthodologique, l'indice de marge nette totale a été adopté comme proxy pour l'analyse du revenu de qualité territoriale. L'étude de cas sur le fromage serrano a démontré la pertinence des attributs territoriaux spécifiques dans la création de valeur. La recherche confirme l'hypothèse selon laquelle les attributs territoriaux jouent un rôle important dans la dynamique de valorisation et de génération de revenus au sein des agro-industries familiales de la Serra Catarinense. Toutefois, leur pleine effectivité dépend encore de l'articulation de stratégies structurelles impliquant la sensibilisation des acteurs locaux à cette importance, le renforcement des marques collectives, l'organisation productive et la construction de formes de gouvernance territoriale plus intégrées. Il est conclu que le modèle d'analyse proposé contribue méthodologiquement à l'avancement des études sur la RQT au Brésil et offre des bases concrètes pour la planification territoriale durable. Pour les recherches futures, il est recommandé d'approfondir l'application de l'Échelle MATER dans d'autres territoires, de renforcer l'institutionnalisation des agro-industries familiales, de former les acteurs locaux afin qu'ils comprennent et s'approprient les bénéfices de la valorisation territoriale, ainsi que de développer des mécanismes de suivi continu de la relation entre les attributs territoriaux, la performance économique et le développement territorial durable.

Mots-clés : Développement territorial durable; Panier de Biens et Services Territoriaux (CBST); Rente de Qualité Territoriale (RQT); Attributs territoriaux spécifiques; Échelle MATER.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Matriz sintética de verificação da Renda de Qualidade Territorial.....	17
Figura 2: Modelo Preliminar da Matriz de Atributos Territoriais – Especificações de Recursos (Escala MATER).....	56
Figura 3: Classificação - Escala MATER.....	59
Figura 4: Simulado MATER.....	60
Figura 5: Simulado da Escala MATER aplicado a agroindústrias de queijo serrano da Serra Catarinense (amostra).....	60

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição das agroindústrias por tipo de produtos.....	55
Gráfico 2 - Frequência Relativa Atributos Territoriais nas AIFs	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Modelos de cesta de bens e serviços territoriais.....	15
Quadro 2: Aspectos básicos do território dado e do território construído.....	41
Quadro 3: Visões de estudiosos sobre território.....	42
Quadro 4: Descritores dos atributos territoriais na MATER.....	57
Quadro 5: Percentual de Agroindústrias Familiares (AIFs) pesquisada por município (2021/2022)	63
Quadro 6: Síntese dos atributos em destaque nas AIFs pesquisadas.....	69
Quadro 7: Escala Mater aplicada a 27 AIFs da Amures.....	73
Quadro 8: Análise por categoria da Escala MATER.....	74
Quadro 9: Top10 na Escala MATER entre as AIFs pesquisadas.....	75
Quadro 10: Top10 das AIFS por faturamento bruto anual (ano 2022)	76
Quadro 11: Top10 das AIFs pelo Índice de Margem Líquida Total (2022)	79
Quadro 12: Canais de comercialização preponderantes das melhores AIFs TOP10 no Índice de Margem Líquida Total.....	80
Quadro 13: Comparativos de preços e custos – queijo serrano.....	82
Quadro 14: Comparativos de preços e custos – morangos.....	84
Quadro 15: Comparativos de preços e custos – mel.....	85
Quadro 16: Elementos sintético-analíticos com base nos referenciais da CBST e da RQT.....	88

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Divisão geopolítica e física de Santa Catarina (Território dado).....	43
Mapa 2: Associação de Municípios de Santa Catarina (Território construído).....	45
Mapa 3: Municípios que compõem a Amures.....	46
Mapa 4: Composição da Serra Catarinense.....	47
Mapa 5: índice de Vulnerabilidade - Santa Catarina.....	49
Mapa 6: Municípios com agroindústrias familiares na Amures (amostra).....	54
Mapa 7: Distribuição espacial do Faturamento - AIFs (2022).....	77
Mapa 8: Localização espacial queijos serranos com comparativo de preços e custos....	83
Mapa 9: Espacialidade das AIFs produtoras do mel de bracatinga.....	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIF	Agroindústria Familiar
AMURES	Associação dos Municípios da Região Serrana
APROSERRA	Associação dos Produtores de Queijo Serrano da Serra Catarinense
ACIL	Associação Empresarial de Lages
CBST	Cesta de Bens e Serviços Territoriais
CISAMA	Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense
DTS	Desenvolvimento Territorial Sustentável
Lemate	Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território
MATER	Matriz de Atributos Territoriais – Especificação de Recursos
RQT	Renda de Qualidade Territorial
SC	Santa Catarina
SIE	Serviço de Inspeção Estadual
SIF	Serviço de Inspeção Federal
SISBI – POA	Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal
SIM	Selo de Inspeção Municipal
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 ATRIBUTOS TERRITORIAIS ESPECÍFICOS, RECURSOS E ATIVOS ESPECÍFICOS E A CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS.....	24
3 A RENDA DE QUALIDADE TERRITORIAL.....	32
4 ESTUDOS SOBRE A CBST E A RQT NO BRASIL.....	37
5 TERRITÓRIO ESTUDADO.....	41
6 PERCURSO METODOLÓGICO.....	50
6.1 TRILHA METODOLÓGICA.....	50
6.2 OS PRIMEIROS PASSOS.....	51
6.3 DELINEAMENTO E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	52
6.4 O ESTUDO DE CASO.....	53
7. MATRIZ DE ATRIBUTOS TERRITORIAIS – ESPECIFICAÇÃO DE RECURSOS (ESCALA MATER).....	56
7.1 O PRÉ-TESTE.....	60
8. ANÁLISE E REFLEXÕES SOBRE A ANCORAGEM TERRITORIAL DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES NA REGIÃO DA SERRA CATARINENSE.....	62
8.1 APLICAÇÃO DA ESCALA MATER AOS DADOS QUALITATIVOS.....	62
8.2 APLICAÇÃO DA ESCALA MATER AOS DADOS QUANTITATIVOS.....	72
9. ANCORAGEM TERRITORIAL DAS AIFS: RELAÇÕES COM A CBST E RQT...88	
9.1 LIMITES E POSSIBILIDADES.....	90
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.7
APÊNDICE A – PARA ALÉM DA TESE.....	104

1 INTRODUÇÃO

A linha de pesquisa desta tese, Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, orienta-se por investigações que abordem o planejamento do território, bem como alternativas para o desenvolvimento econômico, espacial e socioambiental. Nesse escopo, diversos estudos vêm evidenciando que a organização da produção e do consumo com base na valorização de atributos específicos dos territórios apresenta potencial para impulsionar a geração de renda e fomentar práticas sustentáveis de planejamento territorial. Nesse contexto, ganha destaque o enfoque teórico-metodológico da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST), bem como o conceito de Renda de Qualidade Territorial (RQT), que fundamentam a análise empreendida nesta pesquisa.

A origem desses referenciais teóricos remonta às crises que afetaram regiões agrícolas nas últimas décadas do século XX, as quais evidenciaram a necessidade de repensar estratégias para superar os desafios competitivos impostos por fatores naturais às áreas rurais. Na França, os pesquisadores Amédée Mollard e Bernard Pecqueur observaram que, em algumas dessas regiões em dificuldades econômicas, atores sociais ativaram de forma cooperada fatores de produção específicos, cuja qualidade estava diretamente associada ao território. A oferta conjunta de bens e serviços com ancoragem territorial deu origem ao enfoque teórico-metodológico da CBST (Lacroix, Mollard e Pecqueur, 2000; Pecqueur, 2001;). Impulsionada pela organização coletiva de atores locais, essa abordagem mostrou-se uma estratégia alternativa e promissora para o desenvolvimento. Além disso, os bens e serviços específicos promoveram um rendimento diferenciado, dando origem ao conceito da RQT (Mollard, 2001).

De maneira geral, a CBST pode ser compreendida como o conjunto de bens e serviços enraizados em um território, produzidos a partir de atributos territoriais específicos, incluindo o saber-fazer, a infraestrutura, o patrimônio histórico, cultural e natural, entre outros elementos que contribuem tanto para a qualidade de vida quanto para a atratividade econômica (Pecqueur, 2001; Hirczak et al., 2008, grifos meus). Já a RQT corresponde à renda gerada pela valorização articulada desses bens e serviços específicos do território (Mollard, 2001). Assim, enquanto a cesta representa o conjunto de bens e serviços específicos de um território, a renda de qualidade territorial reflete o resultado econômico que deriva da otimização e valorização desses produtos (Ramos et al., 2024).

Mas como os pesquisadores franceses chegaram a essas conclusões? Estudos realizados em territórios rurais da França demonstraram que, na década de 1980, o desenvolvimento sustentável em zonas economicamente desfavorecidas foi impulsionado pela valorização de

produtos agrícolas estreitamente vinculados ao território. A diferenciação desses produtos com base em sua origem geográfica e em saberes locais resultou na constituição de bens e serviços de qualidade territorial, aos quais foi agregado um valor diferenciado, perceptível e reconhecido pelos consumidores (Lacroix, Mollard e Pecqueur, 1997).

Esses achados foram aprofundados em estudos posteriores. Lacroix, Mollard e Pecqueur (1998), Mollard (2001) e Pecqueur (2001) desenvolveram os conceitos da CBST e da RQT a partir de pesquisas empíricas realizadas na região de *Baronnies*, no sul da França, com método comparativo aplicado à região de *Chablais*. Suas observações indicaram que os preços de determinados produtos e serviços de qualidade, fortemente ancorados no território, eram superiores aos de produtos similares, porém de origem geográfica distinta.

No caso de *Baronnies*, o azeite de *Nyons* (produto líder), impulsionava a valorização de bens e serviços relacionados, como vinhos locais, turismo rural, óleos essenciais e plantas aromáticas, que, ao se reforçarem mutuamente, geravam rendas conjuntas (efeito cesta). Ainda, havia redes articuladas de atores locais (governança territorial) em torno da produção e oferta, fator importante para organizar a atividade econômica territorial e propiciar a geração de rendas diferenciadas. No caso da região de *Chablais* (França) que produzia vinhos, queijos e serviços de turismo, os autores notaram uma oferta dispersa de bens e serviços, ou seja, não ocorria o mesmo círculo econômico virtuoso (Lacroix, Mollard e Pecqueur, 1997; Mollard, 2001; Pecqueur, 2001).

Mas havia necessidade de compreender o fenômeno para melhor descrevê-lo. Assim, Lacroix, Mollard e Pecqueur (1997) aprofundaram os estudos a partir do caso do azeite de *Nyons*, comercializado a um preço mais alto em comparação com azeites de outras regiões com custos semelhantes e características equivalentes (extravirgem, primeira prensagem a frio, acidez < 1%). Os pesquisadores consideraram outros fatores, tais como o azeite em estudo possuir denominação de origem controlada (Appellation d'Origine Contrôlée - AOC) desde a década de 1960 e o aumento da demanda global por azeite nas últimas décadas, que também influenciou os preços. De toda forma, se as condições produtivas eram similares, o que explicava a diferença de preços?

Na visão dos autores esta diferença de preço não poderia ser explicada apenas por uma qualidade intrínseca do azeite de *Nyons* (tipo de produção, qualidade da azeitona, sabor...), mas por: 1. sua associação com outros bens e serviços vinculados a ele dentro da cesta *Baronnies* (efeito cesta), que gera uma externalidade positiva¹ em torno da oferta de produtos relacionados

¹ Alfred Marshall na obra *Principles of Economic* (1890) abordou a ideia de economias e deseconomias externas, referindo-se aos efeitos indiretos que a produção de uma empresa pode ter sobre outras empresas ou sobre a

ou complementares, e todos se beneficiam (Lacroix, Mollard e Pecqueur, 1997); e 2. pela preferência do consumidor pelo território. Lacroix, Mollard e Pecqueur (2000) destacam que, embora a escolha dos consumidores seja geralmente influenciada pelas características intrínsecas dos produtos, a origem também pode ser um atributo valorizado. Os consumidores extraem utilidade do território de origem, incorporada como um atributo do produto, o qual pode se refletir como uma externalidade qualitativa refletida no preço final.

Em suma, os autores estavam realizando esse estudo empírico observando o movimento iniciado na década de 1980 e percebendo alguns fenômenos ligado ao comportamento da oferta e da demanda frente a estratégias de desenvolvimento numa era pós fordista com áreas rurais muito empobrecidas e à margem do processo de globalização. Então, estudaram comportamento dos preços, preferências do consumidor, externalidades, qualidade, território, redes de governança e passaram a descrever a CBST e a RQT. Além disso, os estudos apresentados indicam a importância dos atributos territoriais no contexto da CBST e da geração de RQT. Os atributos territoriais podem ser “ambientais, paisagísticos, históricos e culturais, bem como relacionados ao saber-fazer, aos processos únicos de produção e aos sistemas de governança territorial composto por atores públicos, associativos e privados” (Cazella, 2018, pg. 1). Esta temática se apresenta como eixo estruturante desta tese e será aprofundada no segundo capítulo.

Diante desse contexto das pesquisas francesas, emergiu o interesse em compreender como esses conceitos vêm sendo discutidos no contexto brasileiro, especialmente considerando que o desenvolvimento territorial sustentável integra as agendas de pesquisa no país desde a década de 1990, com destaque para políticas públicas como o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), instituído em 2003. No percurso inicial desta tese² foi realizado um levantamento bibliográfico que resultou na publicação do artigo *Renda de qualidade territorial: da teoria francesa aos estudos brasileiros*.

sociedade. Mas foi Arthur Cecil Pigou, em *The Economics of Welfare* (1920), quem formalizou a teoria das externalidades como um efeito indireto de uma atividade econômica sobre terceiros que não estão diretamente envolvidos na transação, cujo impacto pode ser positivo ou negativo. Aplicando o conceito à CBST, ocorre uma externalidade positiva quando um produto é beneficiado pela venda dos outros produtos territoriais, tendo ou não produção correlacionada, o que pode promover um efeito cesta.

²Esta tese é parte dos resultados de atividades previstas nos seguintes projetos de pesquisa: 1) O Enfoque da Cesta de bens e serviços territoriais: modelo de análise do Desenvolvimento Territorial Sustentável (Edital Universal do CNPq); 2) Desenvolvimento territorial sustentável: interfaces entre a Cesta de bens e serviços, mercados e marcas territoriais (Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc), Chamada Pública Fapesc nº 12/2020, Programa de Pesquisa Universal; 3) Inovação e transição sustentável: Cesta de bens e serviços em territórios amazônicos, Edital de chamada pública Confap nº 003/2022, Programa de apoio a projetos de pesquisa Iniciativa Amazônia +10, que conta com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc), Edital Suplemento nº 28/2022 (Termo de Outorga No 2022TR002173; 4) Desenvolvimento territorial sustentável: a Cesta de bens e serviços, mercados e marcas territoriais, Edital de bolsa

O estudo revelou que, no Brasil, as abordagens da CBST e da RQT são frequentemente tratadas de forma articulada em diversas publicações. Observa-se, contudo, que a RQT tem sido explorada predominantemente sob uma ótica conceitual, enquanto as aplicações empíricas concentram-se na CBST, com maior incidência de estudos realizados em territórios de Santa Catarina (Cazella, 2018; De Paula, 2019; Tecchio et al., 2021; Ribeiro et al., 2024), e com estudos localizados em outras regiões brasileiras, tais como a Amazônia (Medeiros et al., 2021).

A ausência de estudos aprofundados sobre a Renda de Qualidade Territorial (RQT) no Brasil configurou-se como um estímulo à continuidade da investigação, ao mesmo tempo em que impôs desafios metodológicos próprios de um campo ainda pouco explorado. A identificação de um tema com reduzida abordagem empírica revelou-se promissora para a contribuição científica, mas também complexa, diante das incertezas inerentes à delimitação do objeto de estudo. Nesse contexto, o percurso metodológico, iniciado com a elaboração do projeto da tese, passou por ajustes significativos, incluindo a reformulação da pergunta de pesquisa, da hipótese e dos objetivos do estudo.

Desde os primeiros contatos com a literatura sobre a RQT, observou-se a afinidade conceitual entre essa abordagem e os fundamentos das Ciências Econômicas e da Geografia, áreas que permeiam essa tese. Embora a CBST já apresentasse aplicações empíricas no Brasil, verificou-se que a RQT permanecia restrita ao campo conceitual. Diante disso, a pesquisa foi ampliada para publicações em outros idiomas. A partir do uso de operadores booleanos com os descritores “cesta de bens e serviços territoriais AND renda de qualidade territorial”, não foram identificadas evidências de estudos aplicados sobre a RQT em países além da França, onde o conceito foi originalmente desenvolvido. Tal constatação exigiu o aprofundamento na literatura francesa, com o objetivo de compreender o contexto de origem da RQT e delinear possibilidades de sua exploração no cenário brasileiro.

A constatação da escassez de estudos empíricos sobre a Renda de Qualidade Territorial (RQT), mesmo em contextos internacionais, evidenciou não apenas a originalidade do tema, mas também a complexidade envolvida em sua operacionalização analítica. Tal cenário justificou os ajustes que se mostraram necessários na própria arquitetura da tese. Nesse processo, foi importante reconhecer, com Bourdieu (1989, p. 27), que a construção do objeto

de produtividade em pesquisa CNPq – PQ 2022; 5) projeto integrador Coprodução, accountability e inovação: dilemas e perspectivas na administração pública contemporânea, do Grupo de Pesquisa Politeia, que contou com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina, Fapesc, e da Universidade do Estado de Santa Catarina, Udesc, no âmbito do Edital de Chamada Pública – PAP FAPESC Nº 48/2022, Apoio à infraestrutura para grupos de pesquisa da Udesc (Termo de Outorga Nº 2023TR000519), com vigência de 2023 a 2025.

de estudo não ocorre de forma imediata nem segue um programa de análise rigidamente pré-definido. Pelo contrário, trata-se de um percurso que se desenha progressivamente, por meio de sucessivos ajustes, revisões e refinamentos. Como afirma o autor: “é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correções, de emendas...”. Dessa forma, a redefinição do objeto de pesquisa considerou os seguintes aspectos ao longo dos estudos dos três primeiros anos do doutorado:

a) Ausência de comprovação do efeito cesta no Brasil

Na França, a aplicação inicial da RQT baseou-se na relação com o chamado efeito cesta, vinculado a uma CBST pura, como no caso de *Baronnies* (Lacroix, Mollard e Pecqueur, 1997). No entanto, para seguir essa abordagem no Brasil, seria necessário atender a duas premissas simultâneas: a existência de cestas de bens e serviços territoriais já consolidadas e a comprovação da ocorrência do efeito cesta em pelo menos uma delas. Até o momento, há avanços no inventário da CBST no Brasil, mas que ainda necessitam aprofundamentos.

b) Ressalvas relativas a produtos de especificidade territorial

Lacroix, Mollard e Pecqueur (1997) destacam que a oferta e a demanda apresentam dinâmicas próprias e complexas. Há produtos em *Baronnies*, por exemplo, a produção de cordeiros, com forte concorrência, que não se enquadra na cesta de mercadorias. Na região de *Chablais*, a proximidade com a Suíça favorece ao preço elevado da terra. São bens de valorização específica mas que não necessariamente se articulam com outras atividades produtivas.

c) A coexistência de diferentes tipos de cestas nos territórios

Os pesquisadores expandiram os estudos para outras regiões francesas, a fim de verificar se *Baronnies* seria um caso isolado. Os resultados indicaram que, dentro de um mesmo território, podem coexistir diferentes tipos de cestas: a cesta propriamente dita (como em *Baronnies*), a cesta híbrida, a cesta *top-down* e a cesta de iniciativas justapostas (Hirczak et al., 2008).

d) Novas perspectivas sobre a valorização dos recursos territoriais

Pecqueur (2024) ressalta a crescente relevância dos sistemas alimentares territoriais e, em particular, das agroindústrias familiares (AIFs) que transformam alimentos e os comercializam, em grande parte, nos mercados locais. Segundo o autor, essas pequenas

agroindústrias desempenham um papel fundamental na reconexão entre produção e território. O autor também alude ao fato de que as AIFs podem gerar uma renda diferenciada pela qualidade territorial.

e) Necessidade de uma matriz conceitual para compreender a valorização territorial no Brasil

O Brasil apresenta especificidades territoriais e socioeconômicas distintas da França. Mesmo que ambos sejam países ocidentais, suas realidades geográficas e populacionais diferem significativamente: o Brasil é aproximadamente quinze vezes maior em extensão territorial e tem três vezes mais habitantes, enquanto a França apresenta uma densidade populacional cinco vezes maior e um PIB per capita mais de cinco vezes superior ao brasileiro (Ramos et al., 2022). Essas diferenças³ impactam diretamente as políticas públicas e a organização social dos territórios. Embora os estudos existentes não avancem para uma comparação aprofundada entre regiões dos dois países, os dados disponíveis, mesmo sob uma perspectiva macro, reforçam a necessidade de que pesquisas aplicadas considerem as particularidades de cada contexto nacional.

f) Disponibilidade de dados da pesquisa sobre agroindústrias familiares da Serra Catarinenses realizada pela UFSC

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por meio do Lemate, conduziu uma pesquisa na Associação dos Municípios da Região Serrana (AMURES) na Serra Catarinense nos anos de 2021 e 2022 intitulada *Desenvolvimento territorial sustentável: interfaces entre a Cesta de bens e serviços, mercados e marcas territoriais* (Chamada Pública nº 12/2020 da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina - Fapesc). Os dados desse estudo foram tabulados entre 2022 e 2023 e disponibilizados para integrar esta tese, viabilizando a aplicação do estudo inicial sobre a RQT.

Essas reflexões permitiram formular duas frentes de investigação para uma abordagem inicial do tema no Brasil: 1. Estruturar uma matriz que permita escalar produtos com base em atributos territoriais; e 2. Aplicar aos dados das agroindústrias familiares da Serra Catarinense no contexto da renda de qualidade territorial.

Diante disso, esta tese busca responder à seguinte **pergunta de pesquisa**: a valorização dos atributos territoriais é um fator importante na dinâmica de geração de renda das agroindústrias familiares da Serra Catarinense? Para amparar a indagação desta tese, será

³ Para mais dados comparativos entre Brasil e França ler Ramos et al. (2022).

analisada a seguinte **hipótese**: a valorização de atributos territoriais é um fator importante para a dinâmica da renda nas agroindústrias familiares da Serra Catarinense.

Para investigar a hipótese levantada e responder a pergunta de pesquisa, a tese se baseará nos seguintes objetivos:

Objetivo Geral: Analisar a importância dos atributos territoriais como fator de valorização da produção das agroindústrias familiares da Serra Catarinense, na perspectiva da renda de qualidade territorial.

Objetivos específicos:

1. Apresentar os fundamentos teórico-metodológicos da Cesta de Bens e Serviços Territoriais e da Renda de Qualidade Territorial;
2. Desenvolver uma matriz conceitual que permita relacionar os atributos territoriais específicos à qualidade territorial de bens e serviços, adaptada à realidade brasileira;
3. Aplicar a matriz desenvolvida aos dados das agroindústrias familiares da Serra Catarinense para verificar sua adequação e potencial explicativo;
4. Identificar evidências empíricas da relação entre os atributos territoriais específicos e a possibilidade de geração de Renda de Qualidade Territorial nas agroindústrias familiares da Serra Catarinense.

Nesse contexto, a relevância desta pesquisa pode ser justificada por, pelo menos, dois aspectos principais:

1) Avanço metodológico: Este estudo busca contribuir para a área de desenvolvimento territorial sustentável ao aprofundar as interrelações entre os atributos territoriais específicos com a geração de RQT no contexto brasileiro. Uma renda que permanece invisível, pois não há ainda a contabilização específica de seus impactos. Embora esta tese não desenvolva um modelo de cálculo da RQT, mas abre uma agenda de investigação empírica que poderá contribuir para o desenvolvimento, futuramente, de arcabouço econômico e matemático para a aferição da RQT.

2) Avaliação de desempenho e planejamento territorial: a pesquisa também se justifica por proporcionar à sociedade uma visão mais detalhada de sua realidade produtiva, permitindo avaliar se os projetos de desenvolvimento territorial resultam, de fato, em ganhos econômicos e sociais. Além disso, pode fornecer subsídios para que atores públicos, associativos e empresariais aprimorem políticas e estratégias de desenvolvimento territorial sustentável.

Ainda neste rol de justificativas, salienta-se que, aprofundando as leituras sobre desenvolvimento territorial sustentável, especialmente aquelas produzidas no contexto brasileiro, foi possível identificar não apenas lacunas teóricas e metodológicas ainda pouco exploradas, mas também uma trajetória de interconexões entre as pesquisas ao longo do tempo. A tese de Guzzatti (2010), no tema do desenvolvimento territorial sustentável, propôs a integração de indicadores econômicos, sociais e ambientais como ferramenta para mensurar os impactos do desenvolvimento territorial, contribuindo para o planejamento e aprimoramento de políticas públicas. Em linha semelhante, Cazella et al. (2020) destacaram a necessidade de avanços no campo dos estudos sobre territórios, com ênfase na construção de um modelo voltado à estimativa da Renda de Qualidade Territorial (RQT) no Brasil.

A partir dessas contribuições iniciais, delinearam-se as primeiras expectativas para esta investigação. Contudo, verificou-se a necessidade de delimitações prévias para a adequada definição do objeto de estudo já explicadas. E tudo vai aos poucos fazendo sentido, quando se observa que mais de uma década após a publicação da tese de Guzzatti (2010), parte desse esforço começou a se materializar no trabalho de Turnes et al. (2022), intitulado *Monitoramento de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais: a construção de um painel de indicadores*. Tal constatação evidenciou o caráter cumulativo dos avanços científicos e metodológicos, além de reforçar a noção de que uma tese constitui uma etapa dentro de um processo contínuo de produção de conhecimento. Espera-se, portanto, que o presente estudo funcione como um ponto de apoio para pesquisas futuras, alinhadas às proposições de Cazella et al. (2020). Cabe mencionar que parte da produção acadêmica desenvolvida ao longo do doutorado encontra-se sistematizada no Apêndice A - *Para além da tese*.

Desta forma, acredita-se que os resultados desta tese contribuirão para dar maior visibilidade à valorização dos atributos específicos dos territórios, à CBST e à RQT, destacando o potencial das agroindústrias familiares no fomento ao desenvolvimento territorial por meio de sua produção. Além disso, espera-se que a pesquisa estimule novos estudos sobre o tema no Brasil.

A estrutura da tese compreende, inicialmente, um capítulo voltado ao conceito de atributos territoriais específicos, ao enfoque teórico-metodológico da CBST e aos fundamentos conceituais da RQT, com base nas contribuições pioneiras de pesquisadores franceses e demais autores internacionais, seguido dos estudos de casos brasileiros. Após, apresenta-se a contextualização do conceito de território para esta tese. Na sequência, descreve-se o percurso metodológico adotado na pesquisa. O capítulo seguinte apresenta uma proposta de matriz com escala de especificação territorial, elaborada para o estudo da RQT no Brasil e aplicada ao

contexto das agroindústrias familiares, com base em um estudo de caso na Serra Catarinense. Por fim, são discutidos os principais resultados obtidos e apresentadas as considerações finais.

2 ATRIBUTOS TERRITORIAIS ESPECÍFICOS, RECURSOS E ATIVOS ESPECÍFICOS E A CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS

As primeiras publicações que tratam do enfoque teórico-metodológico da CBST e da teoria da RQT datam da década de 1990. O enfoque da CBST compreende uma estratégia coletiva e diferenciada desenvolvimento territorial empreendida por um coletivo de multiatores, enquanto a RQT é um conceito correlacionado e resultante dessa estratégia de valorização de recursos territoriais específicos. Nessa associação, a especificidade de bens e serviços territoriais é um elemento central e, para melhor compreensão, é preciso inicialmente delimitar o conceito de recursos e ativos específicos, diferenciando-os dos recursos e ativos genéricos e relacionando-os aos atributos específicos.

Os atributos específicos são características intrínsecas do território que contribuem para a agregação de valor aos produtos ali originados. Esses atributos podem envolver fatores ambientais e paisagísticos, aspectos históricos e culturais, o saber-fazer tradicional, processos produtivos únicos e formas específicas de governança territorial. Eles representam o que há de distintivo em determinado território, conferindo aos produtos uma identidade territorial própria, como apontam Mollard (2001), Pecqueur (2001), Benko e Pecqueur (2001), Cazella (2018), Janin e Perron (2020), Cazella et al. (2020), Turnes et al. (2022), Ramos et al. (2025), dentre outros autores que abordam o tema.

Enquanto os atributos específicos descrevem as características gerais e distintivas do território, os recursos específicos detalham os atributos, por meio de elementos singulares, diretamente operacionais ou estratégicos, que dão concretização a esses atributos no processo produtivo (Janin e Perron, 2020). Dessa forma, os recursos específicos são elementos tangíveis ou intangíveis que tornam possível a expressão dos atributos específicos no produto territorial.

A relação entre atributos e recursos pode ser melhor compreendida por meio de exemplos. No caso do atributo relacionado ao saber-fazer tradicional, o recurso específico pode ser representado pelas técnicas artesanais empregadas na produção de embutidos, queijos ou conservas, resultantes de práticas herdadas de gerações anteriores. Já no atributo de ordem ambiental ou paisagística, os recursos específicos podem incluir elementos naturais singulares, como árvores nativas, formações geológicas únicas como os cânions e campos de altitude ou ainda fenômenos climáticos característicos, como a ocorrência de frio, cerração e neve na Serra Catarinense.

Assim, os atributos específicos definem o contexto territorial que agrega valor ao produto, enquanto os recursos específicos são os meios concretos que operacionalizam esses atributos na produção, reforçando a identidade territorial do bem ou serviço ofertado.

A partir deste ponto, pode-se delimitar os termos recursos específicos na distinção com os recursos genéricos e para isso é fundamental fazer uma ponte com os recursos produtivos.

Na teoria econômica, o conceito de recursos produtivos abrange diferentes ordens, como recursos materiais, financeiros, tecnológicos, entre outros. Esses recursos se configuram como fatores de produção voltados à geração de ativos, com o objetivo de atender às necessidades da sociedade em termos de bens e serviços (Bêrni, 2011). De modo geral, estão associados a recursos produtivos de caráter genérico, presentes em diversos processos produtivos, podendo ser exemplificados por itens de capital (como recursos financeiros, máquinas e equipamentos) e por força de trabalho destinada ao mercado. Quando organizados no sistema de produção tradicional e global, eles passam a compor o estoque de ativos (tangíveis e intangíveis) que é registrado e mensurado pelo sistema de Contas Nacionais, servindo de base para a avaliação do patrimônio econômico e para o cálculo de indicadores de desempenho e políticas de desenvolvimento.

Já os recursos produtivos com especificidade territorial são, na verdade, latentes (potenciais) e, como observa Pecqueur (2001), encontram-se adormecidos no território até serem ativados. Por exemplo, há quanto tempo neva na Serra Catarinense? Há registros de ocorrência de neve há mais de 70 anos, porém, com episódios mais regulares nos últimos 10 anos. Então, a neve pode simbolizar um recurso específico latente na Serra Catarinense (que ficou adormecido) e que está em ativação associada ao turismo⁴ (Rombo, 2002). Um exemplo de iniciativa de ativação, neste caso, foi o projeto Caminho das Neves empreendido pelos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, em meados da década de 1990.

Sobre a ativação dos recursos específicos, tem-se a visão de Janin e Perron (2020):

Resulta de uma CONSTRUÇÃO COLETIVA e, portanto, não existe “a priori”: permanece potencial, enquanto não for ATIVADO POR UM PROJETO de valorização (a exemplo do vento, antes da invenção dos moinhos, ou curvas na subida de Alpe d’Huez antes da invenção do Tour de France). Essa valorização pode ser mercantil ou não (patrimonial, cultural, entre outras) (JANIN e PERRON, pg. 20, grifos dos autores).

Portanto, enquanto os recursos genéricos são transformados em ativos genéricos de forma padronizada ou não territorializada, por empresas locais, nacionais ou multinacionais,

⁴ Outro exemplo de ativação de recursos específicos é o Circuito de Cicloturismo do Velho Oeste, em que um programa de extensão da Udesc, em parceria com diversos atores locais e regionais, “acordaram” um roteiro de cicloturismo na região da Associação dos Municípios do Entre Rios (AMERIOS) (UDESC, 2024).

em qualquer parte do mundo, os recursos específicos territoriais são transformados em ativos específicos por meio de um processo de construção coletiva, com ancoragem territorial.

Em todo caso, os recursos específicos têm capacidade de gerar ativos, assim como os recursos tradicionalmente conceituados pela economia. Contudo, ainda não existe, no modelo de Contas Nacionais do país, uma distinção formal entre esses tipos de recursos. O produto, a renda e o dispêndio (consumo) no país são calculados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por meio do Sistema de Contas Nacionais (SCN). Paulani e Braga (2007, pg 75) destacam os pontos frágeis na mensuração das contas nacionais, tais como: a existência de inflação, a dificuldade de estabelecer parâmetros para comparações entre os países, as complicações de natureza operacional, relacionadas à economia informal e “problemas conceituais, como os decorrentes da existência de atividades não monetizadas e os envolvidos na problemática ambiental”. Casonato (2017, pg 4) ao analisar as colocações de Paulani e Braga (2007) diz que “essas considerações apresentadas mostram que já se reconhece a insuficiência do Sistema de Contas Nacionais para a avaliação econômica, por deixar de fora vários aspectos determinantes do bem-estar social”. O autor aponta a contribuição de Muller (2012) ao tema, quando este acrescenta que o SCN não considera o capital natural - o estoque ou fluxo de recursos naturais disponíveis ou utilizados na economia (CASONATO, 2017). Da mesma forma, o SCN ignora a valorização dos recursos específicos quando estes se transformam em ativos, e também sua incorporação na RQT, que permanece invisível ao sistema de contas nacionais. Cabe salientar que, os bens e serviços territoriais que passam pelos canais formais são contabilizados pelo SCN como todos os demais produtos, porém, não há estudo sobre o fenômeno e o uso desta informação para aperfeiçoamento do sistema de contas.

Importante registrar que, tradicionalmente, os cálculos dos valores agregados nas atividades produtivas aparecem na literatura como parte do processo de transformação dos insumos em produtos (Bêrni, 2011), então os recursos específicos e ativos específicos podem se tornar variáveis potenciais para apurar os efeitos que são econômicos, mas também tem origem social, cultural e ambiental na oferta e demanda de produtos que se enquadram na cesta de bens e serviços territoriais. Ainda, o cálculo do produto interno bruto (PIB⁵) pela ótica da renda observa as remunerações aos fatores de produção (Paulani e Braga, 2007), neste caso, poderia observar o valor agregado em termo de remunerações a partir dos recursos específicos.

⁵ Produto Interno Bruto (PIB) é a soma do valor dos bens e serviços finais produzidos em um determinado território e durante um período específico (Paulani e Braga, 2007).

Seguindo na distinção que é importante ao contexto da CBST, Mollard (2001) diz que é no processo de construção social de territórios⁶ que os recursos se tornam ativos específicos, condição necessária para a criação de bens diferenciados. Benko e Pecqueur (2001) explicam que os recursos e ativos genéricos são aqueles totalmente transferíveis, cujo valor é um valor de troca, em contraste com os recursos e ativos específicos que são aqueles que possuem características únicas e intransferíveis, ligadas diretamente ao território onde estão localizados e, portanto, apresentam limitações para serem replicados em outros lugares.

Diante disso, Mollard (2001) diz que não são apenas produtos e serviços que são vendidos localmente, mas o próprio território acaba sendo um “produto” vendido. Em suma, a valorização dos recursos específicos decorre de contribuições de atores sociais de diversas categorias profissionais e da integração de outros elementos, a exemplo dos atributos territoriais específicos (amenidades ambientais como paisagens, clima, saberes tradicionais, fatores históricos e culturais) e a partir do valor que as pessoas lhes atribuem (Benko e Pecqueur, 2001).

Abaixo um panorama para tornar mais claras as tênues linhas que envolvem os conceitos:

Panorama sobre dimensões conceituais territoriais

Dimensão	Específico / Territorial	Genérico / Não Territorial
Atributos	Atributos Específicos Territoriais são características próprias do território que agregam valor singular aos produtos, vinculadas a fatores ambientais, culturais, sociais e históricos locais. Se relacionam com recursos produtivos específicos intransferíveis.	Atributos Genéricos são características padronizadas, se relacionam com recursos produtivos genéricos amplamente replicáveis, que não dependem de um território específico.
Exemplos de Atributos	Clima único, saber-fazer tradicional, paisagens diferenciadas, processos produtivos locais, governança territorial específica.	Qualidade técnico-industrial, aparência padronizada, composição química conforme normas, padrões de segurança alimentar.
Recursos Produtivos	Recursos Produtivos Específicos Territoriais são elementos materiais ou imateriais concretos, enraizados no território, que tornam viável a expressão dos atributos territoriais no processo produtivo.	Recursos Produtivos Genéricos são elementos amplamente disponíveis, replicáveis em diferentes territórios, sem vínculo com a identidade local.
Exemplos de Recursos	Técnicas artesanais, variedades locais de plantas ou raças animais, mão-de-obra com saber-fazer tradicional, condições ambientais únicas (ex.: solo, altitude, clima específico).	Equipamentos industriais, mão-de-obra geral não especializada, insumos químicos industriais, tecnologias padronizadas de processamento.

⁶ O conceito que permeia este estudo é o de território construído, cuja formação representa o resultado de um processo de construção e delimitação pelos atores sociais, característica que o diferencia do território dado, cuja delimitação é político-administrativa (Pecqueur, 2006).

Ativos	Ativos Específicos Territoriais é o conjunto de ativos estratégicos, acumulados ao longo do tempo, que garantem vantagem competitiva vinculada ao território. São oriundos de recursos específicos territoriais latentes ativados por projetos territoriais.	Ativos Genéricos são ativos que não dependem de uma localização específica e podem ser mobilizados em qualquer território.
Exemplos de Ativos	Incluem capital social, reputação, identidade territorial e redes locais de cooperação.	Incluem capital financeiro, tecnologias padrão, mão-de-obra de mercado, equipamentos facilmente adquiríveis.

Fonte: Mollard (2001), Pecqueur (2001), Benko e Pecqueur (2001), Cazella (2018), Janin e Perron (2020), Cazella et al. (2020), Turnes et al. (2022), Ramos et al. (2025).

O conceito de ativos específicos territoriais articula tanto os atributos quanto os recursos em uma perspectiva mais estratégica, pensando na capacidade de longo prazo do território em gerar valor. Já os ativos genéricos agregam atributos e recursos genéricos e respondem por aspectos que garantem qualidade técnica e escala produtiva, mas sem reforço de identidade territorial.

Como pode-se observar, os ativos específicos contribuem para o desenvolvimento territorial⁷ ao fortalecer a capacidade de um território em utilizar seus recursos de maneira eficiente e inovadora. Eles representam a base sobre a qual as estratégias de desenvolvimento podem ser construídas e implementadas. Um território pode se diferenciar por seus ativos específicos, que não existem fora das condições em que são produzidos. A especificação de recursos territoriais, dentro de diversos atributos territoriais específicos, e sua metamorfose em ativos territoriais específicos embasa o enfoque teórico-metodológico da CBST. A seguir, tem-se um detalhamento do tema.

Lacroix, Mollard e Pecqueur (1997) analisaram para um conjunto de territórios, a variabilidade de contribuições de recursos territoriais na oferta e demanda de bens e serviços de qualidade. A identificação de uma oferta compósita e específica caracterizada pela composição de bens e serviços ancorados num determinado território serviu de base para a fundamentação do enfoque da CBST.

Dentre os territórios estudados, o caso da região de *Baronnies* (França) foi o que ganhou mais visibilidade nessa direção. Trata-se de uma zona rural de montanha, onde a modernização e mecanização agrícola promovida no pós-guerra não resultou em aumento significativo de produtividade. Nesse território, os autores observaram a existência de um conjunto de bens e serviços territorializados, que chamaram de cesta de bens e serviços. A cesta *Baronnies* foi

⁷ Para leitura aprofundadas sobre conceitos e aspectos metodológicos do desenvolvimento territorial recomenda-se Dallabrida et al. (2021).

descrita a partir da sua composição em torno de um produto líder, o azeite de oliva - com denominação de origem controlada, produzido tradicionalmente em árvores milenares cultivadas em terraços - e os vinhos locais, o turismo rural, os óleos essenciais e as plantas aromáticas (Lacroix, Mollard e Pecqueur, 1997). Outro elemento constatado em *Baronnies* se refere à existência de redes de atores locais articuladas em torno da produção e oferta, condição que permite a sustentabilidade a CBST e à RQT.

Daí se depreende o efeito cesta, que ocorre quando o consumidor adquire um produto de qualidade territorial, mas é atraído a comprar outros bens ou serviços territoriais. Essa valorização conjunta das características intrínsecas do território e da qualidade dos produtos e serviços ancorados territorialmente gera uma renda diferenciada, a qual foi denominada de renda de qualidade territorial (Mollard, Pecqueur e Lacroix (2000). A RQT resulta dessa oferta heterogênea e combinada, que pressupõe a construção de um sistema de governança territorial (Pecqueur, 2001). Os três principais componentes da Cesta explicam a conformação de RQT: i) Um conjunto de bens e serviços complementares que reforçam os mercados locais; ii) Uma combinação de bens privados e públicos que contribuem para o desenvolvimento da imagem e reputação de qualidade do território; iii) Um sistema de governança territorial, resultado da coordenação interativa entre produtores da cesta a fim de internalizar a renda da qualidade territorial (atores público, privados e associativos)

O efeito cesta não será aprofundado tendo em vista que necessita estudos conclusivos sobre a sua existência no Brasil. Algumas regiões catarinenses possuem produtos que sugerem a composição de uma CBST (De Paula, 2019; Tecchio et al., 2021, Turnes et al. 2022), porém, carecem estudos sobre o efeito cesta.

Em suma, a CBST enfoca a ideia de que diferentes territórios oferecem uma combinação única de bens e serviços que influenciam a qualidade de vida dos habitantes e a atratividade econômica do local (Lacroix, Mollard e Pecqueur, 1997; Hirczak et al., 2008; Cazella et al., 2020). Esses bens e serviços podem incluir, dentre outros: infraestrutura, serviços públicos, recursos naturais, ambiente, cultura e lazer. A análise da cesta de bens e serviços territoriais é utilizada para avaliar o desenvolvimento dos territórios, comparar diferentes áreas e planejar políticas públicas que promovam o bem-estar e a sustentabilidade socioeconômica.

Hirczak et al. (2008) indicam que a configuração da cesta de bens e serviços é frágil, inacabada e que pressupõe uma ação continuada. Dentre os territórios estudados, *Baronnies* foi considerado o caso mais próximo de um modelo ideal de CBST. Os autores fizeram o estudo comparativo com a Região de *Chablais* (França) que possuía produção de vinhos, queijos e serviços de turismo. Porém, a diferença observada entre as duas regiões é que na primeira, os

produtos da cesta geravam rendas conjuntas, um efeito cesta e havia redes articuladas em torno da produção e oferta que apontavam para a constituição de uma renda diferenciada, enquanto na segunda havia uma oferta dispersa dos bens e serviços, que não gerava o efeito cesta (Lacroix, Mollard e Pecqueur, 1997; Mollard, 2001; Pecqueur, 2001). Em *Chablais*, a governança territorial, ou seja, o envolvimento dos atores públicos, privados e associativos, elemento importante para criar a sinergia da cesta, se demonstrou incipiente. Mas isso não descaracteriza a valorização territorial de seus bens e serviços, apenas não corresponde ao modelo puro.

O Quadro a seguir, apresenta os modelos de cesta que derivaram a partir dos estudos do enfoque da CBST, especialmente o que foi intitulado de modelo puro (Cesta e *Baronnies*).

Quadro 1: Modelos de cesta de bens e serviços territoriais

Modelo de Cesta	Descrição
i. Cesta em si ou propriamente dita	tem por referência o caso <i>Baronnies</i> , mas foi constatada em outros territórios, como Aubrac, onde os produtos específicos e complementares se reforçam.
ii. Cesta híbrida	se caracteriza pela coexistência de sistemas produtivos genéricos e setoriais e de produtos locais de qualidade associados à tradição.
iii. Cesta <i>top-down</i>	Originado em estratégias institucionais de atores públicos, regional ou departamental.
iv. Cesta de iniciativas justapostas	tem algumas semelhanças com a cesta <i>top-down</i> , mas com uma maior impermeabilidade entre atores públicos, privados e associativos.

Fonte: Elaborado com base em Hirczak et al. (2008) e Cazella et al. (2020).

No modelo de cesta em si, o queijo *Laguiole* de *Aubrac* tem diferencial de preços favorável e um potencial de renda relativamente alto em função da seleção genética empenhada em reintroduzir a raça *Aubrac*, mas também fruto da associação com tradição do canivete *Laguiole* e com o prato típico *aligot* (Hirczak et al., 2008; Cazella et al., 2020). Conforme Hirczak et al., (2008, p. 9, tradução nossa), “[...] Aubrac assume muitos pontos em comum com a cesta de bens da *Baronnies*: uma oferta de produto específica (queijo, canivete, *aligot*), complementado com serviços turísticos rurais [...]”. Nesse modelo mais próximo ao “puro” existem as condições necessárias para ocorrer o efeito cesta e potencializar a geração da RQT.

No caso da cesta híbrida, a concorrência com outros bens e serviços com características semelhantes, mas com preços mais baixos, e a dificuldade de articular os atores locais no processo constitutivo da Cesta são fatores que afetam a geração de uma renda mais alta, podendo inclusive levar ao desaparecimento de produções tradicionais. A cesta *top-down* tem

por referência o estudo de caso realizado do departamento de *Ardèche* (França), onde instituições públicas coordenam diversas iniciativas em torno da marca territorial *Deguste Ardèche*. Com isso, o nome *Ardèche* passou a ser usado para identificar a origem de produtos e serviços de qualidade do departamento. A oferta de produtos de qualidade, diversificados e específicos (vinhos, castanhas, frutas, queijos, carnes, águas minerais, etc.) tem o reforço da oferta conjunta de serviços de qualidade (ambiente, cultura e patrimônio, turismo). Nesse caso, as formas de governança são de cima para baixo, dependente de atores públicos. No modelo de cesta justaposta, existe o potencial de recursos e bens e serviços territorializados, que poderia ser valorizado conjuntamente, mas inexiste formas sinérgicas de coordenação entre atores públicos, privados e associativos (Hirczak et al., 2008).

Pelo exposto, nos modelos ii, iii e iv do Quadro 1, o efeito cesta está mais distante de ocorrer em função da dificuldade de coordenação dos atores territoriais na organização de uma oferta conjunta. Mas isso é um limitador para a geração da RQT? Nesta tese, entende-se que a RQT não prescinde do efeito-cesta, uma vez que ela pode ser gerada tanto nas ofertas sinérgicas (efeito cesta) quanto nas ofertas dispersas, conforme apresentado em Mollard (2001).

Assim, as dificuldades associadas à coordenação dos atores locais não impedem a existência da RQT, porém a governança territorial é um componente central na sustentabilidade desse tipo de renda. Caso os atores locais não se articulem pode ocorrer a perda de valor ou até a extinção do produto territorial frente aos produtos concorrentes genéricos, a exemplo do caso do queijo azul *Bresse (Bleu de Bresse)* na França (cesta híbrida). O referido produto entrou na concorrência internacional com outros queijos industriais genéricos, reduzindo a referência com a especificidade territorial, com reflexos na equiparação de preços, perdendo a valorização diferencial do território (Hirczak et al., 2008). Dois outros aspectos das vantagens propiciadas pelo enfoque da CBST na geração da RQT têm a ver com a apropriação dessa renda por um número maior de produtores e prestadores de serviços de qualidade territorial e com o fato de ser mais expressiva no que se refere ao montante gerado. Mas ainda há um percurso a ser percorrido nas pesquisas brasileiras nesta temática. No próximo capítulo, apresenta-se um pouco mais do conceito de RQT.

3 A RENDA DE QUALIDADE TERRITORIAL

Mollard (2001) analisa o conceito de RQT enquanto uma combinação de duas rendas de qualidade distintas: uma decorrente do produto e outra do território. Para o autor, a RQT associa a valorização das características intrínsecas de um determinado espaço à qualidade dos produtos e serviços que lhe estão associados, os quais podem induzir o desenvolvimento territorial. Assim, considera que a sua formulação evidencia, também, os procedimentos metodológicos de apuração desta renda ao evidenciar *ex-post* a existência de diferenciais de preços observados e *ex-ante* o potencial de satisfação dos consumidores.

Mollard (2001) procura construir uma matriz de análise do desenvolvimento territorial a partir de teoria da renda na busca de apresentar a relação entre qualidade e território para áreas rurais.

Uma série de critérios deve ser observado na realidade e reunida em uma matriz sintética para que várias formas de renda sejam mobilizadas: renda territorial devido a promoção de recursos específicos em determinadas áreas; renda de qualidade ligada ao surgimento de produtos ou serviços de qualidade; renda de qualidade territorial, quando todos esses elementos interagirem (Mollard, 2001, pg. 15, tradução nossa).

A matriz sintética original pode ser conferida a seguir:

Figura 1: Matriz sintética de verificação da Renda de Qualidade Territorial

Matriz combinadas da Renda de Qualidade Territorial	TERRITÓRIO (economia espacial) recursos, bens públicos e privados, externalidades, instituições	QUALIDADE (economia industrial) bens privados, internalização de externalidades, demanda da concorrência
OFERTA de produtos e serviços complementares especificação de recursos	Da renda diferencial (terra, localização...) à renda territorial ↓ ↑	Diferença dos produtos e serviços de qualidade (efeito clube) excedente do produtor ↓ ↑
DEMANDA intensa e diferenciada de produtos e serviços localizados/territoriais	Preferência por um território bens públicos e privados, recursos intrínsecos e contruídos	Do excedente do consumidor (para uma cesta de mercadorias) à renda de qualidade

Fonte: Adaptado de Mollard (2001, pg. 32, tradução nossa)

Mollard (2001) conclui que a abordagem econômica, a partir de uma economia simplificada compreendendo um ou dois bens e apenas um setor, pode ser potencializada com a combinação com uma abordagem econômica territorial, o que permite aproximar a realidade à complexidade de um território, como a interação entre produtos e serviços complementares, bens públicos e privados, externalidades e benefícios.

O estudo de Mollard (2001) se tornou a referência principal sobre esse tema. O autor explica que a expressão *renda de qualidade territorial* representa a junção de dois tipos de

renda, resguardando particularidades decorrentes das épocas em que cada teoria foi formulada: i) a renda territorial, adaptada a partir das formulações pioneiras de David Ricardo (1772 – 1823), que estudou a renda da terra e, em específico, a faculdade de agentes naturais e da sua raridade em gerar renda decorrente da oferta com menores custos de produção; ii) a renda de qualidade, inspirada em Alfred Marshall (1842 – 1924), que ampliou o conceito para além dos dons naturais, incluindo fatores decorrentes da Revolução Industrial, em especial no que se refere às características da demanda.

Assim, os estudos sobre a renda territorial incorporam, da teoria ricardiana, elementos da renda diferencial. As formulações de David Ricardo são relativas a um período em que a agricultura (setor primário) era a atividade primordial de produção da renda, enquanto os pesquisadores dos bens e serviços observam realidades do pós II Guerra Mundial, com rendas sendo produzidas pelos setores primário, secundário (indústria) e terciário (comércio e serviços). Em Ricardo (2001), a renda diferencial dos produtos está relacionada ao excedente de preço a igual custo, considerando a escassez dos fatores que não podem ser reproduzidos (terra e localização), os rendimentos decrescentes e a oferta inelástica. Ao analisar a aproximação da RQT com a renda diferencial ricardiana, Mollard (2001) afirma que a renda territorial parte do excedente de preço sobre o custo médio quando produtos são heterogêneos. Trata-se de produtos que não têm substitutos próximos, que não podem ser reproduzidos (preferência por um território, bens públicos e privados, recursos intrínsecos e construídos) e isso remete ao caráter inelástico da oferta. Com essa adequação à realidade contemporânea, a ótica da renda da terra é substituída pela ideia de uma renda do território. Nas palavras de Mollard (2001, p.5, tradução nossa):

a renda territorial é possível quando um bem ancorado em determinado espaço se torna um fator raro ou não reprodutível. Tal renda é da mesma natureza que a renda diferencial ricardiana, ou seja, resulta da diferença entre dois preços observáveis no mercado de bens e serviços considerados. A igual custo, os preços são mais altos em comparação com uma oferta local comparável em outro lugar (por exemplo, preços de terrenos à beira-mar, preços de residências secundárias ou rurais etc...).

No que se refere à renda de qualidade, Mollard (2001, p. 19, tradução nossa) explica que uma estratégia utilizada pelos setores para suportar o peso da abertura à concorrência internacional foi “qualificar sua oferta com a produção de bens e serviços diferenciados, não reproduzíveis, para escapar da concorrência pelos custos (...)”, a exemplo dos bens e serviços com especificidades territoriais, que alcançam um preço diferenciado em função da valorização de atributos específicos, como demonstrado no caso do azeite de Nyons. O benefício que o consumidor enxerga ao comprar o azeite de oliva específico é maior do que o preço que ele está disposto a pagar pelo produto, mesmo que seja um preço maior que a média de mercado.

Nesse ponto, Mollard (2001) relaciona a RQT com a teoria marshalliana, segundo a qual o excedente do consumidor existe quando o preço de mercado é menor que o benefício esperado a partir do valor que o consumidor está disposto a pagar pelo produto. A explicação se alinha com o fato de que os ativos específicos territoriais incorporam, para além dos custos de produção, atributos ambientais, paisagísticos, históricos e culturais, que os tornam produtos específicos e diferenciados e que podem propiciar um excedente maior ao consumidor, tornando a demanda inelástica⁸ em função das preferências dos consumidores para se beneficiar de tais recursos.

Esse processo modifica radicalmente as leis do mercado nos quais estão inseridos os produtos e os serviços vendidos: se tem a passagem da lei da oferta e da procura ao ‘consentimento a pagar’. (...) O valor criado e distribuído aos produtores não é mais decorrente da ‘produtividade quantitativa do trabalho’ utilizado na elaboração da produção, mas pelo preço aceito pelos consumidores para esses produtos específicos (Campagne, 2016, tradução nossa).

A partir dessas duas abordagens clássicas, Mollard (2001) buscou ressignificar o diferencial de renda associado à qualificação territorial. Trata-se de uma combinação estratégica de produtores e prestadores de serviços, pelo lado da oferta (renda territorial) e consumidores, pelo lado da demanda (renda de qualidade). Mollard (2001) chama a atenção que somente quando a renda territorial e a renda de qualidade se combinam é que se obtém a renda de qualidade territorial.

Na sequência dos estudos da RQT, Mollard et al. (2003) aprofundam a análise dos resultados de pesquisa sobre o tema realizada no território de *Baronnies*, reforçando a hipótese da cesta de bens e serviços territoriais, dando ênfase à renda de qualidade territorial gerada a partir do preço de venda do azeite de oliva. Para os autores, a renda diferenciada se deve, basicamente, pela combinação da qualidade do produto com o território: diferenciação pela qualidade e diferenciação pelo território. Quando essas duas fontes de diferenciação convergem tem-se a geração da renda de qualidade territorial. Nas palavras dos autores (2003, p. 2, tradução nossa):

A RQT reflete a capacidade dos atores de criar processos institucionais capazes de capturar consumidores dispostos a pagar o preço associado ao ambiente do produto. A renda de qualidade territorial é uma renda organizacional: seu desenvolvimento é o resultado de estratégia territorial de longo prazo envolvendo produtores, processadores e cooperativas, bem como instituições de coordenação do desenvolvimento local (sindicatos de desenvolvimento, autoridades locais, etc.). Uma renda capaz de identificar uma oferta construída de bens ou serviços específicos.

⁸ Consumidores menos sensíveis a alteração de preço (Marshall, 1890).

Após a análise pioneira sobre o tema, Bérard et al. (2005) apresentaram o estudo de caso da cesta de bens e serviços territoriais realizado na região de *Bresse* (França). Embora com uma agricultura modernizada, a região apresenta produções tradicionais, mas de forma bastante heterogênea e sem um consistente sistema de governança territorial. Os autores concluem que nesse território existe uma convivência de produções genéricas e específicas e que a renda de qualidade territorial tem dificuldade de ser gerada de forma mais ampla, à exceção de uma iniciativa de uma pequena associação de produtores de aves.

Na sequência das reflexões, Mollard, Rambonilaza e Vollet (2006) analisaram os serviços turísticos, de forma a demonstrar, também, a existência de RQT. Esse tipo de serviço tem a especificidade ser consumido apenas no local e, em decorrência disso, a localização torna-se uma característica central, tanto para a demanda quanto para a oferta. Após aplicarem o método do preço hedônico⁹ e a análise econométrica dos preços nos mercados de hospedagens turísticas, os autores verificaram que as variáveis ambientais complementam as características intrínsecas das hospedagens na estratégia de diferenciação.

Roux, Vollet e Pecqueur (2006) discutiram outra particularidade importante na geração da RQT: as convergências estratégicas de atores que podem criar uma oferta específica de local, possibilitando a valorização dos recursos territoriais. A governança territorial amplia e fortalece a CBST a partir de lógicas privadas individuais, coletivas ou institucionais. No estudo de caso realizado nos territórios de *Baronnies* e *Aubrac*, os autores constataram a convergência da governança setorial e territorial para os setores de azeite e queijo, mas esse não foi o caso para os setores de frutas e cutelaria.

Pecqueur (2006) apresenta um quadro referencial em que contrasta um modelo padrão de desempenho econômico baseado na noção de produtividade e um modelo baseado na “qualidade”, que se diferencia do primeiro essencialmente pelo fato de estabelecer uma nova relação de concorrência, que não de empresas, mas de locais produtivos (os territórios). Ao destacar a vantagem que pode surgir dessa inversão de ótica da soma dos produtos locais à produção territorial articulada, o autor fundamenta sua análise pelo efeito propiciado pela Renda de Qualidade Territorial.

O estudo de Hirczak et al. (2008) apresenta uma avaliação de dez anos de pesquisa sobre o modelo da cesta, salientando a generalização das interações entre produtos e serviços de qualidade, ambiente e territórios, enquanto fontes de externalidades positivas, que podem ser

⁹ Preços hedônicos (ou preços implícitos) é um método de avaliação de bens que tem por base a hipótese de Lancaster, publicada em 1966, de que “os atributos de uma determinada mercadoria têm valor por propiciar utilidade a quem os consome” (Ferreira e Resende Filho, 2010, p. 473).

valorizadas numa lógica de desenvolvimento territorial sustentável. Importante destacar que a renda de qualidade territorial e a abordagem teórico-metodológica da cesta de bens e serviços territoriais são conceitos em construção. Os próprios autores afirmam que dificilmente será encontrado um modelo ideal e que, por isso, cada caso deve ser analisado a partir das suas peculiaridades. Essa constatação se soma à observação de Mollard (2001) sobre o quão “delicado” é o desafio metodológico para se avaliar a RQT. No estágio atual pode-se afirmar que ela existe, mas sua quantificação ainda carece de procedimentos a serem formulados.

Ao longo dos anos, novos estudos que adotam o enfoque da CBST foram empreendidos, tanto por meio de projetos de pesquisadores de outros países, tais como o Brasil, quanto pela continuidade dos estudos de autores franceses voltados às realidades de outros países. Pecqueur (2022), ao discutir os recursos territoriais enquanto oportunidades para promover o desenvolvimento territorial em países do sul global, destaca que desenvolver economicamente zonas rurais na direção de um sistema de mercado, com produção em larga escala, é uma tarefa difícil para as economias do Sul, em grande medida pelas dificuldades em contemplar a agricultura familiar e em conseguir investimentos. Assim, uma alternativa passa pela valorização dos recursos territoriais que, conforme visto, podem gerar uma renda diferenciada relacionada à qualidade territorial, a partir do valor que o mercado atribui a esses recursos. Trata-se de vender “coisas” que antes não eram vendidas: paisagens, patrimônio, história, saber fazer, produtos que são apenas localmente produzidos, dentre outros (Pecqueur, 2022).

Com base nesses elementos, esta tese oferece reflexões sobre a valorização de bens e serviços territoriais, tendo como foco para a investigação os produtos das agroindústrias familiares da Serra Catarinense. Para isso, foi elaborado, de forma preliminar, um modelo de matriz que permite visualizar a valorização territorial a partir dos atributos territoriais específicos utilizados na produção e comercialização desses bens e serviços. Além disso, a tese busca lançar as bases para a caracterização da RQT no Brasil, uma vez que essa teoria tem sido aplicada apenas na França até o momento.

4 ESTUDOS SOBRE A CBST E A RQT NO BRASIL

No Brasil diversas pesquisas abordam o tema do desenvolvimento territorial sustentável. No que se refere às abordagens da CBST e da RQT, o levantamento bibliográfico realizado demonstra que esses dois temas são discutidos em conjunto em diversas publicações, mas que as análises se concentram no enfoque da CBST. Os estudos com maior regularidade sobre a CBST iniciaram no país em territórios rurais catarinenses. Desde 2016, integrantes do Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território (Lemate) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) coordenam de forma sistemática projetos de pesquisa, que adotam o enfoque teórico-metodológico da CBST. Importante salientar que esta tese não esgota a produção total realizada sobre o tema no Brasil¹⁰.

A análise de Cazella et al. (2019) na Serra Catarinense, situada na região sul do Brasil, identificou diversos elementos de uma CBST: o queijo artesanal serrano, a maçã fugi, vinhos de altitude, o mel de melato de bracatinga e o turismo rural. Essas potencialidades apontam para a construção de uma oferta heterogênea de produtos e serviços de qualidade. Segundo os autores, o componente mais frágil reside na inexistência de um sistema de governança territorial, que construa sinergias entre as iniciativas em curso. O estudo não aprofunda as questões relacionadas ao efeito cesta e à RQT, mas, dentre os casos analisados em Santa Catarina, é o que mais se aproxima do modelo de cesta propriamente dita.

Na sequência, Cazella et al. (2020, p.193) avançaram na análise do arcabouço teórico do enfoque da CBST, dando ênfase para fatores “limitantes do uso do enfoque em estudos sobre o desenvolvimento territorial” no Brasil. As conclusões dos autores levam à reflexão sobre a importância de considerar para a realidade social brasileira os temas da inclusão social, a articulação dos sistemas de governança territorial no tocante a investimentos institucionais e na formação de atores sociais para atuarem com a complexidade do desenvolvimento territorial sustentável¹¹.

Assim, os autores abordam o tema da renda de qualidade territorial, chamando a atenção para o fato que esse tipo de renda, no Brasil, não deve ser concebido de forma exclusiva a partir da elevação de preços de produtos e serviços territoriais de qualidade, visando consumidores

¹⁰ Um estudo pioneiro no Brasil que adota o enfoque da CBST foi realizado por Flexor e Benavides (2009), em pesquisa sobre o tema da multifuncionalidade agrícola com pesquisa empírica realizada no litoral sul-fluminense.

¹¹ Outros estudos reforçam os resultados já obtidos nas análises francesas, assim como ampliam as reflexões sobre o tema, como em De Paula (2019), cujo estudo sobre CBST na Serra Catarinense evidencia a fragilidade do sistema de governança, componente central do enfoque Cesta e, conseqüentemente, da RQT.

com maior poder aquisitivo. A mera elevação de preços de produtos e serviços de qualidade implica na exclusão da maior parte dos consumidores. Para evitar esse caminho, sugerem que a RQT pode ser obtida a partir do aumento do volume de vendas, ao invés do aumento exclusivo dos preços, em especial via canais de comercialização dos mercados territoriais, de forma a beneficiar os consumidores do território. Embora o estudo não aprofunde a discussão teórica da RQT, os autores indicam a necessidade de pesquisas futuras sobre o tema, de forma a conceber um modelo de análise para a sua mensuração, pré-condição para demonstrar sua importância socioeconômica (Cazella et al. 2020).

O estudo de Medeiros, Sablayrolles e Cazella (2021, p.14) articulou o enfoque da CBST com a noção de produção de novidades, tendo por base empírica a Floresta Nacional (Flona) do Tapajós localizada região oeste do Pará. Os resultados apontaram a existência de diversos ativos territoriais específicos, a exemplo de móveis de madeira de diferentes categorias, bijóias, artesanato de couro vegetal, licores, alimentos e o turismo. Além disso, percebe-se a iniciativa de construção de um incipiente sistema de governança territorial, mas que “já tem demonstrado sua capacidade de integrar na agenda de discussão o tema da inclusão social de parcela da população da Flona não integrada nas ações formais de desenvolvimento territorial”. Nessa análise, percebe-se que uma parcela da RQT é destinada a ações sociais comunitárias por parte de uma organização cooperativa que coordena a maior parte das iniciativas de valorização de recursos territoriais específicos.

A análise de Tecchio et al. (2021) discute a aplicação do enfoque teórico-metodológico da CBST a partir da identificação de bens e serviços que podem ser articulados numa estratégia de desenvolvimento na área de abrangência da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina (AMEOSC). Os resultados demonstram que os bens e serviços mais ativados são a festa típica da cultura de imigrantes alemães que colonizaram a região (*Oktoberfest*) realizada no município de Itapiranga, além de produtos coloniais, a maioria transformados em agroindústrias familiares artesanais, presentes nos dezenove municípios que compõem a Ameosc. Outra iniciativa consiste no resgate de sementes crioulas de milho e pipoca por iniciativa, em especial de atores sociais do município de Anchieta, que se articula com ações promissoras de turismo rural de aventura e histórico-cultural. Nessa área, outros municípios têm realizado investimentos em estruturas para realização de eventos de lazer, além do atrativo da tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai. Os resultados desse estudo, a exemplo dos dois anteriores, apontam para a necessidade de construção de sinergias entre as diferentes atividades de especificação de recursos de qualidade territorial. Nesses casos é possível

constatar uma aproximação como as características dos modelos de cesta híbrida ou justaposta, com bens e serviços territorializados que podem dar base para estudos da RQT.

Na sequência, Turnes et al. (2022) elaboraram uma primeira versão de um painel de indicadores para o monitoramento da construção de uma cesta de bens e serviços territoriais, com o propósito de contribuir na avaliação tanto das mudanças temporais no interior de um território quanto de aspectos específicos, comuns entre as cestas ou exclusivos a determinada cesta. Os autores destacam que os indicadores podem ser utilizados em atividades de capacitação de atores sociais no enfoque da CBST. Sobre as dimensões abordadas no painel, tem-se a oferta de produtos e serviços privados de qualidade, a oferta de bens públicos de qualidade e o sistema de governança territorial, os quais são desdobrados em descritores e indicadores. O painel é um avanço em termos de estudos desse enfoque teórico-metodológico. Embora não trate especificamente do tema da RQT, contribui enquanto inspiração para futuros indicadores relacionados a esse tipo de renda (Turnes et al., 2022).

A análise de Froehlich e Roque (2022) apresenta uma releitura do processo de desenvolvimento no território Quarta Colônia, composta por nove municípios da região central do Rio Grande do Sul, a partir do enfoque da CBST. Desde a década de 1990, iniciativas de valorização da gastronomia típica italiana, das tradições familiares na produção agroalimentar artesanal e da promoção do turismo ecológico e cultural foram empreendidas nesse território. Os recursos territoriais específicos ligados à história, cultura e à natureza contaram com ações públicas coordenadas pelo Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia. A gastronomia se tornou um ativo territorial, configurando-se como um produto líder da cesta do território (Froehlich e Roque, 2022).

A análise realizada pelos autores identificou, no entanto, dificuldades na governança territorial em períodos mais recentes, com a tendência de que a renda de qualidade territorial seja apropriada cada vez mais por um conjunto restrito de atores sociais. Nesse caso é possível que o modelo de cesta esteja próximo ao *top-down*, no qual predomina a hegemonia de atores públicos. O artigo não foca na RQT, mas pavimenta o caminho para que novas pesquisas possam aprofundar esse tema.

Em Dorigon (2022) tem-se a mobilização dos conceitos de CBST e RQT de forma articulada com a noção de Sítios Simbólicos de Pertencimento. Enquanto o enfoque da CBST tem por base a identificação e a valorização via mercados das especificidades dos recursos e ativos territoriais, os quais podem gerar uma renda de qualidade territorial, na abordagem dos sítios simbólicos de pertencimento, a estrutura imaginária de coordenação econômica e social, permite integrar diferentes dimensões, sendo os mercados apenas uma delas. O autor considera

que o sentido de pertencimento a um determinado território e a uma cultura ganha relevância e pode ser incorporado a produtos e serviços, que valorizam atributos territoriais, tais como as paisagens, o saber fazer, a cultura, a trajetória e história de determinados grupos sociais. As redes de relações e das práticas de atores enraizados em seus universos locais reafirma a relevância da governança territorial. Embora o estudo evoque o tema da RQT, as associações desse tipo de renda aos sítios simbólicos de pertencimento também carecem de novas pesquisas, em especial no que se refere a canais informais de comercialização de alimentos que, certamente, contribuem na geração e na relevância desse tipo de renda.

De forma mais específica, dois textos apontam para estudos específicos sobre a RTQ no Brasil. Ramos, Turnes e Cazella (2022) apresentam a renda de qualidade territorial a partir da literatura francesa no sentido de integrar esse tema na agenda de investigação no Brasil. Inspirados em Cazella et al. (2020), que indicam a necessidade de pesquisar a RQT a partir de adaptações à realidade territorial brasileira, os autores discutem dados que demonstram diferenças entre os dois países no que se refere a aspectos econômicos, fiscais, políticas públicas e desenvolvimento humano. Em Ramos, Turnes e Cazella (2023) tem-se a continuidade dessa reflexão a partir da discussão de uma vivência realizada na região do extremo oeste catarinense junto a agroindústrias familiares, na qual os autores apontam para a geração de uma renda diferenciada, que valoriza recursos territoriais intangíveis, e indicam a necessidade de pesquisas mais aprofundadas.

Os estudos brasileiros analisados avançam no inventário de bens e serviços territoriais com maior grau de especificação e demonstram que a RQT, embora em fase inicial de investigação, representa um tema central nas formulações teóricas sobre o desenvolvimento territorial. Nesse sentido, Pecqueur (2024) destaca a relevância atual dos sistemas alimentares territoriais e, em particular, das agroindústrias familiares que transformam alimentos e cuja comercialização ocorre em grande parte nos mercados territoriais. Segundo o autor, essas pequenas unidades agroindustriais familiares estão inseridas nesse movimento de religar o elo da produção com o território e de gerar uma renda que se diferencie pela qualidade territorial.

Na continuidade será contextualizado o conceito de território que embasa este estudo.

5 TERRITÓRIO ESTUDADO

O presente capítulo tem como objetivo apresentar os conceitos de território dado e território construído, articulando-os com o recorte espacial adotado nesta pesquisa: a região da AMURES, situada na Serra Catarinense. Ao considerar o território como uma categoria relacional e processual, parte-se da distinção entre o território concebido como dado - associado às delimitações geográficas, institucionais e administrativas - e o território construído, entendido como o resultado de práticas sociais, econômicas, políticas e simbólicas que produzem e ressignificam o espaço ao longo do tempo. No caso da Serra Catarinense, tais dinâmicas se expressam em processos históricos de ocupação, formas específicas de uso da terra, vocações produtivas e estratégias de valorização territorial. Com isso, busca-se analisar como essas dimensões se manifestam no contexto da AMURES, evidenciando tanto as permanências estruturais quanto as transformações que configuram esse território em construção. Este capítulo, portanto, constitui o elo entre a fundamentação teórica e a realidade empírica investigada, oferecendo subsídios para uma leitura crítica do espaço analisado.

Entre os diversos enfoques sobre a constituição dos territórios, destacam-se duas perspectivas fundamentais para este estudo: o território dado e o território construído. O quadro a seguir sintetiza os principais aspectos que caracterizam cada uma dessas abordagens.

Quadro 2: Aspectos básicos do território dado e do território construído

Aspecto Básico	Território Dado	Território Construído
Origem	Legal, institucional	Social, histórica, relacional
Natureza	Fixa, formal	Dinâmica, simbólica
Definido por	Estados, leis, fronteiras	Grupos sociais, práticas, reivindicações
Exemplo	Fronteiras de estados e municípios	Redes de associações, territórios indígenas

Fonte: Elaborado com base em Raffestin (1993), Santos (1996), Carlos (1999), Haesbaert (2004), Pecqueur (2005)

O território dado pode ser entendido como a regionalização político-administrativa que observa os limites legais, administrativos e cartográficos que aparecem nos mapas oficiais dos estados e das cidades, e está ligado à ideia de estrutura formal do espaço, que pode ser entendido como algo fixo, definido em legislação (Santos, 1996; Carlos, 1999). Enquanto o território construído é uma produção social e histórica, resultado da ação coletiva de sujeitos sobre o espaço, moldado por relações sociais, como redes de cooperação, movimentos sociais, trocas econômicas e disputas por recursos, com caráter dinâmico, relacional e simbólico, construído a

partir de práticas sociais, culturais e políticas (Raffestin, 1993; Santos, 1996; Carlos, 1999; Haesbaert, 2004, Pecqueur, 2005). Milton Santos (1996) propõe uma visão dialética do espaço, integrando aspectos materiais (técnica) e humanos (razão e emoção). O autor entende o território como o espaço usado, ou seja, apropriado socialmente, e que, embora existam limites dados institucionalmente, o território só adquire sentido a partir da ação humana.

Quadro 3: Visões de estudiosos sobre território

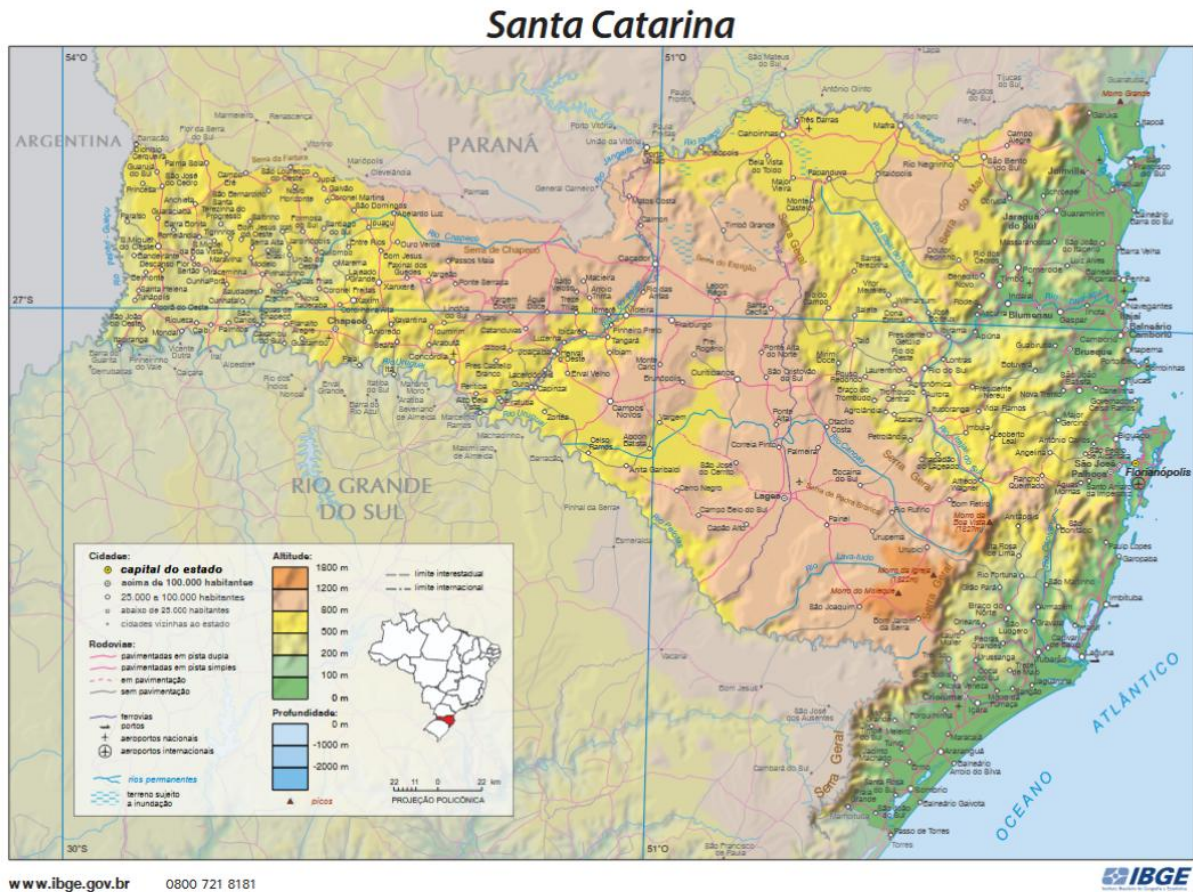
Autor	Ponto de vista	Citação-chave	Tipo de território
Claude Raffestin (1993)	Território é produzido pelas relações sociais e de poder; não é natural, nem fixo.	“O território é um produto das relações que o homem mantém com o espaço e com o outro.”	Construído
Milton Santos (1996)	Território é o espaço usado, apropriado socialmente.	“O território é o chão mais a ação.”	Construído (a partir do dado)
Ana Fani Carlos (1999)	O espaço (e o território) é constituído por práticas e representações sociais.	“O espaço é condição e produto da reprodução das relações sociais.”	Construído
Rogério Haesbaert (2004)	Propõe o conceito de multiterritorialidade; o território é vivido, múltiplo e relacional.	“Mais do que um simples espaço físico, o território é vivido e disputado.”	Construído / múltiplo
Bernard Pecqueur (2005)	Contrapõe os conceitos de território dado e território construído	“Território construído, produto de um processo de melhoria, fruto do jogo dos atores”	Construído

Fonte: Elaborado com base em Raffestin (1993, p. 143), Santos (1996, p. 63), Carlos (1999, p. 19) e Haesbaert (2004, p. 146), Pecqueur (2005, p.10)

No contexto desta tese, e lembrando que a valorização de atributos territoriais específicos é a espinha dorsal, destacamos a visão de Pecqueur (2005) que contrapõe as duas concepções de território: o território dado, caracterizado por limitações e sem valorização de suas especificidades e o território construído, resultado de um processo de melhoria contínua, fruto da ação coordenada dos atores sociais. Pecqueur (2005) destaca a importância de transformar recursos específicos em ativos específicos por meio de mobilizações e arranjos entre os atores, permitindo a emergência e mobilização de novas capacidades e a revelação de recursos escondidos.

Para exemplificar as duas visões de territórios aqui abordadas, iniciamos pelo território dado que pode ser representado pelo mapa geopolítico da Santa Catarina, dividido em cidades.

Mapa 1: Divisão geopolítica e física de Santa Catarinaiana (Território dado)



Fonte: IBGE, 2025.

O mapa acima apresenta a regionalização físico, com as principais regiões político-administrativas do Estado de Santa Catarina, evidenciando o território dado composto por 295 municípios e seus respectivos limites geográficos e sua caracterização física.

Diante o exposto, surge uma questão fundamental: é possível transitar do território dado para o território construído? Milton Santos (1996), embora crítico da concepção técnica e fixa do território, reconhece que a existência de um território formal e institucionalizado pode servir como ponto de partida para outras formas de construção territorial, orientadas pelas práticas sociais, culturais, econômicas e políticas dos atores locais.

Este é o caso de Santa Catarina, em que se destaca a formação de uma divisão regional e espacial estruturada em associações de municípios, surgida na década de 1960 por iniciativa de prefeitos e lideranças empresariais. Essa articulação visava "(...) integrar os municípios como estratégia para fortalecer a região em relação ao Estado e a carência de atendimento, por parte

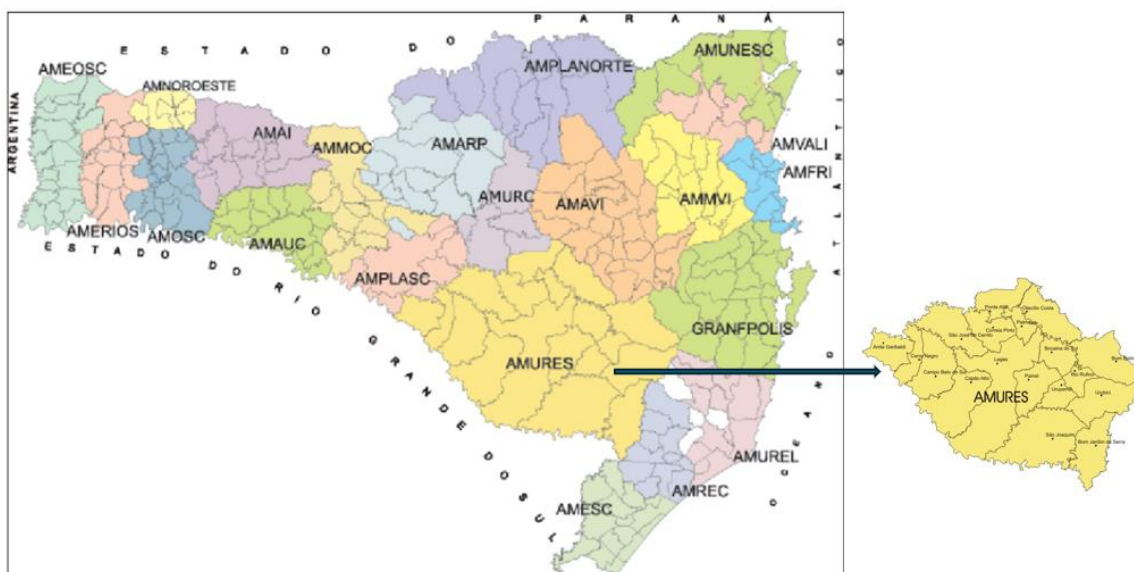
dos governos federal e estadual da época, às necessidades de infraestrutura para o desenvolvimento regional (...)” (Marques e Dias, 2003, p. 35).

Entre 1961 e 1997, foram instituídas 21 associações de municípios em Santa Catarina. Ao longo desse processo de construção social, diversas transformações ocorreram, como a migração de municípios entre associações, motivada pelo reconhecimento de interesses comuns (Marques e Dias, 2003). Essa dinâmica confirma a distinção apontada por Raffestin (1993), para quem o território dado se caracteriza pela fixidez institucional, enquanto o território construído resulta de interações sociais e está em constante transformação. Assim, foram sendo construídos territórios marcados por espaços de articulação e reivindicação.

Cabe destacar que, além de poder partir de um território dado, os limites de um território construído também podem coincidir com os limites de um território dado, como é o caso das associações de municípios de SC, em que os limites das associações coincidem com os limites dos municípios que a compõem. Mas Raffestin (1993) salienta que essa coincidência não é uma regra, e sim uma possibilidade e que, quando isso ocorre, trata-se de uma convergência entre as delimitações formais (território dado) e as práticas sociais, culturais, econômicas ou políticas que definem o território construído. Complementando essa visão, Haesbaert (2004) enfatiza que os territórios podem ser múltiplos e assim, tanto podem coincidir como se sobrepor, conforme os vínculos sociais e políticos que os estruturam.

A seguir, apresenta-se o mapa com as 21 associações de municípios de Santa Catarina, com destaque para a Associação dos Municípios da Região Serrana (AMURES), recorte central da análise que será desenvolvida nesta tese.

Mapa 2: Associação de Municípios de Santa Catarina (Território construído)



Fonte: Maia et al. (2018) e AMURES (2024).

Embora em 2021 tenha sido aprovada a Lei nº 18.254, que dispõe sobre as associações de municípios no Estado de Santa Catarina, a formação dessas entidades, iniciada há mais de seis décadas por meio da articulação entre prefeitos e lideranças locais, permitiu a consolidação de um território específico, construído a partir da prática e da cooperação intermunicipal.

Desse modo, a regionalização em associações de municípios pode ser compreendida como uma expressão do território construído¹², fruto de articulações políticas e institucionais que emergem das especificidades locais. Embora originada em limites formais, como os dos municípios, essa organização foi ancorada em práticas sociais que transcendem a mera delimitação geográfica, refletindo interesses comuns e estratégias coletivas de desenvolvimento. Assim, o caso catarinense ilustra como o território construído pode se materializar sobre o território dado, mas se define, sobretudo, pelas dinâmicas sociais que o sustentam.

Pode-se questionar, à primeira vista, o motivo do destaque dado à AMURES no Mapa 2, dentre 21 associações existentes. Tal ênfase justifica-se pelo fato de que a base de dados analisada nesta tese é composta por Agroindústrias Familiares (AIFs) sediadas nos municípios que integram essa associação regional. E neste ponto é importante apresentar mais um território que fará parte do contexto de análise, a Serra Catarinense, a ser abordado na próxima seção.

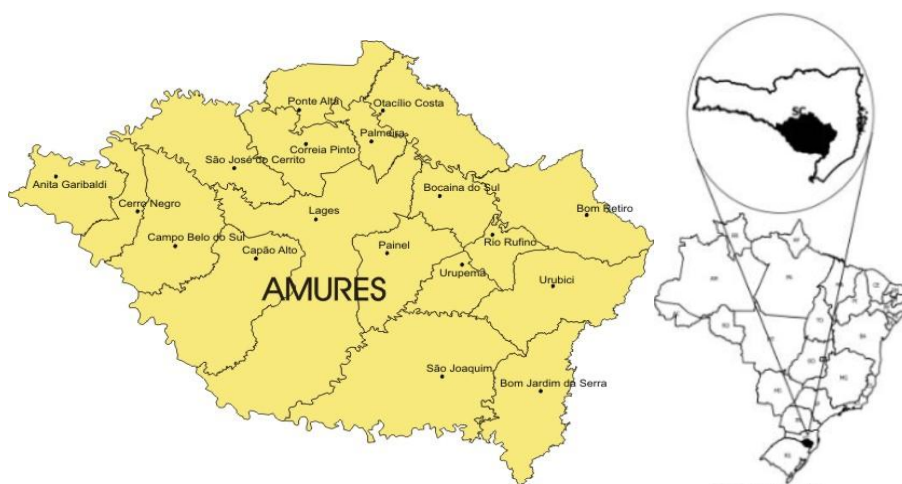
Embora o foco do estudo aplicado tenha recaído sobre a produção das AIFs, é fundamental articular os resultados das análises ao território no qual essas agroindústrias estão inseridas, de modo a permitir conexões consistentes com os referenciais da CBST e da RQT. Para tanto, esta seção aborda os territórios da AMURES e da Serra Catarinense.

A compreensão da dinâmica territorial da AMURES, composta por 18 municípios, exige sua contextualização em uma unidade espacial mais ampla: a Serra Catarinense. Contudo, ao se buscar uma delimitação precisa dessa região, identificam-se divergências quanto aos municípios que a integram. Na regionalização da saúde (Cosems/SC, 2024), a Serra Catarinense é composta exatamente pelos 18 municípios da AMURES. Já na macrorregião definida pelo IBGE (Sebrae, 2010), são considerados 29 municípios, dos quais 18 coincidem com a

¹² Importante salientar que há uma diversidade de observações de territórios construídos: territórios de saúde, territórios turísticos, territórios da agricultura familiar, etc. Wiebbrock (2017) estudou o processo de regionalização da saúde em Santa Catarina a partir do estudo de caso da Região de Saúde do Oeste mostrando como o território foi construído por políticas de descentralização do SUS, articulação com cooperativas médicas e formação de consórcios intermunicipais de saúde. Krüger (200) analisou a Oktoberfest, festa alemã que ocorre em Blumenau SC, como elemento simbólico na construção da identidade territorial, transformando práticas culturais em ativos turísticos e econômicos. Santos (2018) destacou o papel da fruticultura, especialmente da maçã, na reorganização produtiva e territorial da região serrana de SC. Essa nota foi elaborada para enfatizar que são diversas possibilidades de construções territoriais a partir de diversas temáticas, sendo que a lista não se esgota nestes exemplos.

AMURES. Assim, apesar das variações na definição dos limites regionais, é possível afirmar que a AMURES (Mapa 3) está integralmente contida na macrorregião da Serra Catarinense (Mapa 4), justificando a inclusão dessa delimitação mais ampla nas análises desenvolvidas nesta pesquisa.

Mapa 3: Municípios que compõem a AMURES



Fonte: AMURES (2025) e Souza et al. (2022)

O Mapa 3 apresenta os 18 municípios que compõem a AMURES, evidenciando os limites territoriais da associação. A representação cartográfica permite visualizar a distribuição espacial do recorte empírico adotado, além de reforçar o caráter regional da entidade, estruturada a partir de vínculos político-administrativos, econômicos e culturais. Esse suporte visual contribui para a análise territorial uma vez que permite observar as proximidades entre entes que podem se reforçar nas iniciativas de valorização territorial.

Catarinense, especialmente no que tange às políticas públicas, à dinâmica econômica regional e à diversidade territorial de seus municípios.

Inserida nesse contexto, a região da AMURES caracteriza-se por atributos físico-climáticos marcantes, como as baixas temperaturas e a ocorrência frequente de geada e neve, elementos que contribuem para a construção simbólica da Serra Catarinense como “região do frio” e reforçam uma identidade territorial própria. Com relevo elevado, campos de altitude, florestas de araucária e vales, a paisagem assume um caráter singular no Sul do Brasil (Lins, 2008).

As condições climáticas e de relevo favorecem práticas produtivas específicas, como a fruticultura de clima temperado, notadamente a cultura da maçã, concentrada em municípios como São Joaquim, Urubici e Bom Jardim da Serra, e o turismo de inverno, com crescente valorização da gastronomia local, da natureza e do frio como atrativo (De Paula, 2019). Inclusive, o turismo tem se diversificado, com a valorização do ecoturismo, do enoturismo, das festas regionais e das experiências associadas à neve (De Paula, 2021).

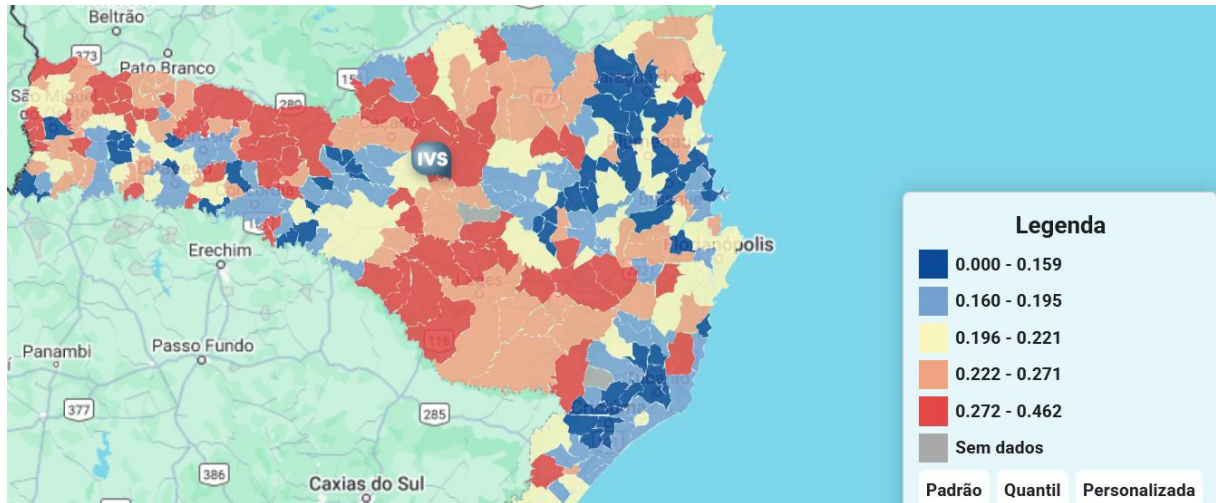
A AMURES possui um perfil socioeconômico predominantemente rural, com destaque para a agropecuária, em especial a pecuária extensiva e a agricultura familiar, presentes em diversas localidades rurais do território (Souza et al., 2022). Destaque também para a produção de madeira de reflorestamento (pinus e eucalipto) sustenta cadeias industriais locais voltadas à fabricação de papel, celulose e móveis (Oliveira, 2016).

Ambientalmente, o território integra o bioma Mata Atlântica, com presença significativa de campos de altitude e unidades de conservação, como o Parque Nacional de São Joaquim (ICMBIO, 2022). Trata-se de uma paisagem de grande relevância ecológica, composta por florestas, rios, cachoeiras e formações geológicas expressivas, como o Cânion do Funil.

Do ponto de vista cultural, destacam-se as influências da tradição tropeira e da imigração europeia, especialmente alemã e italiana, visíveis na culinária, nos eventos típicos e no modo de vida rural. A população é estimada em cerca de 300 mil habitantes, concentrada principalmente em Lages, mas com forte presença em áreas rurais (IBGE, 2024).

No entanto, o território enfrenta o desafio da baixa densidade populacional, da dispersão dos assentamentos humanos e de altos índices de vulnerabilidade social em parte de seus municípios, o que impõe obstáculos adicionais ao desenvolvimento regional (IBGE, 2020).

Mapa 5: índice de Vulnerabilidade - Santa Catarina



Fonte: Ipea (2015)

Calculado com dados de 2000 a 2010, o Índice de Vulnerabilidade (IVS) mostra a região da Serra Catarinense como uma das mais vulneráveis. O IVS é obtido pelo cálculo da média aritmética do IVS - Infraestrutura Urbana, IVS - Capital Humano e IVS - Renda e Trabalho, todos com o mesmo peso, com variação entre 0 e 1, e quanto mais próximo de 1, mais vulnerável (Ipea, 2015).

Porém, na AMURES/Serra Catarinense, neva! E nesta seção foram destacados alguns dos recursos específicos da região que podem servir para a guinada do desenvolvimento na Serra Catarinense. Recursos territoriais específicos ligados a atributos ambientais, paisagísticos, históricos e culturais, tais como altitude elevada, clima frio, identidade cultural tropeira, e potencial turístico de inverno, elementos não encontrados de forma tão marcante em outras regiões de Santa Catarina e por isso, difíceis de serem transferidos. E como discutido no Capítulo 4, a Serra Catarinense tem sido objeto de atenção por parte dos estudos vinculados à CBST, em função da valorização de recursos específicos e do protagonismo de suas experiências territoriais.

Com base na perspectiva de sobreposição territorial proposta por Haesbaert (2004), esta tese adota os territórios da AMURES e a parte que lhe corresponde na Serra Catarinense como recorte analítico, reconhecendo suas interações e complementaridades como dimensões essenciais à compreensão das dinâmicas territoriais em curso.

6 PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo apresenta-se a trilha metodológica adotada para a realização da pesquisa, bem como os principais aspectos metodológicos que a orientaram. Serão descritas as etapas do processo investigativo, detalhados a origem e a análise de dados, o delineamento da pesquisa e os critérios que fundamentaram as escolhas metodológicas.

6.1 TRILHA METODOLÓGICA

O percurso metodológico iniciou no pré-projeto da tese e foi maturado ao longo dos três primeiros anos do doutorado, conforme exposto brevemente na introdução. A trilha deste percurso contou com: a) levantamento bibliográfico inicial, b) definição do objeto de pesquisa, c) análise inicial da aplicabilidade do tema no Brasil, d) reforço ao levantamento bibliográfico inicial, e) revisão e redefinição do objeto de pesquisa, f) definição do estudo de caso, g) estruturação da matriz de escala de recursos específicos territoriais, h) realização da análise descritiva dos dados secundários, i) aplicação da matriz e j) Considerações acerca da hipótese.

- a) O levantamento bibliográfico inicial teve por objetivo reunir e analisar referências teóricas sobre o tema de pesquisa. Foram realizadas buscas em bases de dados científicas (Google Scholar, SciELO, etc.). Após selecionar autores e obras relevantes, foi realizada a leitura crítica de artigos, livros e teses para a fundamentação teórica da tese.
- b) A definição do objeto de pesquisa delimitou claramente o foco do estudo com as seguintes ações: 1. Identificação de lacunas na literatura existente, 2. Formulação de perguntas de pesquisa específicas, e 3. Estabelecimento de objetivos gerais e específicos. Isso possibilitou mais clareza sobre o tema da investigação.
- c) A análise inicial da aplicabilidade do tema no Brasil objetivou verificar a relevância e viabilidade do tema no contexto brasileiro e a compreensão da pertinência do estudo no cenário nacional. Para isso, foi realizada: 1. Pesquisa sobre estudos semelhantes realizados no Brasil, 2. Análise de dados e informações nacionais relacionadas ao tema, e 3. Consideração de aspectos culturais, sociais e econômicos locais.
- d) O reforço ao levantamento bibliográfico inicial teve por objetivo ampliar e aprofundar a revisão da literatura com novas fontes. Foi realizada: 1. Atualização da busca por publicações recentes. 2. Inclusão de diferentes perspectivas teóricas. 3. Análise de referências citadas em trabalhos relevantes. Gerou como resultado uma revisão bibliográfica mais abrangente e atualizada.
- e) A revisão e redefinição do objeto de pesquisa teve como objetivo ajustar o foco da pesquisa com base nas novas informações obtidas. Realizou-se: 1. refinamento das

perguntas de pesquisa, 2. Ajuste dos objetivos conforme novas descobertas., 3. Garantia de alinhamento entre teoria e prática. Como resultado obteve-se um objeto de pesquisa bem definido e alinhado com a literatura.

- f) A definição do estudo de caso considerou a viabilidade do acesso às informações a partir da pesquisa realizada pelo Lemate nas AIFs em 2021 e 2022.
- g) A estruturação da Matriz de Escala de Recursos Específicos Territoriais teve por objetivo desenvolver uma ferramenta para analisar tributos territoriais específicos. Para isso foi necessário: 1. Identificação de variáveis e indicadores relevantes, 2. Definição de critérios de mensuração, 3. Construção da matriz com categorias e escalas apropriadas. Como resultado, obteve-se a Escala MATER estruturada para aplicação no estudo de caso.
- h) A realização da análise descritiva dos dados secundários teve por objetivo examinar dados já existentes relacionados ao objeto de estudo. Foi realizada a descrição e interpretação dos principais achados. Como resultado obteve-se um panorama detalhado baseado em dados secundários.
- i) A aplicação da Matriz teve por objetivo avaliar o estudo de caso. Aplicação dos critérios da matriz aos dados coletados.
- j) Análise dos resultados obtidos a partir da matriz. O resultado foi a avaliação estruturada dos recursos territoriais do caso estudado. As considerações acerca dos resultados tiveram por objetivo produzir uma reflexão sobre a hipótese, comparando as expectativas iniciais com os achados da pesquisa.

A trilha metodológica apresentada acima descreve o percurso seguido pela pesquisadora ao longo do desenvolvimento do estudo. Na sequência, são detalhados os aspectos metodológicos que orientaram a estruturação da pesquisa.

6.2 OS PRIMEIROS PASSOS

Os bens e serviços territoriais são resultados das relações entre os agentes públicos, privados e associativos com o espaço, sendo que a partir dessa relação é possível estabelecer um padrão diferenciado de renda. Para Pecqueur (2001) e Mollard (2001), esse novo padrão corresponde à Renda de Qualidade Territorial. Em virtude dessas relações, este artigo se enquadra no campo das pesquisas sócio-espaciais que, segundo Kapp (2020, p. 3), “são aquelas que abordam sociedade, espaço e suas relações”.

Inicialmente, o procedimento metodológico foi a revisão bibliográfica dos estudos franceses, teóricos e empíricos, sobre a CBST e a RQT, seguido da análise de estudos de caso

correlacionados a esses enfoques realizados em territórios rurais brasileiros. Nesse sentido, a coleta de materiais contou com levantamento bibliográfico com a finalidade de organizar o *corpus* inicial do estudo, que segundo Bauer e Aarts (2002), corresponde ao conjunto de fontes e materiais que fundamentam o estudo.

O enfoque teórico-metodológico CBST e a teoria da RQT surgiram a partir dos estudos realizados por pesquisadores envolvidos na análise do planejamento do desenvolvimento territorial do Laboratório de Ciências Sociais Interdisciplinar Universidade de Grenoble Alpes. Assim, a primeira etapa do levantamento bibliográfico explorou materiais baseados nas referências desses pesquisadores. Essa seleção considerou publicações sobre as abordagens da CBST e da RQT, especialmente aquelas que analisaram de forma conjunta os dois temas. Nessa primeira etapa, foram selecionados doze artigos, publicados entre 1997 e 2012.

A segunda etapa do levantamento foi realizada nos portais Periódicos Capes e Google Acadêmico, em qualquer idioma e a qualquer tempo, a partir das seguintes palavras-chaves: “renda de qualidade territorial” e “cesta de bens e serviços territoriais”, “recursos específicos” e “desenvolvimento territorial sustentável”. Nessas consultas, as expressões foram colocadas entre aspas para que os registros retornados abordassem os dois temas e com o operador booleano AND, que permite o retorno de registros que contenham a intersecção das palavras ou expressões pesquisadas. A pesquisa no portal Periódicos Capes não identificou nenhum material, mas no Google Acadêmico teve-se o registro 06 artigos, publicações em revistas entre os anos de 2017 e 2023, que apresentam coerência com o objetivo desta tese, os quais foram selecionados para a análise.

Dessa forma, foram levantados 18 artigos que tratam os temas centrais deste estudo, além das demais referências que foram articuladas a partir de estudos relacionados a estes temas com a finalidade de complementar a pesquisa.

6.3 DELINEAMENTO E TÉCNICAS DE PESQUISA

A presente pesquisa conjuga diferentes métodos de investigação. Inicialmente foi delineada como pesquisa bibliográfica que consiste na análise de temas com base em materiais disponíveis em livros, artigos científicos, bases de dados, entre outras fontes (Gil, 2008) com o objetivo de embasar conceitualmente o tema proposto e identificar as principais contribuições acadêmicas sobre a temática em questão. Aliou-se um estudo de caso, escolhido como estratégia metodológica por possibilitar uma análise aprofundada do objeto de estudo em seu contexto real (Yin, 2010).

Utilizou-se, neste estudo, a técnica de pesquisa descritiva, que, segundo Gil (2008), a busca observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos sem manipulá-los, permitindo a identificação de padrões e a compreensão de relações existentes. A pesquisa foi complementada com elementos da abordagem explicativa, voltada à compreensão das causas e interrelações entre os fenômenos observados, contribuindo para o aprimoramento do arcabouço teórico utilizado na análise (Gil, 2008).

Os materiais levantados foram submetidos a uma revisão bibliográfica, entendida como um procedimento metodológico estruturado em três vertentes complementares. A primeira corresponde à revisão da literatura teórica, voltada à identificação e análise dos fundamentos conceituais relacionados ao tema. A segunda refere-se à literatura empírica, que contempla estudos de caso e evidências práticas previamente analisadas. Por fim, a terceira vertente abrange a literatura metodológica, que examina as abordagens, estratégias e técnicas adotadas em pesquisas anteriores sobre temáticas correlatas (Gil, 2008).

A análise dos dados coletados foi conduzida por meio de uma abordagem descritiva, com o objetivo de compreender, classificar e interpretar os fenômenos observados. Essa estratégia analítica possibilitou a identificação de padrões, relações e significados relevantes, contribuindo para o aprofundamento do entendimento sobre as particularidades do caso estudado (Gil, 2008). O tratamento dos dados e a elaboração dos gráficos foram realizados por meio de planilhas eletrônicas (Excel).

Adotou-se o estudo de caso por ser uma estratégia de investigação empírica voltada à análise aprofundada de um fenômeno contemporâneo em seu contexto real, sobretudo quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos (Yin, 2010). Tal abordagem mostra-se adequada considerando que os conceitos relacionados à CBST e à RQT ainda se encontram em processo de definição e consolidação no Brasil, exigindo uma análise contextualizada e situada.

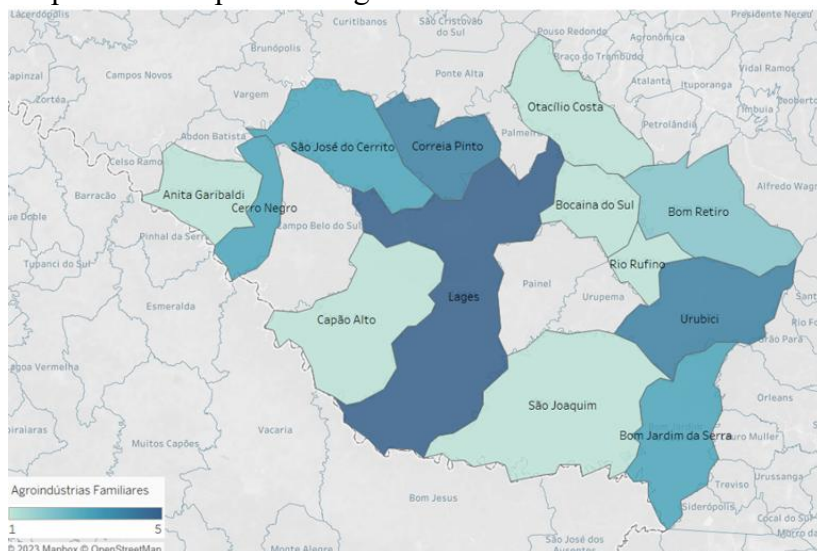
6.4 O ESTUDO DE CASO

A pesquisa foi realizada a partir das agroindústrias familiares da amostra obtida pela pesquisa de campo realizada pelo Lemate/UFSC em 2021/2022 em municípios da AMURES na Serra Catarinense que utilizou os seguintes critérios:

- o predomínio do trabalho familiar, a localização não restrita ao rural,
- o foco em produtos alimentícios artesanais,
- agroindústrias formais ou com potencial para serem formalizadas.

Das 96 AIFs levantadas, os pesquisadores sortearam 30 para a amostra, as quais estão distribuídas em 13 municípios da AMURES na Serra Catarinense, conforme mapa a seguir.

Mapa 6: Municípios com agroindústrias familiares na AMURES (amostra)

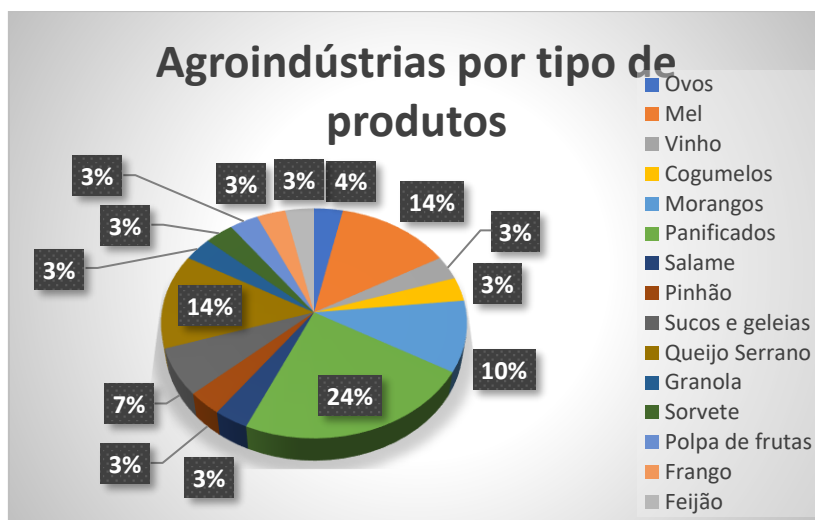


Fonte: Elaboração própria no Tableau Public (2024) com base em Lemate/UFSC (2021/2022)

Considerando os critérios da amostra, os municípios com maior concentração de agroindústrias familiares são: Lages, com 5 unidades, seguido de Correia Pinto e Urubici, ambos com 4 agroindústrias. Três municípios apresentam 3 agroindústrias cada: Cerro Negro, Bom Jardim da Serra e São José do Cerrito. Em seguida, aparece Bom Retiro, com 2 agroindústrias. Os demais municípios da amostra apresentam uma unidade cada, são eles: Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Capão Alto, Otacílio Costa, Rio Rufino e São Joaquim.

Das 5 agroindústrias pesquisadas em Lages, 2 atuam com mel e derivados, 1 produz cucas e bolachas, 1 atua na área de cogumelos e 1 produz feijão de diversos tipos. Em Correia Pinto, a produção se distribui em pinhão, salames, linguiça, mel, bolacha e pães caseiros. Em Urubici, a diversificação inclui bolachas, pães, queijo serrano, sorvete, picolé e sucos. Bom Jardim da Serra concentra a produção de morangos em duas agroindústrias, sendo que uma delas produz também geleia, e produção de queijo serrano na terceira. Cerro Negro tem uma produção que se aproxima de Bom Jardim da Serra no tocante a morangos e queijos, complementando com pães, bolos e bolachas. São José do Cerrito apresenta produção de pinhão, queijo serrano e frangos. Bom Retiro produz bolachas e granola. Anita Garibaldi produz ovos, Capão Alto produz vinho, Rio Rufino tem produção variada de salgadinhos e bolachas, São Joaquim produz polpas de frutas e Otacílio costa produz sucos e geleias. O gráfico abaixo mostra a distribuição das agroindústrias por tipo de produtos.

Gráfico 1: Distribuição das agroindústrias por tipo de produtos.



Fonte: Elaboração própria com base em Lemate/UFSC (2021/2022)

A produção de 18 agroindústrias analisadas concentra-se, majoritariamente, nos segmentos de panificados (24%), queijo serrano (14%), mel (14%) e morangos (10%). Já as demais 12 agroindústrias apresentam produção diversificada, distribuída entre outros produtos com menor representatividade individual, a maioria com aproximadamente 3%, exceto sucos e geleias, que concentram 7%.

Contudo, compreende-se que a aplicação dos estudos sobre a RQT demanda a demonstração da especificidade territorial da produção e, por isso, tornou-se necessário evidenciar a relação entre a especificidade territorial e a produção das agroindústrias familiares. Com esse objetivo, foi elaborada a Matriz de Atributos Territoriais – Especificação de Recursos (Escala MATER), com vistas a aproximação com a realidade brasileira.

Assim, esta tese apresenta contribuições em duas frentes principais: 1) O avanço metodológico, por meio do desenvolvimento da **Matriz de Atributos Territoriais (Escala MATER)**; e 2) A discussão sobre a existência da **renda de qualidade territorial** em contextos diversos de valorização territorial, no caso, nas agroindústrias familiares.

Finalmente, após a exposição do delineamento metodológico adotado, passa-se à apresentação da **Escala MATER**, ferramenta analítica central nesta pesquisa. A descrição de sua estrutura, fundamentos e critérios de avaliação permitirá compreender como os dados foram analisados à luz dos referenciais teóricos escolhidos.

7. MATRIZ DE ATRIBUTOS TERRITORIAIS – ESPECIFICAÇÃO DE RECURSOS (ESCALA MATER)

Para analisar as especificidades territoriais e possibilitar o uso dos dados coletados, foi elaborada a Matriz de Atributos Territoriais – Especificação de Recursos (Escala MATER). Inicialmente foram listados os atributos territoriais específicos de acordo com a literatura da área de desenvolvimento territorial sustentável (DTS), inspirado no modelo original de Mollard (2001) (Figura 1 do capítulo 3). Após, foram fundamentados os descritores de cada atributo. A figura a seguir mostra o modelo da matriz referente à contagem de atributos.

Figura 2: Modelo Preliminar da Matriz de Atributos Territoriais – Especificações de Recursos (Escala Mater)

MATRIZ DE ATRIBUTOS TERRITORIAIS - ESPECIFICAÇÃO DE RECURSOS (MATER)													
Dados gerais				Atributos									Pontuação de Especificidade
				Territorial					Qualidade				Contagem
Nº	Município/Território	Empreendimento	Produto	Saber-fazer familiar	Ambientais/Paisagísticos	Históricos	Culturais/Tradições	Relações Territoriais	Processos Produtivos Únicos	Marca de Certificação	Marca Coletiva	Indicação Geográfica	
1	Nome	Nome	Relação										

Fonte: Elaboração própria (2024)

Nos dados gerais serão enumerados os empreendimentos, este número servirá para controle quantitativo de unidades analisadas (não há relação com ordem de prioridade, mas poderá servir para o ranqueamento). Na sequência há espaço para inserir o nome do município/território em que o empreendimento está alocado, o nome do empreendimento (opcional) e a relação de bens e/ou serviços produzidos.

Em seguida, a matriz apresenta 9 atributos territoriais levantados na bibliografia da área DTS, sendo que sua descrição pode ser vista no quadro a seguir.

Quadro 4: Descritores dos atributos territoriais na Mater

Nº	Descritores Atributos Territoriais - Especificação de recursos	Descrição	Fundamentos	Critério	Pontuação
1	Saber-fazer Familiar	O saber-fazer é, antes de tudo, uma capacidade prática, uma competência que não implica necessariamente conhecimentos formalizáveis, codificáveis. O meio rural é o local privilegiado deste saber-fazer.	Gorz (2005) e Campos 2007	Utiliza receita de família ou modo de fazer passado de geração em geração	1
				Não utiliza receita de família ou modo de fazer passado de geração em geração	0
2	Ambientais/Paisagísticos	Um conjunto de bens públicos com imagens positivas	Mollard (2001)	Alia imagem do produto com características ambientais paisagísticas da região	1
				Não alia imagem do produto com características ambientais paisagísticas da região	0
3	Históricos	A valorização dos recursos específicos decorre de contribuições diversos elementos, dentre eles os fatores históricos.	Benko e Pecqueur (2001) e Mollard (2001)	Utiliza fatores históricos na marca ou na divulgação dos produtos	1
				Não utiliza fatores históricos na marca ou na divulgação dos produtos	0
4	Culturais/Tradições	Entende-se a tradição como um conjunto de sistemas simbólicos que são passados de geração a geração e que tem um caráter repetitivo A tradição coordena a ação que organiza temporal e espacialmente as relações dentro da comunidade e é um elemento intrínseco e inseparável da mesma	Luvizotto (2010)	Utiliza fatores culturais e da tradição na marca ou na divulgação dos produtos	1
				Não utiliza fatores culturais e da tradição na marca ou na divulgação dos produtos	0
5	Relações Territoriais	Dentre os componentes da Cesta explica a conformação de RQT: iii) Um sistema de governança territorial, resultado da coordenação interativa entre produtores da cesta a fim de internalizar a renda da qualidade territorial (atores público, privados e associativos)	Pecqueur (2001)	Participa de associação de produtores/Participa de cooperativas/Participa de grupos estratégicos de planejamento territorial	1
				Não participa de associação de produtores/Participa de cooperativas/Participa de grupos estratégicos de planejamento territorial	0
6	Processos Produtivos Únicos	Esses bens e serviços ganham valor por serem intrinsecamente ligados ao território e não podem ser replicados em outros lugares da mesma forma. O "modo de produção único" envolve um processo que valoriza a identidade territorial.	Pecqueur (2001)	Utiliza matéria prima com propriedades únicas da região/utiliza método de produção único da região	1
				Não utiliza matéria prima com propriedades únicas da região/utiliza método de produção único da região	0
7	Marca de Certificação	Marca de certificação: aquela usada para atestar a conformidade de um produto ou serviço com determinadas normas ou especificações técnicas, notadamente quanto à qualidade, natureza, material utilizado e metodologia empregada.	Art. 123, INCISO II, Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 Art. 4º, Alínea c, Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989	Utiliza marca de certificação (uma ou mais): nacional, estadual, municipal (SIF, SIE, SIM, Selo Arte, SISBI-POA, etc)	1
				Não utiliza marca de certificação	0
8	Marca Coletiva	Destinada a identificar e distinguir produtos ou serviços provenientes de membros de uma pessoa jurídica representativa de coletividade, aquela usada para identificar produtos ou serviços providos de membros de uma determinada entidade	Art. 123, INCISO III, Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996	Utiliza marca coletiva	1
				Não utiliza marca coletiva	0
9	Indicação Geográfica	Considera-se denominação de origem o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos.	Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996	Possui indicação geográfica (Do: denominação de origem ou IP: indicação de procedência)	1
				Não possui indicação geográfica (denominação de origem ou indicação de procedência)	0

Fonte: Elaboração própria (2024) com base em Brasil (1989), Brasil (1996), Mollard (2001), Pecqueur (2001), Gorz (2005), Campos (2007), Luvizotto (2010),

Para indicar a ausência ou presença de um respectivo descritor usa-se uma variável *dummy*, que representam dados categóricos mutuamente exclusivos, 0 (zero) ou 1 (um), respectivamente. A seguir, tem-se uma breve descrição dos atributos.

O atributo 1, o saber-fazer, é antes de tudo, uma capacidade prática, uma competência que não implica necessariamente conhecimentos formalizáveis, codificáveis e o meio rural é o local privilegiado deste saber-fazer (Gorz, 2005; Campos, 2007). O critério na matriz considera 1 (um) se a agroindústria utiliza receita de família ou modo de fazer passado de geração em geração ou 0 (zero) se não utiliza receita de família ou modo de fazer passado de geração em geração.

O atributo 2, ambientais/paisagísticos, é formado por um conjunto de bens públicos com imagens positivas (Mollard, 2001). O critério na matriz considera 1 (um) se a agroindústria alia imagem do produto com características ambientais paisagísticas da região e 0 (zero) se não alia imagem do produto com características ambientais paisagísticas da região.

O atributo 3, históricos, está relacionado à valorização dos recursos específicos decorrente de fatores históricos (Benko e Pecqueur, 2001; Mollard, 2001). O critério na matriz considera 1 (um) se a agroindústria utiliza fatores históricos na marca ou na divulgação dos produtos e 0 (zero) se não utiliza fatores históricos na marca ou na divulgação dos produtos.

O atributo 4, cultura/tradição, entendido como um conjunto de sistemas simbólicos que são passados de geração a geração, que organiza temporal e espacialmente as relações dentro da comunidade, sendo um elemento intrínseco e inseparável da mesma (Luvizotto, 2010). O critério na matriz considera 1 (um) se a agroindústria utiliza fatores culturais e da tradição na marca ou na divulgação dos produtos e 0 (zero) se não utiliza fatores culturais e da tradição na marca ou na divulgação dos produtos.

O atributo 5, inicialmente foi nomeado de sistema de governança, porém, foi alterado para relações territoriais, tendo em vista a exploração dos dados da pesquisa percebeu-se que não está claro para os empreendimentos se eles fazem parte de sistemas de governança. O sistema de governança aqui entendido como o resultado da coordenação interativa entre produtores da cesta e demais atores locais (públicos, privados e associativos) a fim de internalizar a renda da qualidade territorial (Mollard, 2001; Pequeur 2001), ou seja, são relações territoriais articuladas para promover a CBST e a RQT.

O critério na matriz considera 1 (um) se a agroindústria participa de associação de produtores/de cooperativas/de grupos estratégicos de planejamento territorial e 0 (zero) se não participa de associação de produtores/de cooperativas/de grupos estratégicos de planejamento territorial.

O atributo 6, processo produtivo único, relaciona-se aos bens e serviços que ganham valor por serem intrinsecamente ligados ao território e não podem ser replicados em outros lugares da mesma forma, com modo de produção único que envolve um processo que valoriza a identidade territorial (Pecqueur, 2001). O critério na matriz considera 1 (um) se a agroindústria utiliza matéria-prima com propriedades únicas da região/utiliza método de produção único da região e 0 (zero) se não utiliza matéria-prima com propriedades únicas da região/utiliza método de produção único da região.

O atributo 7, marca de certificação, é aquela usada para atestar a conformidade de um produto ou serviço com determinadas normas ou especificações técnicas, notadamente quanto à qualidade, natureza, material utilizado e metodologia empregada (Brasil, 1989; 1996). O critério na matriz considera 1 (um) se a agroindústria utiliza marca de certificação (uma ou mais): nacional, estadual, municipal (SIF, SIE, SIM, Selo Arte, SISBI-POA, etc), e 0 (zero) se não utiliza marca de certificação (uma ou mais): nacional, estadual, municipal (SIF, SIE, SIM, Selo Arte, SISBI-POA, etc)

O atributo 8, marca coletiva, destinada a identificar e distinguir produtos ou serviços provenientes de membros de uma pessoa jurídica representativa de coletividade, aquela usada para identificar produtos ou serviços provindos de membros de uma determinada entidade

(Brasil, 1996; Ramos et al., 2024). O critério na matriz considera 1 (um) se a agroindústria utiliza marca coletiva e 0 (zero) se não utiliza marca coletiva.

O atributo 9, indicação geográfica, considera-se denominação de origem o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos (Brasil, 1996). O critério na matriz considera 1 (um) se a agroindústria utiliza indicação geográfica (Do: denominação de origem ou IP: indicação de procedência) e 0 (zero) se não utiliza indicação geográfica (Do: denominação de origem ou IP: indicação de procedência).

Ao final da matriz (ver figura 2), na coluna contagem, há o destaque para a pontuação alcançada para cada empreendimento com seu (s) respectivo (s) produto (s). A partir desta pontuação/contagem, pode-se atribuir uma classificação para o empreendimento, conforme figura a seguir.

Figura 3: Classificação - Escala Mater

MATRIZ DE ATRIBUTOS TERRITORIAIS ESPECIFICAÇÃO DE RECURSOS (MATER)		
Escala Mater		
MATER1	MATER2	MATER3
De 1 a 3 Atributos	De 4 a 6 Atributos	De 7 a 9 Atributos

Fonte: Elaboração própria (2024)

É importante destacar que a classificação é para possibilitar investigar se os empreendimentos com menos itens de especificação têm comportamento ou impacto diferente dos empreendimentos com maior quantidade de atributos de especificação. A escala poderá apontar a força do elo territorial por meio do somatório de atributos relacionados ao empreendimento (elo frágil, elo intermediário, elo forte), mas não na comparação entre os atributos individualmente. A análise dos cruzamentos dos atributos com outros dados (faturamento, ganhos líquidos, canais de comercialização, etc), é que poderá indicar se um arranjo de atributos tem mais força que outro.

Abaixo um simulado com dados hipotéticos para mostrar um cenário de classificação.

Figura 4: Simulado Mater

MATRIZ DE ATRIBUTOS TERRITORIAIS - ESPECIFICAÇÃO DE RECURSOS (MATER)													
Dados gerais				Atributos									Pontuação de Especificidade
				Territorial					Qualidade				
Nº	Município/Território	Agroindústrias	Produto	Saber-fazer Familiar	Ambientais/ Paisagísticos	Históricos	Culturais/ Tradições	Processos Produtivos Únicos	Relações Territoriais	Marca de Certificação	Marca Coletiva	Indicação Geográfica	Contagem
1	XXX/ZZZ	PPP	a, b, c	0	1	0	1	0	0	1	0	0	3
2	YYY/ZZZ	MMM	c, d, e	0	1	0	1	1	0	1	0	0	4
3	TTT/ZZZ	SSS	a, e, f	1	1	1	1	1	0	1	0	0	6

Fonte: Elaboração própria (2024)

Considerando a escala Mater, o empreendimento PPP estaria no Mater1, MMM estaria no Mater2 e SSS estaria no Mater3. Importante salientar, que a pontuação não julga o mérito do produto territorial, apenas servirá de base para comparações com os resultados em termos de diferenciais de renda.

7.1 O PRÉ-TESTE

Ressalta-se que esta é uma versão preliminar da matriz, cujo pré-teste foi apresentado em Ramos e Turnes (2024) e Ramos, Turnes e Cazella (2025). O pré-teste fundamentou-se na análise de Mollard (2001), que afirma que, ao simplificar a economia para incluir um ou dois bens e apenas um setor, e ao combiná-la com uma abordagem econômica territorial, é possível aproximar a complexidade intrínseca de um território. Dessa forma, a pesquisa foi aplicada ao setor das agroindústrias familiares, inicialmente considerando o pré-teste em um produto específico: o queijo serrano.

Para um pré-teste foi utilizado o produto queijo serrano e três queijarias da amostra que responderam ao questionário qualitativo.

Figura 5: Simulado da Escala MATER aplicado à agroindústrias de queijo serrano da Serra Catarinense (amostra)

MATRIZ DE ATRIBUTOS TERRITORIAIS - ESPECIFICAÇÃO DE RECURSOS (MATER)													
Dados gerais				Atributos									Pontuação de Especificidade
				Territorial					Qualidade				
Nº	Município/Território	Agroindústrias	Produto	Saber-fazer familiar	Ambientais/ Paisagísticos	Históricos	Culturais/ Tradições	Processos Produtivos Únicos	Relações Territoriais	Marca de Certificação	Marca Coletiva	Indicação Geográfica	Contagem
1	São José do Cerrito	Queijaria Dona Hilda	Queijo serrano	1	0	0	1	1	1	0	0	0	4
2	Bom Jardim da Serra	Queijos Pirina	Queijo serrano	1	0	0	1	1	1	1	0	0	5
3	Urubici	Queijos Tio Niva	Queijo serrano	1	0	0	1	1	1	1	1	0	6

Fonte: Elaboração própria (2024) com base na pesquisa Lemate/UFSC (2021/2022)

Observa-se, a partir dos atributos considerados na escala de especificação territorial, que, embora as três agroindústrias estejam classificadas como MATER2, há diferenças na intensidade de territorialização dos produtos. A Queijaria Dona Hilda apresenta um elo menos intenso com o território em comparação às agroindústrias Queijos Pirina e Queijos Tio Niva, cujos produtos demonstram maior ancoragem territorial.

Para avançar na comparação entre os casos, seria necessário o levantamento de dois dados fundamentais: preço de venda e custo de produção, a fim de estimar o diferencial de renda. Na amostra analisada, apenas a agroindústria Queijos Pirina forneceu ambos os dados, com preço de R\$ 45,00 por quilo e custo estimado de R\$ 28,00, resultando em um diferencial de R\$ 17,00. No caso da Queijos Tio Niva, o preço médio por quilo é de aproximadamente R\$ 35,00, mas não foi informado o custo de produção. Ainda assim, observa-se que, apesar de ambos os queijos (Pirina e Tio Niva) estarem classificados como MATER2, há uma diferença de R\$ 10,00 no preço, sendo que o queijo da Pirina apresenta um atributo de qualidade a menos. Tal constatação indica a necessidade de aprofundar a análise sobre a precificação, considerando não apenas os custos, mas também os fatores simbólicos e mercadológicos que podem influenciar o valor atribuído aos produtos. Em relação à Queijaria Dona Hilda, a ausência dos dados de preço e custo impossibilitou sua inclusão na análise comparativa do diferencial de renda.

As três agroindústrias analisadas apresentam, no mínimo, três atributos territoriais – saber-fazer familiar, elementos culturais/tradicionais e processos produtivos únicos – e ao menos um atributo de qualidade. Todas demonstram relações territoriais consistentes. A presença de marca de certificação é identificada nas agroindústrias Queijos Pirina e Queijos Tio Niva, enquanto a marca coletiva está presente apenas na Queijos Tio Niva.

O pré-teste realizado permitiu evidenciar a importância de, em futuras pesquisas de campo, garantir a coleta sistemática dos dados de preço e custo de produção, condição essencial para estimar o diferencial entre ambos. Embora o modelo de classificação territorial e de qualidade apresente potencial analítico, observa-se que ainda necessita de aprimoramentos. Diante disso, o capítulo seguinte explora outras possibilidades de análise, incorporando variáveis como faturamento, margem líquida e canais de comercialização, em articulação com os atributos territoriais e os níveis da Escala MATER.

8. ANÁLISE E REFLEXÕES SOBRE A ANCORAGEM TERRITORIAL DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES NA REGIÃO DA SERRA CATARINENSE

A territorialização dos sistemas agroalimentares locais tem sido discutida na literatura recente, especialmente no contexto das agroindústrias familiares (AIFs), como um instrumento de fortalecimento do desenvolvimento rural sustentável (Pecqueur, 2024; Souza et al. 2022; Ribeiro et al., 2024). A região da AMURES, em Santa Catarina, apresenta um mosaico de experiências produtivas que permitem analisar em profundidade os limites e potencialidades da ancoragem territorial dos produtos agroalimentares. Este texto busca analisar os dados coletados sobre 30 AIFs da região, com base na Escala MATER, articulando dimensões econômicas, simbólicas e institucionais.

A pesquisa realizada junto à 30 AIFs da região da AMURES, na Serra Catarinense, revela a diversidade de estratégias produtivas e comerciais adotadas por esses empreendimentos, bem como os diferentes níveis de integração territorial e de articulação institucional. A partir da aplicação da Escala MATER, que classifica os empreendimentos conforme a presença de atributos de ancoragem territorial, foi possível identificar padrões e lacunas relevantes para a compreensão do desenvolvimento territorial na região.

Neste capítulo, serão apresentados os dados da pesquisa, organizados em duas seções: a primeira aborda os dados qualitativos e a segunda reúne os dados quantitativos, ambos extraídos do estudo realizado pelo Lemate nos anos de 2021 e 2022, nos municípios que compõem a AMURES, na Serra Catarinense.

8.1 APLICAÇÃO DA ESCALA MATER AOS DADOS QUALITATIVOS

Esta seção apresenta a etapa de aplicação da Escala MATER aos dados qualitativos da pesquisa Lemate 2021/2022, que se configuraram em fonte preciosa de informação, uma vez que representaram falas dos proprietários das AIFs. No quadro 5 é possível verificar o percentual de AIFs por município que participaram da pesquisa como um todo.

Quadro 5: Percentual de Agroindústrias Familiares (AIFs) pesquisada por município (2021/2022)

Município	Quantidade de AIFs	Produtos	%
Lages	5	cogumelo, feijão, mel (duas AIFs), doces artesanais	17%
Correia Pinto	4	Pinhão, mel, panificados, salame	13%
Urubici	4	sorvete, panificados, queijo, sucos	13%
Bom Jardim da Serra	3	morango (duas AIFs), queijo	10%
Cerro Negro	3	morango, panificados, queijo	10%
São José do Cerrito	3	queijo, frango, pinhão	10%
Bom Retiro	2	panificados, granola	7%
Anita Garibaldi	1	Ovo	3%
Bocaina do Sul	1	mel de bracatinga	3%
Otacílio Costa	1	sucos e geleias	3%
Rio Rufino	1	doces e salgados	3%
São Joaquim	1	polpa de frutas	3%
Capão Alto	1	Vinho	3%
Total	30		100%

Fonte: Elaboração própria (2025)

Das 30 AIFs pesquisadas, em 27 delas foi possível aplicar a Escala MATER nesta etapa, uma vez que, em três empreendimentos os documentos estavam sem detalhamento.

Das cinco AIFs pesquisadas no município de Lages, destaca-se, no caso da produção de cogumelos serranos, o Atributo 2. Ambiental, dado que as condições climáticas locais são especialmente favoráveis ao cultivo. Também sobressai o Atributo 5. Relações Territoriais, já que a agroindústria integra a Rede Ecovida e utiliza a marca coletiva Sabor Serrano, ligada ao Atributo 8. Marca Coletiva, e adota o turismo como estratégia complementar de comercialização. Na abordagem da CBST, o turismo pode ser um aliado na comercialização de produtos territoriais (Mollard, 2001; Pecqueur, 2001; Hirczak et al., 2008; Cazella et al. 2020).

No caso da agroindústria familiar que comercializa feijão, o Atributo 5. Relações Territoriais é novamente o mais presente, evidenciado pela participação em diversas organizações coletivas, como o Fórum de Economia Solidária, a Associação Agrilages, sindicato rural, cooperativa de crédito e cooperativa de produção.

A AIF1 voltada à produção de mel apresenta como destaque o Atributo 9. Indicação Geográfica, pois possui Denominação de Origem (DO), que junto à certificação Selo Arte, Atributo 7. Certificação, possibilita construir a imagem de produto diretamente associada ao território serrano. Já a AIF2 do mel evidencia principalmente o Atributo 5. Relações Territoriais, por meio da participação ativa em associações de agricultores, sindicato e

cooperativa de crédito e do uso da marca coletiva Sabor Serrano, relativo ao Atributo 8. Marca Coletiva.

Por fim, a AIF de doces artesanais mantém vínculo com o Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense (CISAMA), responsável tanto pela supervisão da inspeção sanitária quanto pelo fornecimento de rótulos com o selo do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), relacionado ao Atributo 7. Certificação. A utilização da marca coletiva Sabor Serrano também é um elemento central, simbolizando o Atributo 8. Marca Coletiva e reforçando a presença do Atributo 5. Relações Territoriais.

Nos quatro empreendimentos pesquisados no município de Correia Pinto, observou-se a presença de diferentes atributos territoriais associados às práticas produtivas. No caso da agroindústria que comercializa pinhão, destaca-se o Atributo 3. Cultura/Tradição, em virtude do simbolismo cultural do produto, bem como o Atributo 5. Relações Territoriais, pela adoção da marca coletiva Sabor Serrano, que ancorou sua produção no território e que está relacionada ao Atributo 8. Marca Coletiva.

A produção de mel, por sua vez, apresenta os atributos relacionados ao Selo Arte e à marca coletiva Sabor Serrano, reforçando a importância do Atributo 7. Certificação e 8. Marca Coletiva na ancoragem territorial do produto.

A AIF voltada à produção de panificados, localizada em território de assentamento, evidencia múltiplos atributos. O Atributo 1. Saber-fazer Familiar se manifesta no uso de receitas tradicionais herdadas da avó. O Atributo 4. Cultura/Tradição é incorporado por meio da inclusão do pinhão como recurso territorial nas receitas. Já o Atributo 5. Relações Territoriais se expressa nas parcerias estabelecidas com a AMURES, a EPAGRI e organizações vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e no uso da marca coletiva Sabor Serrano, ligada ao Atributo 8. Marca Coletiva. Essas relações territoriais também se concretizam na organização conjunta de feiras e na compra mútua de insumos entre os empreendimentos locais. Além disso, o uso da marca coletiva tem permitido a inserção dos produtos na merenda escolar por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ampliando o alcance das vendas.

Por fim, no caso da AIF que produz salame, o destaque é novamente para o Atributo 5. Relações Territoriais, evidenciado pelas interações com outros gestores de agroindústrias familiares, especialmente no próprio município, bem como pela articulação com o CISAMA e a Associação Empresarial de Lages (ACIL).

Em Urubici, a agroindústria familiar que produz sorvetes destaca-se pelo Atributo 8. Marca Coletiva, por utilizar a marca Sabor Serrano, e pelo Atributo 7. Certificação,

aproveitando, ainda, o potencial do turismo como estratégia de comercialização. Aqui neste caso, tem-se um exemplo do que poderia ser considerado um produto genérico, porém, a AIF está se esforçando para que o sorvete possa ser compreendido como parte do contexto territorial. Mesmo que o produto sorvete em si tenha um elo mais fraco na escala MATER, mas as externalidades geradas pelo uso da marca coletiva Sabor Serrano podem propiciar a ancoragem territorial que permita gerar uma renda diferenciada.

A AIF de panificados tem como principais atributos o Atributo 1. Saber-fazer Familiar, presente no modo de produção, e o Atributo 8. Marca Coletiva, também pelo uso da marca Sabor Serrano. No entanto, chama atenção o fato de que a AIF utiliza a marca mesmo sem o pleno conhecimento de seu papel estratégico, apenas por sua capacidade percebida de facilitar a venda dos produtos. Inclusive essa é uma questão importante que se depreende deste estudo, de que é necessária capacitação em valorização de recursos territoriais para as AIFs, para que saibam como posicionar e valorizar seu produto. Ainda, nesta AIF o turismo também contribui positivamente para a inserção comercial.

A AIF dedicada à produção de queijo serrano evidencia múltiplos atributos: o Atributo 1. Saber-fazer Familiar e o Atributo 8. Marca Coletiva, com o uso da Sabor Serrano; o Atributo 7. Certificação, por atender aos critérios legais do produto; e o Atributo 6. Processos Produtivos Únicos, uma vez que todo o leite utilizado na fabricação é produzido na própria propriedade, conforme exige a legislação específica para o queijo serrano.

A AIF que trabalha com a produção de sucos também apresenta elementos relevantes de ancoragem territorial. Seu principal diferencial está na matéria-prima: utiliza uvas cultivadas em Urubici e maçãs provenientes de São Joaquim, ambas associadas ao território serrano (De Paula, 2019; Souza et al., 2022). Em relação ao Atributo 5. Relações Territoriais, a AIF integra a rede Acolhida na Colônia¹³, fortalecendo sua inserção no tecido local. A comercialização está fortemente vinculada ao turismo, seu principal canal de venda. Embora não utilize formalmente a marca coletiva, há referência explícita à Serra Catarinense nos rótulos dos produtos, o que contribui para a valorização territorial.

Em Bom Jardim da Serra, a AIF1 dedicada ao cultivo de morangos se destaca pelo Atributo 6. Processos Produtivos Únicos, especialmente pelo modo diferenciado de cultivo. A comercialização está fortemente associada ao turismo local, o que amplia seu alcance de mercado. A AIF2 de morangos também articula suas vendas com o turismo, embora suas relações territoriais sejam mais restritas, limitando-se à atuação conjunta com a EPAGRI e à

¹³ Para saber mais sobre a rede Acolhida na Colônia ler Guzzatti et al. (2013) e Turnes et al. (2022).

troca de experiências com outros produtores da mesma cultura. Mais uma vez a estratégia da venda associada ao turismo, que condiz com a abordagem da CBST (Lacroix et al. 1997; Mollard, 2001; Pecqueur, 2001; Cazella et al., 2020).

No caso da AIF que produz queijo, identificam-se múltiplos atributos relevantes. O Atributo 1. Saber-fazer Familiar manifesta-se na produção artesanal realizada pela própria família. O Atributo 5. Relações Territoriais é evidenciado pela participação ativa na Associação dos Produtores de Queijo Serrano da Serra Catarinense (APROSERRA) e em um grupo de mulheres do município. O Atributo 6. Processos Produtivos Únicos está presente no cuidado específico com a alimentação das vacas, mantidas em pastagem própria, na atenção aos terneiros e na busca por diferenciação de qualidade. Essas práticas, por sua vez, articulam-se ao atributo 7. Certificação, com a obtenção de selos como o SIM e o Selo Arte, que conferem reconhecimento oficial e agregam valor ao produto.

Em Cerro Negro, das três agroindústrias familiares pesquisadas, apenas a AIF dedicada à produção de morangos forneceu informações mais detalhadas sobre seu funcionamento. Nesse caso, destaca-se o atributo 2. Ambiental, uma vez que os relatos da pesquisa indicam que o sabor mais doce do fruto está diretamente relacionado ao clima, à altitude e à pluviosidade locais, fatores que favorecem um amadurecimento mais lento dos morangos. No entanto, observa-se que esse diferencial ambiental ainda não é comunicado de forma explícita ao consumidor final, uma vez que os empreendedores da AIF não têm total conhecimento acerca dos benefícios do valor agregado territorial. Outro atributo relevante é o 5. Relações Territoriais, evidenciado pelo engajamento da agroindústria em iniciativas coletivas, como a criação da Associação de Produtores de Morango Sabor da Serra. Além disso, a AIF utiliza o rótulo Sabor Serrano, Atributo 8. Marca Coletiva, em conjunto com a denominação da associação. Entre os parceiros institucionais envolvidos na articulação territorial estão a AMURES, o CISAMA, a EPAGRI e a Secretaria Municipal de Agricultura (CATÁLOGO..., 2022).

Em São José do Cerrito, a AIF voltada à produção de queijo, ainda em fase de estruturação no período da pesquisa, já apresentava evidências dos atributos 1. Saber-fazer Familiar e 5. Relações Territoriais. A comercialização do produto estava associada ao turismo, o que reforça a conexão entre práticas tradicionais e estratégias de valorização territorial. Novamente o protagonismo do turismo aparece na narrativa como propulsor de outros produtos territoriais, fato que está alinhado à abordagem da CBST (Lacroix et al. 1997; Mollard, 2001; Pecqueur, 2001; Cazella et al., 2020).

A AIF dedicada à produção de frangos destacou-se principalmente pelo Atributo 5. Relações Territoriais, por meio da participação ativa em espaços coletivos, como clube de mães, associação de agricultores e cooperativa de crédito. Além disso, a obtenção da certificação do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI) evidencia a presença do Atributo 7. Certificação, conferindo maior legitimidade ao produto.

No caso da AIF voltada à produção de pinhão, observa-se uma clara percepção do produto como um recurso territorial. O Atributo 5. Relações Territoriais é valorizado a partir da articulação com organizações locais para ampliar a comercialização. O Atributo 1. Saber-fazer Familiar também é central, manifestando-se na prática tradicional do cozimento do pinhão em fogão a lenha, que confere ao produto um sabor diferenciado devido ao tempo prolongado de cocção. Ademais, a agroindústria utiliza a marca coletiva Sabor Serrano, o que destaca o Atributo 8. Marca Coletiva como mais um elemento de ancoragem territorial.

Em Bom Retiro, a AIF de panificados participante da pesquisa valoriza o Atributo 1. Saber-fazer Familiar, evidenciado no uso de receitas tradicionais da avó, mantidas ao longo das gerações. Já a AIF de granola também se destaca por esse mesmo atributo, com uma receita transmitida de pai para filho e posteriormente aperfeiçoada. As relações territoriais nesse caso são mais limitadas, manifestando-se principalmente na aquisição do mel utilizado como insumo na produção da granola, proveniente da Serra Catarinense, o que confere ao produto um elemento de ancoragem territorial indireta.

Na produção de ovos da AIF de Anita Garibaldi que participou da pesquisa, o atributo mais destacado foi o 8. Marca Coletiva, pois o empreendimento utiliza a marca Sabor Serrano como símbolo do produto territorial. Observe que mais um produto que poderia ser considerado genérico, tal qual o sorvete, busca no processo de valorização territorial do seu entorno agregar uma renda diferenciada ao seu produto.

Em Bocaina do Sul, a AIF pesquisada foca na produção de mel de bracatinga, com destaque para o Atributo 2. Ambiental, devido ao relevo acentuado, ideal para o desenvolvimento da bracatinga. O Atributo 1 - Saber-fazer Familiar também é valorizado, refletido na prática de manter um pouco de mel nas caixas durante o inverno, evitando a necessidade de alimentar as abelhas. A AIF possui o Selo Arte que evidencia o Atributo 7. Certificação e ainda o Atributo 5. Relações Territoriais por meio da parceria com a EPAGRI e a Associação dos Produtores de Mel - APROSERRA.

Em Otacílio Costa, a AIF de sucos de uva e geleias destaca-se pelo Atributo 6. Processos Produtivos Únicos¹⁴. O empreendimento aproveita eventos locais para comercializar e divulgar seus produtos, embora não mantenha relações com marcas coletivas ou redes associativas.

Em Rio Rufino, a AIF produtora de doces e salgados sobressai pelos Atributos 5. Relações Territoriais, especialmente com a EPAGRI, e 8. Marca Coletiva, utilizando a marca Sabor Serrano.

Em São Joaquim, a AIF que atua na produção de polpas de frutas destaca os Atributos 5. Relações Territoriais, com parcerias com a Cooperserra e Frutas de Ouro, que fornecem parte da matéria-prima, além do uso da estrutura física da Cooperserra. Também mantém vínculos com OCESP/SESCOOP para cursos e capacitação. Embora utilize insumos da Serra Catarinense, não informou se utiliza como estratégia de ancoragem em seus produtos.

Na AIF do município de Capão Alto não foi possível aplicar a Escala MATER por ausência de dados.

A seguir, apresenta-se um quadro síntese da análise qualitativa realizada com base na Escala MATER. Ressalta-se que esta é uma interpretação feita a partir de dados secundários e que podem ocorrer variações caso a escala venha a ser aplicada diretamente em pesquisa de campo com as AIFs ou outros empreendimentos territoriais.

¹⁴ o processamento do suco é realizado em 24 horas, entre colheita e envase. Além disso, foi desenvolvida pelo proprietário um processamento que não é enzimático e a temperatura do suco chega até 45°, 50° no máximo. Outro diferencial está em utilizar uma única variedade e não fazer blends como normalmente é feito. Dessa forma, para 1 litro de uva se utiliza 2,3 kg de uva e os outros sucos comercializados utilizam 1,3 kg de uva para 1 litro de suco. A uva também entra na produção uma a uma, fora do cacho e já selecionadas e higienizadas (Lemate/2021/2022).

Quadro 6: Síntese dos atributos em destaque nas AIFs pesquisadas

Município	Produtos	Atributo em destaque	Atributos Associados
Lages	cogumelo	2. Ambiental	5. Relações Territoriais, 7. Certificação e 8. Marca Coletiva
	feijão	5. Relações Territoriais	--
	mel	9. Indicação Geográfica	5. Relações Territoriais e 7. Certificação
	mel	5. Relações Territoriais	8. Marca Coletiva
	doces artesanais	8. Marca Coletiva	5. Relações Territoriais e 7. Certificação
Correia Pinto	pinhão	5. Relações Territoriais	8. Marca Coletiva
	mel	8. Marca Coletiva	7. Certificação
	panificados	1. Saber-fazer familiar	4. Cultura/tradição, 5. Relações Territoriais e 8. Marca Coletiva
	salame	5. Relações Territoriais	7. Certificação e 8. Marca Coletiva
Urubici	sorvete	8. Marca Coletiva	7. Certificação
	panificados	1. saber-fazer familiar	8. Marca Coletiva
	queijo	1. saber-fazer familiar	4. Cultura/tradição, 5. Relações Territoriais, 6. Processos Produtivos Únicos, 7. Certificação e 8. Marca Coletiva
	sucos	5. Relações Territoriais	Explicita a Serra Catarinense no rótulo
Bom Jardim da Serra	morango	6. Processos Produtivos Únicos	--
	morango	5. Relações Territoriais	--
	queijo serrano	1. Saber-fazer familiar	5. Relações Territoriais, 6. Processos Produtivos Únicos, 7. Certificação e 8. Marca Coletiva
Cerro Negro	morango	2. Ambiental	1. Saber-fazer familiar, 5. Relações Territoriais 6. Processos Produtivos Únicos, 7. Certificação e 8. Marca Coletiva
	panificados	sem detalhamento	--
	queijo serrano	sem detalhamento	--
São José do Cerrito	queijo serrano	5. Relações Territoriais	1. saber-fazer familiar, 4. Cultura/tradição e 6. Processos Produtivos Únicos
	frango	5. Relações Territoriais	7. Certificação
	pinhão	5. Relações Territoriais	1. saber-fazer familiar e 8. Marca Coletiva
Bom Retiro	panificados	1. saber-fazer familiar	--
	granola	1. saber-fazer familiar	Mel utilizado vem da Serra Catarinense
Anita Garibaldi	ovo	8. Marca Coletiva	7. Certificação
Bocaina do Sul	mel de bracatinga	2. Ambiental	1. saber-fazer familiar, 5. Relações Territoriais, 7. Certificação, 8. Marca Coletiva
Otacílio Costa	sucos e geleias	6. Processos Produtivos Únicos	7. Certificação
Rio Rufino	doces e salgados	5. Relações Territoriais	8. Marca Coletiva
São Joaquim	Polpa de frutas	5. Relações Territoriais	Insumos oriundos de cooperativas da Serra Catarinense
Capão Alto	vinho	sem detalhamento	--

Fonte: Elaboração própria (2025).

A análise dos dados permite evidenciar a diversidade de produtos e de atributos territoriais mobilizados pelas AIFs na Serra Catarinense, revelando distintas formas de ancoragem territorial. O atributo 5. Relações Territoriais é o mais recorrente como atributo em destaque e aparece com frequência entre os atributos associados, indicando que a força das AIFs está, em muitos casos, diretamente relacionada à articulação em redes locais, uso de marcas coletivas, participação em associações e parcerias institucionais.

O atributo 1. Saber-fazer familiar aparece com destaque principalmente nos municípios onde há produção artesanal e com forte herança cultural, como em Urubici, Correia Pinto, Bom Retiro e São José do Cerrito. Este atributo, por sua vez, frequentemente está associado a outros elementos como o atributo 8. Marca Coletiva e o atributo 4. Cultura/Tradição, evidenciando um entrelaçamento entre a prática produtiva tradicional e os instrumentos de valorização territorial formal, como rótulos e certificações.

A Marca Coletiva Sabor Serrano (atributo 8) é recorrente entre os atributos associados, mesmo quando não é o atributo principal. Isso demonstra que, ainda que em algumas AIFs ela não seja o diferencial inicial da identidade do produto, sua presença agrega valor simbólico e contribui para a narrativa territorial. Em produtos como doces, mel, queijo e panificados, sua associação com outros atributos fortalece a construção de uma imagem coletiva da Serra Catarinense como território produtor de qualidade e tradição.

O atributo 7. Certificação aparece geralmente como associado, e não como destaque principal. Isso sugere que, embora seja valorizado, ele é entendido mais como um complemento à valorização territorial do que como seu elemento central. Certificações como o Selo Arte ou o SISBI, e a Indicação Geográfica (atributo 9), como no caso do mel de Lages, são utilizados para reforçar outros atributos, como o ambiental ou o saber-fazer. Esses atributos estão relacionados à qualidade que se agrega ao produto.

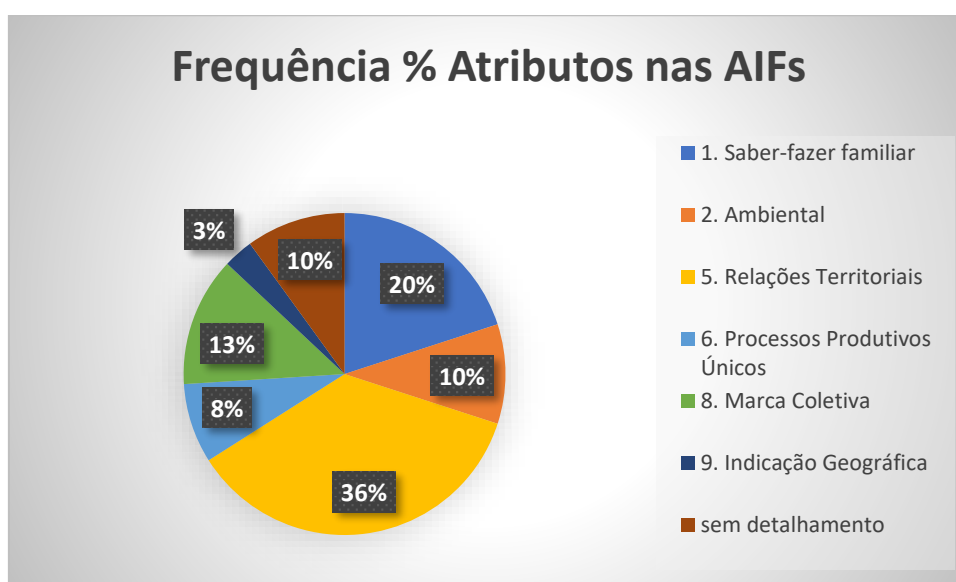
No tocante ao atributo 2. Ambiental, embora ele apareça como destaque em produtos como cogumelos, morangos e mel de bracinga, há uma lacuna importante: em vários casos, o diferencial ambiental não é explicitamente comunicado ao consumidor, o que aponta para uma oportunidade de valorização ainda subaproveitada.

Observa-se também que alguns municípios concentram maior diversidade de atributos territoriais pelo levantamento realizado (como Lages, Urubici e Correia Pinto), enquanto outros apresentam menor detalhamento ou articulação, como Capão Alto, Cerro Negro e Otacílio Costa. Isso pode refletir tanto limitações de informação quanto diferentes estágios de organização e valorização das AIFs locais, bem como a valorização por transbordamento pela proximidade com territórios em pleno desenvolvimento como por exemplo, São Joaquim.

Em resumo, o cruzamento dos dados aponta para a interdependência entre os atributos territoriais, sendo comum a combinação entre elementos culturais, organizacionais e ambientais. As AIFs mais fortes, em termos de reconhecimento territorial, são aquelas que integram múltiplos atributos, com destaque para as que articulam saber-fazer tradicional, relações coletivas organizadas e elementos de diferenciação como marcas e certificações. Isso demonstra que o território não é apenas um recurso de base, mas um fator construído e comunicado ativamente pelas experiências produtivas.

Ainda com relação ao quadro 6, observa-se que há uma frequência relacionada aos atributos territoriais em destaque nas AIFs. O gráfico a seguir explicita essa informação:

Gráfico 2: Frequência Relativa Atributos Territoriais nas AIFs



Fonte: Elaboração própria (2025).

O atributo mais recorrente entre os empreendimentos analisados foi o Atributo 5. Relações Territoriais, identificado em 36% dos casos, o que evidencia a importância das redes locais e das interações socioterritoriais no fortalecimento das AIFs. Em segundo lugar, destacou-se o Atributo 1. Saber-fazer familiar, com 20%, indicando o peso do conhecimento tradicional e transmitido entre gerações na construção dos produtos e processos dessas agroindústrias.

Na terceira posição, o Atributo 8. Marca Coletiva obteve 13%, sugerindo esforços de organização e valorização conjunta por parte dos produtores. Em seguida, o Atributo 2. Ambiental, com 10%, revela a preocupação com a sustentabilidade e o uso de recursos naturais específicos do território. Já o Atributo 6. Processos Produtivos Únicos apareceu em 8% das respostas, indicando práticas diferenciadas, embora menos frequentes no conjunto da amostra.

Por fim, o Atributo 9. Indicação Geográfica foi mencionado em apenas 3% dos casos, o que pode refletir um uso ainda incipiente dessa ferramenta institucional como estratégia de valorização territorial. Ressalta-se que 10% dos empreendimentos não forneceram informações na etapa dos dados qualitativos, o que representa uma lacuna relevante na coleta de dados.

Durante a etapa de análise dos dados qualitativos, destacou-se uma informação particularmente importante no contexto da CBST e da RQT: a presença do turismo como canal estratégico de comercialização. Das 27 agroindústrias familiares (AIFs) que forneceram dados qualitativos, 8 indicaram algum tipo de venda vinculada ao turismo, seja por meio de eventos, feiras, espaços gastronômicos ou turísticos, o que representa aproximadamente 30% do total.

Dentre essas AIFs, quatro (atuantes nos segmentos de panificados e sorvetes) figuram entre as dez com maior faturamento, todas classificadas na escala MATER1. Esse dado evidencia que a inserção territorial em circuitos curtos e experienciados, como aqueles proporcionados pelo turismo, pode favorecer o desempenho econômico das AIFs, ao mesmo tempo em que fortalece os vínculos identitários e simbólicos com o território. Tal observação corrobora os pressupostos teóricos da CBST e da RQT, que apontam a importância da ancoragem territorial na geração de valor agregado e na diferenciação dos produtos (Lacroix et al. 1997; Mollard, 2001; Pecqueur, 2001; Cazella et al., 2020).

Enfim, das 30 agroindústrias familiares pesquisadas, foi possível aplicar a Escala MATER em 27 casos, representando a maior parte da amostra. A seguir, apresentam-se os dados quantitativos, analisados à luz dos atributos territoriais.

8.2 APLICAÇÃO DA ESCALA MATER AOS DADOS QUANTITATIVOS

Após a apresentação dos dados qualitativos, que permitiram identificar atributos territoriais associados à produção das AIFs, esta seção tem por objetivo analisar os dados quantitativos obtidos na pesquisa realizada pelo Lemate (2021/2022), com destaque para as informações relacionadas ao faturamento anual das AIFs da região da AMURES, na Serra Catarinense.

Compreender o desempenho econômico dessas atividades é fundamental para analisar o potencial de geração de renda e o papel das AIFs no desenvolvimento territorial. O faturamento, embora não seja o único indicador relevante, permite inferir sobre a viabilidade econômica das iniciativas, as estratégias de inserção em mercados locais e diferenciados, bem como os efeitos de políticas públicas, como a utilização de marcas coletivas, certificações e participação em circuitos curtos de comercialização.

A análise será apresentada de forma articulada com os atributos previamente identificados pela aplicação da Escala MATER, permitindo observar possíveis relações entre elementos intangíveis de valorização territorial e os resultados econômicos concretos das AIFs. Buscaremos também identificar padrões, contrastes e especificidades entre os municípios, produtos e formas de organização presentes no território estudado.

A primeira etapa da análise dos dados quantitativos consistiu na classificação das AIFs com base na observação qualitativa realizada anteriormente, especialmente no que se refere à aplicação da Escala MATER. Essa classificação permitiu agrupar os empreendimentos conforme os atributos territoriais predominantes, fornecendo uma base interpretativa para a leitura dos dados econômicos, em especial o faturamento anual. O quadro a seguir apresenta a classificação das 27 AIFs na escala MATER1, MATER2 ou MATER3. Lembrando que a força do elo territorial é de uma classificação a outra e não dentro da mesma classificação, salvo se as análises cruzadas com outros dados assim apontarem.

Quadro 7: Escala MATER aplicada a 27 AIFs da AMURES

Ordem	Município	Produto	MATER1	MATER2	MATER3
			De 1 a 3 Atributos	De 4 a 6 Atributos	De 7 a 9 Atributos
1	Urubici	queijo serrano	--	6	--
2	Cerro Negro	morango	--	6	--
3	Bocaina do Sul	mel de bracatinga	--	5	--
4	Bom Jardim da Serra	queijo serrano	--	5	--
5	Lages	cogumelos	--	4	--
6	São José do Cerrito	queijo serrano	--	4	--
7	Correia Pinto	salame	3	--	--
8	Lages	doces artesanais	3	--	--
9	Lages	mel de bracatinga	3	--	--
10	São José do Cerrito	pinhão	3	--	--
11	Lages	mel de bracatinga	2	--	--
12	Anita Garibaldi	ovos	2	--	--
13	Bom Retiro	granola	2	--	--
14	Correia Pinto	pinhão	2	--	--
15	Correia Pinto	mel de bracatinga	2	--	--
16	Correia Pinto	panificados	2	--	--
17	Rio Rufino	doces e salgados	2	--	--
18	São José do Cerrito	frango	2	--	--
19	Urubici	panificados	2	--	--
20	Urubici	sorvete	2	--	--
21	Otacílio Costa	sucos e geleias	2	--	--
22	Bom Retiro	panificados	1	--	--
23	Bom Jardim da Serra	morangos	1	--	--
24	Bom Jardim da Serra	morangos	1	--	--
25	Lages	feijão	1	--	--

26	Urubici	sucos	1	--	--
27	São Joaquim	polpa de fruta	1	--	--

Fonte: Elaboração própria (2025).

O quadro apresenta uma classificação de produtos agroindustriais familiares de municípios da Serra Catarinense conforme a **Escala MATER**, que mensura a força de territorialização dos produtos com base em seus atributos (elo frágil, elo intermediário ou elo forte). A escala está dividida em três categorias:

- **MATER1:** Produtos com 1 a 3 atributos territoriais (Elo Frágil)
- **MATER2:** Produtos com 4 a 6 atributos territoriais (Elo Intermediário)
- **MATER3:** Produtos com 7 a 9 atributos territoriais (Elo Forte)

Dentre os produtos das AIFs que se destacam com elo territorial mais forte, estão morangos, mel, queijo serrano e cogumelos. O quadro mostra que dentro da mesma associação de municípios os elos são frágeis, que morangos de outros municípios não se beneficiam do transbordamento territorial, o mesmo ocorre com queijo serrano e mel. O que pode indicar a fragilidade das relações territoriais no sentido de governança territorial, além da lógica individualista de produção que permeia o mercado *versus* a lógica mais cooperativista do território.

Importante lembrar que, dentro dos referenciais de RQT, seria necessário apresentar pelo menos um atributo relacionado ao território e um atributo relacionada à qualidade para simbolizar a possibilidade de existência da RQT. Dos casos estudados na Escala MATER, pode-se observar que o feijão de Lages, os sucos de Urubici, os morangos de Bom Jardim as Serra e os panificados de Bom Retiro, com relação à produção das AIFs estudadas, apresentaram apenas um atributo no total de atributos. Embora com apelo territorial, podem não se configurar como produto com qualidade territorial dentro da perspectiva da abordagem francesa. Mas, por outro lado, esses produtos podem ser uma reserva de dados para as análises comparativas da RQT, por estarem mais próximos aos produtos genéricos no mercado.

Quadro 8: Análise por categoria da Escala MATER

Escala MATER	Quantia de produtos	Análise
MATER1	21	Demonstra que ainda há baixa expressão territorial em parte das agroindústrias, talvez por ausência de certificações, redes de governança ou atributos culturais suficientemente valorizados ou visibilizados.
MATER2	6	Indica uma média densidade de atributos territoriais. São produtos com certo enraizamento local, valorizando saber-fazer, tradições ou vínculos com o território, mas que ainda não atingem o nível máximo de territorialização.
MATER3	0	Pode indicar que nenhum produto analisado apresenta, simultaneamente, todos os atributos esperados para uma plena ancoragem territorial. Isso evidencia um potencial latente de qualificação e valorização desses produtos.

Fonte: Elaboração própria (2025)

Do total de AIFs, apenas seis (22%) foram classificadas como MATER2, ou seja, apresentaram ancoragem territorial intermediária, com destaque para atributos como saber-fazer familiar, certificações, processos produtivos únicos, relações territoriais e uso de marca coletiva. Esses empreendimentos estão localizados nos municípios de Urubici, Cerro Negro, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Lages e São José do Cerrito. É importante notar que, entre os produtos desses municípios classificados como MATER2, prevalecem produtos com forte identidade territorial, como queijo serrano, mel, cogumelos e morangos, todos associados a condições ambientais e culturais específicas da Serra Catarinense.

Por outro lado, a grande maioria das AIFs, 21 empreendimentos (78%), foram classificadas como MATER1, indicando uma ancoragem territorial mais frágil ou em processo de construção. Nesses casos, embora haja elementos de identidade territorial, como uso de ingredientes locais ou participação em redes de comercialização coletiva, os vínculos com os atributos valorizados pela Escala MATER são mais incipientes ou pouco articulados de forma estratégica. Essa distribuição sugere que há um potencial significativo a ser fortalecido em termos de qualificação territorial dessas iniciativas, sobretudo no que diz respeito à valorização das relações com o território e à adoção de certificações e marcas que reforcem a singularidade dos produtos.

A aplicação da Escala MATER às 27 AIFs analisadas permitiu uma categorização relevante sobre a força da ancoragem territorial dos empreendimentos investigados. Essa classificação, oriunda da primeira etapa da análise quantitativa, foi baseada em observações qualitativas e buscou compreender em que medida os atributos territoriais estão incorporados às práticas produtivas e comerciais de cada AIF.

Essa tipologia inicial é fundamental para as análises seguintes, pois possibilita o cruzamento com variáveis quantitativas como faturamento, margem líquida e formas de comercialização, para este caso. Poderá, em outros casos, ser aplicados a número trabalhadores, tamanho da população da região e acesso a políticas públicas, dentre outros, quando os dados forem acessíveis. Tais cruzamentos poderão revelar em que medida a força da ancoragem territorial contribui para a sustentabilidade econômica das AIFs e para a geração de renda de qualidade territorial.

Após distribuir as 27 AIFs, apresenta-se as 10 classificadas na escala Mater.

Quadro 9: Dez AIFs com melhor posição na Escala MATER

Ordem	Município	Produto	MATER1	MATER2	MATER3
			De 1 a 3 Atributos	De 4 a 6 Atributos	De 7 a 9 Atributos
1	Urubici	queijo serrano	--	6	--
2	Cerro Negro	morango	--	6	--

3	Bocaina do Sul	mel de bracatinga	--	5	--
4	Bom Jardim da Serra	queijo serrano	--	5	--
5	Lages	cogumelos	--	4	--
6	São José do Cerrito	queijo serrano	--	4	--
7	Correia Pinto	salame	3	--	--
8	Lages	doces artesanais	3	--	--
9	Lages	mel de bracatinga	3	--	--
10	São José do Cerrito	Pinhão	3	--	--

Fonte: Elaboração própria (2025)

Dentre as 10 AIFs mais bem situadas na matriz, a distribuição ficou com 60% na MATER2, pois apresentaram atributos entre 4 e 6, mostrando o elo territorial intermediário, ou seja, AIFs no esforço de ancorar os produtos territorialmente. Enquanto quatro AIFs, ficaram na escala MATER1, pois apresentaram atributos entre 1 e 3, com elo territorial em estágio inicial. Na escala MATER3 não ocorreram registros, o que pode demonstrar ainda uma fraca caracterização territorial, ou o não conhecimento pelos empreendimentos da questão territorial e por isso não apareceu na pesquisa ou a falta da presença de um sistema de governança territorial na região. De toda forma, é uma lacuna da pesquisa e pode ser espaço para novas agendas de investigação e organização de capacitações.

Porém, quando contrastado o faturamento bruto anual, muda a configuração das 10 mais bem classificadas, e apenas 50% das AIFs dentre as melhores na escala MATER encontram-se na melhor posição com relação ao faturamento. Observa-se o quadro a seguir:

Quadro 10: Dez melhores AIFS por faturamento bruto anual (ano 2022).

TOP 10	Município	Produto	Faturamento bruto anual (2022)	Ordem AIFs na Escala Mater	Contagem na Escala Mater	Escala MATER
1	Otacílio Costa	sucos e geleias	R\$ 531.214,00	21	2	MATER1
2	Lages	doces artesanais	R\$ 496.800,00	8	3	MATER1
3	Urubici	sucos	R\$ 369.300,00	26	1	MATER1
4	Lages	mel de bracatinga	R\$ 300.000,00	9	3	MATER1
5	Urubici	sorvete	R\$ 279.000,00	20	2	MATER1
6	Correia Pinto	salame	R\$ 200.928,00	7	3	MATER1
7	Bocaina do Sul	mel de bracatinga	R\$ 180.000,00	3	5	MATER2
8	Cerro Negro	morangos	R\$ 168.000,00	2	6	MATER2
9	Urubici	panificados	R\$ 144.000,00	19	2	MATER1
10	Bom Retiro	panificados	R\$ 115.524,00	22	1	MATER1

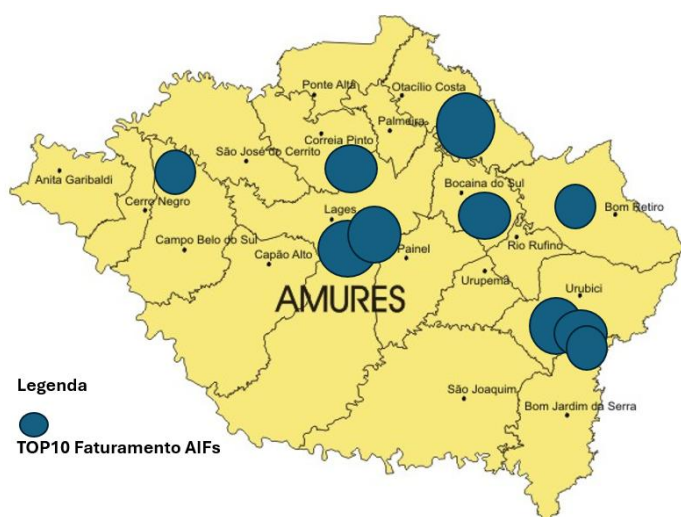
Fonte: Elaboração própria (2025)

O quadro evidencia as dez AIFs com maior faturamento bruto anual em 2022, destacando sua distribuição territorial, os produtos ofertados e a posição de cada unidade na Escala MATER, indicador que expressa a força do elo territorial das iniciativas com base em critérios qualitativos.

Observe que as AIFs de panificados que estão entre as melhores do faturamento não se encontram entre as melhores da Escala MATER (Quadro 8). Já as duas AIFs de mel mais bem classificadas na escala MATER, também se encontram entre as mais bem classificadas pelo faturamento. O resultado pode estar relacionado ao fato de que produtos mais próximos aos genéricos (MATER 1) possam ter preço de comercialização concorrencial no mercado e ter mais giro do que produtos territoriais que tem consumidor específico.

A espacialidade poderá auxiliar na observação dos detalhes desses dados, no mapa a seguir.

Mapa 7: Distribuição espacial do Faturamento - AIFs (2022)



Fonte: Adaptado a partir de AMURES (2025) e Lemate (2021/2022)

Observando o mapa da AMURES, percebe-se que os maiores faturamentos estão em cidades como Lages e Urubici, região que desponta na literatura com forte viés territorial no cenário da CBST (De Paula, 2019; Cazella et al., 2019).

Os municípios de Urubici e Lages se destacam por abrigarem múltiplas AIFs entre as líderes em faturamento, o que pode ser interpretado como reflexo de maior articulação territorial, presença de políticas públicas ou infraestrutura de apoio ao desenvolvimento rural e à comercialização (Turnes et al., 2016, De Paula, 2019, Turnes et al., 2022). A presença recorrente de produtos como sucos, panificados, mel de bracatinga e sorvetes artesanais também revela uma preferência por bens com valor agregado, potencial turístico ou apelo gastronômico.

O caso de Correia Pinto, cuja AIF de salames figura entre as dez maiores em faturamento (R\$ 200.928,00) mesmo estando relativamente afastada dos polos de turismo rural e gastronômico mais consolidados da Serra (como Urubici, São Joaquim e Urupema), desponta provavelmente em função de articular seu mercado em nichos tais como empórios (50%) e espaços turísticos (20%). A AIF tem nas relações territoriais o seu principal atributo de valorização.

Por outro lado, as AIFs classificadas na escala MATER2 (casos de Bocaina do Sul e Cerro Negro) também aparecem entre as mais rentáveis, sugerindo que o processo de consolidação pode ocorrer de forma gradativa e não necessariamente estar completo para que o desempenho econômico seja expressivo. Isso reforça a ideia de que diferentes trajetórias de fortalecimento territorial estão em curso.

Por fim, este panorama indica que a relação entre território, tipo de produto, maturidade organizacional e inserção no mercado são componentes chave para compreender as dinâmicas da CBST e da RQT na região da AMURES.

Neste ponto, é importante lembrar que um dos principais elementos para a análise da RQT está na comparação entre preços e custos de produtos territoriais, em contraste com os produtos genéricos, conforme proposto por Mollard (2001). A pesquisa realizada pelo Lemate buscou levantar tais informações junto às AIFs, no entanto, verificou-se que a maioria das iniciativas não possui registros sistematizados de seus custos de produção. Essa lacuna limita o aprofundamento analítico quanto ao cálculo de diferenciais de preços e à verificação empírica da existência de uma dinâmica de qualidade territorial estruturada.

Diante dessa limitação, esta tese adapta e adota como *proxy* analítica o **Índice de Margem Líquida Total (IMLT)**, assumindo-o como indicador alternativo para fins de análise da RQT quando em contextos de valorização de recursos territoriais específicos. Adaptado do indicador econômico-financeiro empresarial denominado **Margem Líquida** que é encontrado dividindo o lucro líquido pela receita total (Gitman, 2010; Assaf Neto, 2012). O índice varia entre Zero e 1. Quanto mais próximo de 1, mais forte a evidência da geração da RQT, na comparação entre os próprios produtos classificados na Escala MATER ou entre produtos territoriais e produtos genéricos.

Assim, com base nos 10 maiores faturamentos, foi contrastado os valores líquidos com os valores brutos e calculado o Índice de Margem Líquida Total (IMLT), que é o resultado da divisão entre o faturamento líquido anual e o faturamento bruto anual.

$$\text{Índice de Margem Líquida Total (IMLT)} = \frac{\text{Faturamento Líquido Anual}}{\text{Faturamento Bruto Anual}}$$

Nos casos em que for possível calcular, o **Índice De Margem Líquida Unitária (IMLU)** poderá ser também utilizado como proxy da RQT. Da mesma forma que o IMLT, quanto mais próximo de 1, mais forte a evidência da geração da RQT aliado à Escala MATER ou entre produtos territoriais e produtos genéricos.

$$\text{Índice de Margem Líquida Unitária (IMLU)} = \frac{\text{Lucro Unitário}}{\text{Preço Unitário}}$$

Cabe salientar que: a) em ambos os índices, ao multiplicar o resultado por 100, se obtém o valor percentual da margem líquida; e b) embora tal substituição não permita mensurar com exatidão o peso territorial nos diferenciais econômicos, ela oferece uma estimativa relevante sobre a importância dos atributos territoriais específicos na geração de renda das AIFs quando analisada em conjunto com a escala MATER.

Adicionalmente, a dificuldade em registrar e controlar os custos de produção, identificada de forma recorrente entre os empreendimentos analisados, evidencia um problema estrutural na gestão das AIFs. Esse fator, por si só, revela um campo de atuação estratégica para políticas públicas e ações de capacitação, voltadas à qualificação da gestão econômica e contábil das unidades produtivas. Assim, mesmo diante da limitação dos dados, a sistematização e visibilização dessa lacuna representam um avanço, ao apontar com clareza uma dimensão crítica a ser fortalecida no processo de consolidação da qualidade territorial.

O resultado dos cálculos do IMLT pode ser conferido no quadro a seguir.

Quadro 11: Dez melhores AIFs pelo Índice de Margem líquida Total (IMLT) (2022)

TOP 10	Município	Produto	Faturamento Bruto Anual (a) (2022)	Faturamento Líquido Anual (b) (2022)	Índice de Margem Líquida Total (b/a)	Ordem AIFs na Escala Mater	Contagem na Escala Mater	Classificação MATER
1	Lages	mel de bracatinga	R\$ 300.000,00	R\$ 240.000,00	0,8	9	3	MATER1
2	Otaçílio Costa	sucos e geleias	R\$ 531.214,00	R\$ 260.886,00	0,5	21	2	MATER1
3	Lages	doces artesanais	R\$ 496.800,00	R\$ 240.000,00	0,5	8	3	MATER1
4	Urubici	Sorvete	R\$ 279.000,00	R\$ 112.500,00	0,4	20	2	MATER1
5	Bocaina do Sul	mel de bracatinga	R\$ 180.000,00	R\$ 72.000,00	0,4	3	5	MATER2
6	Cerro Negro	morangos	R\$ 168.000,00	R\$ 60.000,00	0,4	1	6	MATER2
7	Bom Retiro	panificados	R\$ 115.524,00	R\$ 44.268,00	0,4	22	1	MATER1
8	Urubici	Sucos	R\$ 369.300,00	R\$ 112.740,00	0,3	26	1	MATER1
9	Urubici	panificados	R\$ 144.000,00	R\$ 36.000,00	0,3	19	2	MATER1
10	Correia Pinto	salame	R\$ 200.928,00	R\$ 39.806,00	0,2	7	3	MATER1

Fonte: Elaboração Própria (2025)

Tecnicamente, quando a diferença entre o faturamento bruto e o faturamento líquido é pequena, indica boa eficiência operacional (custos controlados). Diferenças maiores podem sugerir custos altos, margens apertadas ou problemas com desperdício, logística, etc. Mas aqui não se trata apenas de ter o maior ou menor IMLT, mas a relação com a valorização territorial. Nesse quesito, pode-se observar pelo quadro acima, que o índice não segue na direção da força da valorização territorial. Porém, com margem líquida total igual ou superior a 40% estão 4 das cinco AIFs Top10 na escala MATER. Ao utilizar o IMLT como proxy para a análise da RQT, sob a perspectiva da Escala MATER, observa-se que o mel de bracatinga produzido em Lages, entre as dez AIFs destacadas no Quadro 11, apresenta o maior potencial para evidenciar a geração de valor associada à RQT. Uma análise complementar pode ser verificada no quadro a seguir, ao cruzar o IMLT com os canais de comercialização.

Quadro 12: Canais de comercialização preponderantes das melhores AIFs TOP10 no Índice de Margem Líquida Total

TOP 10	Município	Produto	Faturamento Bruto Anual (a) (2022)	Faturamento Líquido Anual (b) (2022)	Índice de Margem Líquida Total (b)/(a)	Canais de Comercialização preponderantes
1	Lages	mel de bracatinga	R\$ 300.000,00	R\$ 240.000,00	0,8	Grandes supermercados
2	Otacílio Costa	panificados	R\$ 531.214,00	R\$ 260.886,00	0,5	Médios supermercados
3	Lages	doces artesanais	R\$ 496.800,00	R\$ 240.000,00	0,5	Feira no Município
4	Urubici	sorvete	R\$ 279.000,00	R\$ 112.500,00	0,4	Ponto de venda na beira da estrada
5	Bocaina do Sul	mel	R\$ 180.000,00	R\$ 72.000,00	0,4	Ponto de venda em espaços turísticos
6	Cerro Negro	morangos	R\$ 168.000,00	R\$ 60.000,00	0,4	Grandes supermercados
7	Bom Retiro	panificados	R\$ 115.524,00	R\$ 44.268,00	0,4	Empórios e lojas de produtos naturais
8	Urubici	sucos	R\$ 369.300,00	R\$ 112.740,00	0,3	Restaurante, lanchonete, padaria, hotéis
9	Urubici	panificados	R\$ 144.000,00	R\$ 36.000,00	0,3	Grandes supermercados
10	Correia Pinto	salame	R\$ 200.928,00	R\$ 39.806,00	0,2	Empórios

Fonte: Elaboração própria (2025)

Com base nos dados apresentados no quadro referente às dez AIFs com maior faturamento bruto anual em 2022, é possível tecer uma análise estratégica centrada na geração de RQT, articulando elementos econômicos (faturamento líquido e margem) e espaciais (canais de comercialização e localização).

O principal destaque é o caso do mel de bracatinga de Lages, que apresenta o maior índice de margem líquida total (0,8), mesmo com um faturamento bruto inferior ao de outras AIFs. Este dado indica uma alta eficiência na conversão da receita em renda líquida, o que, sob

a ótica da RQT, pode refletir a apropriação efetiva de valor agregado pelo território e pode refletir o uso do selo da indicação geográfica (denominação de origem). A inserção desse produto em grandes supermercados, que tradicionalmente operam com maior poder de barganha, sugere uma organização produtiva e comercial robusta, capaz de sustentar margens elevadas mesmo em canais convencionais.

Por outro lado, a panificação de Otacílio Costa e os doces artesanais de Lages apresentam elevado faturamento bruto (ambos acima de R\$ 490 mil), mas com índices de margem líquida mais moderados (0,5), apontando para uma possível dificuldade na gestão de custos ou na capacidade de agregar valor no ponto de venda. Ainda assim, a presença desses produtos em supermercados médios e feiras locais aponta para uma diversificação interessante de canais que poderia ser otimizada por estratégias mais territoriais, como narrativas identitárias, certificações ou design territorial dos produtos.

O sorvete de Urubici e o mel de Bocaina do Sul, ainda que com menor faturamento, destacam-se por operarem em canais vinculados ao turismo (pontos de venda na estrada e espaços turísticos). Isso sugere que o turismo, apesar de não garantir altas margens líquidas isoladamente (índice de 0,4 para ambos), representa um canal estratégico para ativação da identidade territorial e fortalecimento da RQT, especialmente se vinculado a experiências e à hospitalidade local.

Em contraste, o salame de Correia Pinto apresenta a menor margem líquida do grupo (0,2), mesmo com um faturamento bruto considerável (R\$ 200.928,00). Isso pode ser interpretado como um alerta: apesar da inserção em empórios, que geralmente operam com produtos de valor agregado, a rentabilidade ainda é baixa. O dado sugere um potencial pouco explorado de RQT, seja por limitações na narrativa do produto, no seu reconhecimento territorial, ou na eficiência dos custos.

Em termos criativos e propositivos, a leitura desse quadro sugere que produtos com menor visibilidade, mas significativo vínculo cultural ou ambiental (como o mel de Bracatinga), podem funcionar como âncoras de estratégias territoriais, inclusive para articulações coletivas com outros produtos do mesmo território. Além disso, incentivar circuitos curtos de comercialização com ênfase em experiências (degustações, visitas, *storytelling*) pode melhorar tanto a margem quanto o valor percebido. Por fim, seria estratégico mapear onde há maior descompasso entre potencial territorial e rentabilidade efetiva, como no caso do salame e dos panificados, para intervenção via capacitações e políticas públicas territoriais.

Apresenta-se a seguir um esforço do que foi possível identificar também em termos de índice de margem líquida unitária. Salienta-se que para esta análise foram utilizadas as 30 AIFs da pesquisa.

Quadro 13: Comparativos de preços e custos – queijo serrano

Município	Produto fabricado	Unidade de medida	Preço unitário (a)	Custo de produção (b)	Lucro (c = a - b)	Índice de Margem Líquida Unitária (c)/(a)	Escala MATER
Bom Jardim da Serra	Queijo serrano	1 kg	R\$ 45,00	R\$ 28,00	R\$ 17,00	0,38	MATER2
Cerro Negro	Queijo serrano	1 kg	R\$ 25,00	R\$ 23,00	R\$ 2,00	0,08	Não identificado

Fonte: Elaboração Própria (2025)

Neste caso, foram utilizados os dados da AIF de Cerro Negro, que produz queijo serrano, para fins comparativos. Embora essa unidade integre a amostra, ela não foi classificada na Escala MATER devido à ausência de informações qualitativas. Mas sua inclusão na análise é relevante, pois o produto pode atuar como um balizador no modelo, assumindo o papel de um produto mais próximo de um produto genérico.

Sobre a diferença de preço e custo, tem-se que a AIF de Bom Jardim da Serra comercializa o queijo serrano ao preço de R\$ 45,00/kg, com um custo de produção de R\$ 28,00/kg, o que indica numa diferença de R\$17,00, resultando em um índice de margem líquida unitária de 0,38. Já o empreendimento de Cerro Negro vende o mesmo produto a R\$ 25,00/kg, com um custo de produção de R\$ 23,00/kg, resultando numa diferença de R\$ 2,00, gerando um índice muito inferior, de apenas 0,08. Do ponto de vista estratégico e em termos de potencial de geração de RQT, o queijo serrano produzido em Bom Jardim da Serra apresenta-se como mais promissor do que o queijo serrano oriundo de Cerro Negro. Vale salientar que o queijo serrano de Bom Jardim da Serra congrega 5 atributos na escala MATER (saber-fazer familiar, relações territoriais, processos produtivos únicos, certificação e marca coletiva).

Essa diferença significativa na margem pode ser atribuída ao uso de estratégias territoriais mais consolidadas em Bom Jardim da Serra, como o uso da marca coletiva, certificações e participação em redes locais.

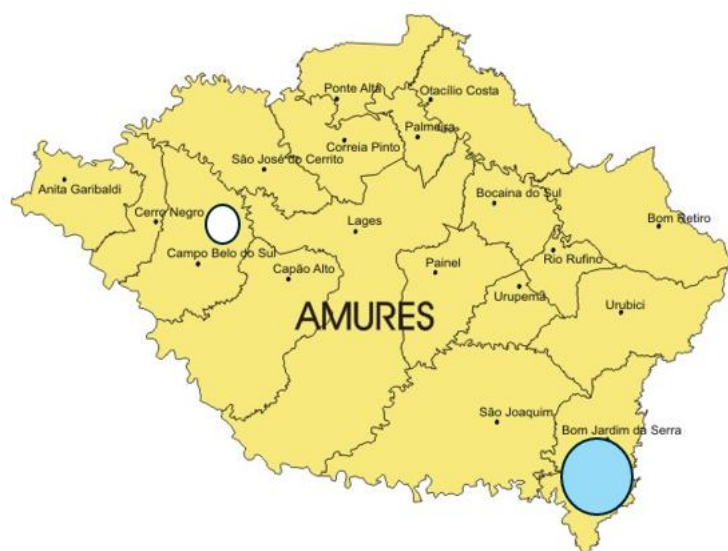
A classificação MATER2 para o empreendimento de Bom Jardim da Serra indica um elo territorial intermediário, ou seja, um nível razoável de ancoragem no território por meio de atributos como saber-fazer, processos únicos, redes locais e marcas coletivas. Isso pode explicar, em parte, a maior capacidade de valorização do produto no mercado e a margem mais

expressiva. No caso de Cerro Negro, a Escala MATER não foi identificada, por ausência de dados suficientes para classificar a AIF ou ainda uma fraca articulação territorial do empreendimento. Isso ajuda a compreender a baixa margem de lucro, indicando possíveis desafios em termos de posicionamento estratégico, valorização territorial ou gestão produtiva e comercial. Importante registrar que o produto em si, os queijos serranos, tem propriedades organolépticas semelhantes¹⁵, tal como o azeite de *Nyons* tinha em relação a outros azeites da região, portanto o diferencial entre preços e custos pode residir na força dos atributos territoriais e ser uma forte evidência da existência da RQT na AIF de Bom Jardim da Serra.

Tendo em vista que o pressuposto de base da RQT reside no aumento dos preços de produtos e serviços de qualidade decorrentes de atributos territoriais, em comparação a ofertas semelhantes de qualidade padronizada e sem vínculos explícitos com um território (Mollard, 2001; Pecqueur, 2001; Cazella et al., 2020; Turnes et al., 2022), o caso de Bom Jardim da Serra pode ser interpretado como uma *proxy* de renda de qualidade territorial, tomando por base o caso de Cerro Negro, que parece ilustrar um empreendimento ainda pouco articulado ao território. A diferença entre preço e custo em Bom Jardim da Serra é de R\$17,00, enquanto em Cerro Negro é de R\$ 2,00. Seguindo a lógica de Mollard (2001) e Pecqueur (2001), esta diferença pode estar ligada ao valor agregado territorial.

A espacialização da AIF também poderá influenciar, e o mapa a seguir apresenta a localização das AIFs do queijo abordadas no quadro anterior.

Mapa 8: Localização espacial queijos serranos com comparativo de preços e custos



Fonte: Adaptado a partir de AMURES (2025) e Lemate (2021/2022)

¹⁵ Propriedades organolépticas do queijo serrano: feitos de leite cru, tem sabor e aroma marcantes, textura levemente amanteigada e uma crosta que pode ser seca e endurecida (EPAGRI, 2025).

Além das características territoriais identificadas no queijo serrano de Bom Jardim da Serra, observa-se, a partir da análise cartográfica, a proximidade geográfica com o município de São Joaquim, território que concentra uma diversidade de produtos com elevado grau de valorização territorial, como o próprio queijo serrano, a maçã Fuji, os vinhos de altitude, o mel de melato de bracinga e o turismo rural (Cazella et al., 2019). Tal configuração espacial sugere a possibilidade de transbordamentos territoriais, nos quais as dinâmicas de valorização e qualificação dos produtos em São Joaquim exercem influência positiva sobre iniciativas semelhantes em municípios vizinhos, como Bom Jardim da Serra.

Quadro 14: Comparativos de preços e custos – morangos

Município	Produto fabricado	Preço unitário (a)	Custo de produção (b)	Lucro (c = a - b)	Índice de Margem Líquida Unitária (c)/(a)	Escala MATER
Cerro Negro	morangos	R\$ 15,00	R\$ 10,00	R\$ 5,00	0,33	MATER2
Bom Jardim da Serra	morangos	R\$ 20,00	R\$ 9,90	R\$ 10,10	0,50	MATER1

Fonte: Elaboração Própria (2025)

Observa-se que em Cerro Negro, o preço unitário do quilo de morango é de R\$ 15,00, com custo de produção de R\$ 10,00, gerando uma diferença de R\$ 5,00. Já em Bom Jardim da Serra, o preço é mais elevado, R\$ 20,00/kg, com um custo bem inferior de R\$ 9,90, o que resulta numa diferença de R\$ 10,10, configurando mais que o dobro do valor da diferença de Cerro Negro. Com base no cálculo do IMLU, Cerro Negro apresenta um valor de 0,33, o que corresponde a uma lucratividade de aproximadamente 33%. Já Bom Jardim da Serra atinge um IMLU de 0,50, indicando uma lucratividade em torno de 50%, com custos representando cerca da metade do preço de venda.

Contrastando com a classificação da Escala MATER, observa-se que, apesar da maior margem e da expressiva diferença entre preço e custo, a AIF de morangos de Bom Jardim da Serra é classificada como MATER1 (elo territorial frágil). Já em Cerro Negro, a AIF equivalente apresenta uma margem mais modesta, porém está enquadrada como MATER2, indicando um elo territorial mais consolidado para este produto.

Essa aparente contradição traz reflexões no contexto do enfoque teórico-metodológico da CBST e da RQT. Mais uma vez, no caso de Bom Jardim da Serra, a elevada rentabilidade pode estar mais vinculada à dinâmica turística local ou à valorização de outros produtos com forte apelo territorial, como o queijo serrano e a vizinhança com São Joaquim Urupema e

Urubici, com forte vínculo territorial. Inclusive pode estar relacionado à maturidade do processo de valorização territorial.

Esse cenário abre a possibilidade de existência de uma demanda compósita no território de Bom Jardim da Serra, na qual produtos com maior reconhecimento territorial, como o queijo serrano, reverberam positivamente sobre outros itens produzidos localmente, como o morango. Em outras palavras, a valorização de um produto territorial pode alavancar o valor percebido de outro (Mollard, 2001; Pecqueur, 2001). Por contraste, em Cerro Negro, ainda que o morango tenha atributos territoriais mais fortes, essa valorização não se estende a outros produtos, como o queijo, possivelmente por falta de articulação produtiva ou ausência de uma identidade territorial integrada. Salienta-se que seria necessário aliar pesquisa sobre capacidade produtiva para análises mais robustas.

Ainda que não se trate de uma conclusão definitiva, é possível identificar aproximações analíticas entre os casos observados na Serra Catarinense e os estudos realizados na França. O município de Bom Jardim da Serra apresenta indícios de uma configuração próxima ao que Mollard (2001) e Pecqueur (2001) denominaram de “oferta compósita”, identificada na região de *Baronnies*, caracterizada pela articulação de diversos produtos ancorados territorialmente. Já Cerro Negro parece refletir características mais próximas ao modelo de “oferta dispersa”, observado em *Chablais*, onde os produtos se apresentam de forma mais isolada, sem forte articulação entre si.

A seguir, o caso do mel.

Quadro 15: Comparativos de preços e custos – mel

Município	Produto fabricado	Preço unitário (a)	Custo de produção (b)	Lucro (c = a - b)	Índice de Margem Líquida Unitária (c)/(a)	Escala MATER
Correia Pinto	mel bracatinga	R\$ 30,00	R\$ 12,00	R\$ 18,00	0,60	MATER1
Bocaina do Sul	mel de bracatinga	R\$ 23,30	Não sabe	--	--	MATER2
Lages	mel bracatinga	R\$ 26,40	Não sabe	--	--	MATER1

Fonte: Elaboração Própria (2025)

A AIF de mel de bracatinga em Bocaina do Sul é classificada como MATER2, indicando um elo territorial mais consistente. Contudo, não há informações sobre o custo de produção, o que impossibilita calcular a margem líquida unitária. Mesmo assim, o preço unitário (R\$ 23,30) é inferior ao de Correia Pinto, que a princípio tem um elo territorial mais

frágil. E se comparar as faixas de faturamento total líquido, conforme apresentado no quadro 12, o IMLT de Correia Pinto, de 0,7, é superior ao de Bocaina do Sul, de 0,4.

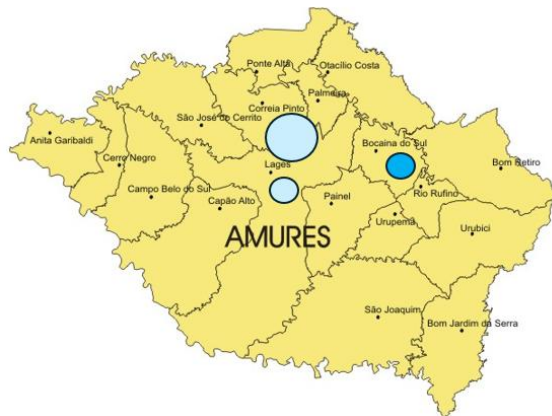
A AIF de mel em Lages também está classificada como MATER1, mas declarou que não conhece o custo de produção, o que demonstra possível dificuldade na gestão econômica do empreendimento. Porém, no cálculo do faturamento total líquido, a AIF de Lages está no TOP 1 do ranking (quadro 12), com índice de margem total líquida em 0,8, enquanto Correia Pinto apresenta 0,7, sendo que não aparece no quadro 12 porque a AIF não ficou entre os TOP10 do faturamento total. Mesmo comercializando a um preço mais baixo, a AIF de Lages tem o faturamento anual 5 vezes maior com o mel de bracatinga que a AIF do mesmo produto em Correia Pinto.

Enquanto a margem líquida aproxima as duas AIFs em termos de valorização dos produtos, o volume de vendas as distancia. Comparando os canais de comercialização entre as duas AIFs, ambas têm canais diversificados, mas enquanto a AIF de Lages concentra a sua venda em grandes supermercados, a AIF de Correia Pinto tem em torno de 70% da sua comercialização em feiras, verdureira, PNAE e eventos turísticos.

Ainda sobre o caso do mel produzido em Correia Pinto, olhando pela ótica dos preços praticados mais alto, sua valorização pode estar sendo influenciada pela presença de outros produtos locais com alguma densidade territorial, como o salame (contagem 3, MATER1) e os panificados (contagem 2, MATER1). Embora ambos apresentem elos territoriais frágeis, a composição dessa oferta diversificada pode favorecer uma dinâmica de valorização mútua, típica da lógica da CBST. Destaca-se, nesse sentido, a estratégia de comercialização dos panificados em feiras locais revelada pela AIF dos panificados de Correia Pinto, o que pode contribuir para uma venda compósita, em que a presença conjunta de diferentes produtos locais reforça o valor percebido do mel, caso também seja comercializado em feiras. Tal hipótese merece investigação mais aprofundada, considerando os efeitos sinérgicos entre os produtos em contextos de mercado territorializados. Outro ponto a ser investigado no caso do preço mais alto do mel de bracatinga de Correia Pinto, se é mais caro em função da baixa rotatividade, ou se é mais caro pela valorização territorial e consumidor específico.

Análises complementares podem ser consideradas ao observar o mapa a seguir.

Mapa 9: Espacialidade das AIFs produtoras do mel de bracatinga



Fonte: Adaptado a partir de AMURES (2025) e Lemate (2021/2022)

Sob o ponto de vista de território e da construção de redes socioprodutivas, o município de Correia Pinto ocupa uma posição periférica em relação aos núcleos mais dinâmicos da CBST na Serra Catarinense, especialmente quando comparado a localidades como São Joaquim, Urupema e Urubici. Esses três municípios já apresentam uma articulação territorial mais consolidada entre turismo rural, agroindústrias familiares e políticas de desenvolvimento sustentável. Eles também concentram iniciativas de valorização da identidade territorial, com produtos vinculados ao *terroir*, à gastronomia local e ao turismo de experiência (Cazella et al., 2019).

9. ANCORAGEM TERRITORIAL DAS AIFS: RELAÇÕES COM A CBST E A RQT

A análise dos atributos territoriais das AIFs da AMURES na Serra Catarinense permite evidenciar a articulação entre as experiências produtivas locais e os conceitos de CBST e da RQT. Cada AIF contribui para a formação de uma CBST singular, ao integrar não apenas produtos com origem local, mas também práticas de saber-fazer familiar, relações organizativas, e uso de marcas e certificações. Essa diversidade expressa uma riqueza territorial que, ao ser organizada e comunicada por meio de instrumentos como a marca coletiva Sabor Serrano e o Selo Arte, gera condições para emergir a RQT. Nesse sentido, os atributos como as relações territoriais, a certificação e o saber-fazer não apenas identificam especificidades, mas operam como vetores de valorização econômica, transformando o território em ativo estratégico. As AIFs que mobilizam múltiplos atributos tendem a ocupar posição de destaque nesse processo, pois conseguem ancorar seus produtos em narrativas e práticas que conferem sentido, identidade e valor reconhecível pelo mercado e pela sociedade.

Abaixo um quadro sintético-analítico para verificação dos referenciais:

Quadro 16: Elementos sintético-analíticos com base nos referenciais da CBST e da RQT

REFERENCIAIS DA CBST E DA RQT	EVIDÊNCIAS	DESDOBRAMENTOS
Valorização dos atributos territoriais específicos	Em 27 das 30 AIFs da Amostra, portanto em 90%, foram identificados atributos territoriais específicos em menor ou intermediária Escala MATER.	Ampliar pesquisa futura para categorizar os atributos em recursos territoriais específicos
Transbordamento territorial	Bom Jardim da Serra é um exemplo que pode ser estudado sob o enfoque do transbordamento pela proximidade com São Joaquim, Urupema e Urubici.	Em pesquisa futura, mapear as ligações entre os territórios próximos
Externalidades	Os atributos territoriais específicos são elementos relacionados à externalidades e estão presentes em 90% das AIFs estudadas; Em AIFs como Bom Jardim da Serra e Lages, soma-se a externalidade da valorização dos municípios vizinhos.	Há lacunas há serem estudadas, pois o tema precisa contemplar as externalidades do consumo.
Oferta compósita	O queijo serrano de Bom Jardim da Serra e o mel de bracinga de Lages evidenciaram benefício da venda de outros bens e serviços (turismo e feiras)	Para pesquisas futuras investigar se há efeito cesta
Demanda específica	A pesquisa não abrangeu os consumidores, portanto não mediu a externalidade percebida pelo consumidor	Esta é uma lacuna a ser preenchida em pesquisas futuras
Governança Territorial (relações territoriais)	O atributo 5. Relações Territoriais apareceu em 26 das 27 AIFs em que foi possível aplicar a Escala MATER. Porém, não há evidência de que se configure em governança territorial.	Embora as AIFs se esforcem para construir relações, verificada na importância dada ao Atributo 5. Relações territoriais, presentes em 26 das 27 AIFs, e com mais expressividade em 36% delas, ainda carece de aprofundamento focado no tema.

Ativação de recursos	O uso da Marca Coletiva Sabor Serrano é um exemplo que evidencia projeto de ativação de recursos, mas ainda de forma isolada com relação aos demais atributos.	A Escala MATER explicitou a presença dos atributos territoriais específicos, porém, a ativação depende da articulação dos atores locais em projetos de valorização da potencialidade do território. Inclusive para dar consciência aos produtores sobre o valor territorial que pode ser agregado em seus produtos e para fortalecer essa imagem aos consumidores.
----------------------	--	--

Fonte: Elaboração própria (2025)

Distribuídas em diferentes municípios, as AIFs evidenciam a diversidade e a complexidade de elementos que constituem o que pode ser reconhecido como uma CBST. Esse conceito, conforme desenvolvido por Pecqueur (2001), refere-se a um conjunto integrado de produtos, saberes, práticas sociais, paisagens, instituições e vínculos que expressam as especificidades de um território e dão origem a uma identidade territorial compartilhada.

As AIFs analisadas mobilizam diferentes atributos territoriais, como o saber-fazer familiar (atributo 1), os recursos naturais e ambientais (atributo 2), os elementos culturais e tradicionais (atributo 4), as relações territoriais (atributo 5), os processos produtivos únicos (atributo 6), as certificações (atributo 7), o uso de marcas coletivas (atributo 8) e a indicação geográfica (atributo 9). Esses elementos não apenas caracterizam os produtos enquanto expressões do território, mas operam como mecanismos de agregação de valor simbólico, social e econômico. Portanto, são constituintes centrais da CBST da Serra Catarinense.

Além da presença de atributos isolados, observa-se a associação entre múltiplos atributos em uma mesma experiência produtiva, o que potencializa a construção da CBST. Por exemplo, AIFs que atuam com o queijo serrano em municípios como Urubici, São José do Cerrito e Bom Jardim da Serra, associam o saber-fazer familiar ao uso de processos produtivos específicos, certificações como o Selo Arte ou o Sistema Brasileiro de Inspeção (SISBI), e ainda participam de organizações como a APROSERRA. Esses elementos configuram um sistema de ancoragem territorial, em que os vínculos sociais, institucionais e produtivos estão entrelaçados.

Nesse sentido, as AIFs que conseguem articular diversos atributos em sua produção, sobretudo aqueles ligados à organização coletiva, certificação e comunicação territorial, demonstram maior potencial para gerar RQT. Isso ocorre porque esses empreendimentos não apenas produzem bens materiais, mas também mobilizam um conjunto de valores intangíveis associados ao território que tem o potencial de ganhar a confiança do consumidor.

Portanto, a análise dos atributos territoriais específicos revela que as AIFs se esforçam com práticas e valores que dão forma a uma economia territorializada, capaz de sustentar e

reproduzir os modos de vida locais. A CBST, nesse contexto, funciona como base material e simbólica, enquanto a RQT representa a expressão econômica da territorialidade construída.

Mas uma reflexão crítica é necessária, com relação à governança, cooperação e políticas públicas, uma vez que a análise demonstra que há uma predominância de estratégias individuais de comercialização, ainda que muitas AIFs estejam inseridas em associações, sindicatos ou redes. A lógica de mercado parece sobrepor-se à lógica cooperativa e territorial, o que enfraquece o potencial transformador das agroindústrias no desenvolvimento territorial integrado. Tal cenário evidencia a necessidade de fortalecimento das instâncias de governança territorial, que promovam maior articulação entre os atores, integração de políticas e capacitação dos gestores das AIFs para melhor compreenderem e aplicarem os princípios da territorialização produtiva.

A ausência de empreendimentos na escala MATER3 também aponta para a carência de instrumentos de apoio à construção da identidade territorial dos produtos, como políticas de uso de Indicação Geográfica, desenvolvimento de marcas coletivas fortalecidas, certificações participativas e ações conjuntas de promoção de produtos ancorados no território.

A predominância de estratégias individuais, mesmo entre AIFs que participam de redes ou associações, indica a fragilidade das estruturas de governança territorial na região. A falta de integração entre os atores dificulta a construção de uma narrativa coletiva que valorize o território como diferencial competitivo. O transbordamento de atributos territoriais entre os municípios é limitado, o que enfraquece a articulação regional.

9.1 LIMITES E POSSIBILIDADES

Entre as limitações identificadas no desenvolvimento desta tese, destaca-se, de forma inequívoca, a escassez de dados sistematizados sobre os custos de produção das agroindústrias familiares (AIFs) analisadas. Essa lacuna dificultou a apuração precisa do diferencial de renda associado aos atributos territoriais dos produtos e, conseqüentemente, limitou a avaliação quantitativa da Renda de Qualidade Territorial (RQT). A ausência de tais informações impôs restrições à comparação entre produtos com distintos níveis de territorialização e comprometeu a robustez de análises mais aprofundadas sobre rentabilidade e valorização simbólica.

Como possibilidades, são muitas. Os dados relacionados aos canais de comercialização, relativo às AIFs estudadas, mostram um panorama significativo acerca das estratégias de comercialização adotadas por esses empreendimentos. A análise revela uma forte presença de canais tradicionais, como feiras, pontos de venda próprios, supermercados (tanto de grande

quanto de pequeno porte), bem como vendas para programas públicos como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A diversificação de canais é um dos aspectos mais notáveis. Em muitos casos, as agroindústrias operam com múltiplos canais simultaneamente, caracterizando um modelo de comercialização multicanal. Essa estratégia parece ser especialmente relevante em Lages, onde se identificou um número expressivo de estabelecimentos que combinam feiras locais com venda em supermercados ou estabelecimentos turísticos. Essa diversificação pode indicar uma tentativa de mitigar riscos comerciais e ampliar o alcance dos produtos, embora, em termos práticos, a concentração de vendas em um único canal ainda seja comum, com percentuais que chegam a 100% do volume comercializado, como no caso do Vinho em Capão Alto, vendido direto na propriedade.

Um dado que merece atenção diz respeito à presença digital das agroindústrias. A comercialização por meio de plataformas digitais ainda é incipiente, sendo citada como principal canal por poucas unidades produtivas. Isso sugere uma lacuna e, simultaneamente, uma oportunidade para expansão da atuação desses empreendimentos, especialmente considerando as tendências de consumo digital e o fortalecimento do comércio eletrônico em áreas rurais e turísticas. A logística também se apresenta como um fator delimitador da atuação comercial. A maioria das agroindústrias realiza deslocamentos relativamente curtos, o que reforça o caráter local e regional da comercialização. Não foram identificadas vendas para fora do estado nos registros analisados, o que demonstra uma forte ancoragem territorial nas práticas comerciais e, possivelmente, uma limitação em termos de escala de produção e distribuição.

A informalidade nas relações comerciais também é perceptível. A maioria das agroindústrias declara não possuir contratos formais com os compradores, o que pode indicar vulnerabilidade nas negociações e pouca previsibilidade nos fluxos de receita. Além disso, a predominância de pagamentos à vista em detrimento das vendas a prazo revela uma preferência por liquidez imediata, o que, por sua vez, pode estar associado a estratégias de curto prazo adotadas por empreendimentos de pequeno porte com limitada estrutura de capital.

Quanto ao desempenho econômico, observa-se uma ampla variação no valor bruto anual obtido por canal. Os dados analisados mostram cifras que variam desde valores modestos, como R\$ 5.580,00 anuais obtidos com a venda de picolés pela AIF de sorvete por meio de canal itinerante, mas que alcança em torno de R\$ 250 mil em ponto de venda na beira da estrada, até cifras mais robustas, como R\$ 471.960,00 anual alcançados por uma agroindústria de panificados que comercializa seus produtos em feiras locais. Tais disparidades sugerem que,

além do tipo de produto, fatores como localização, perfil do consumidor e volume de produção exercem influência direta sobre o faturamento.

Em síntese, os dados evidenciam um cenário de agroindustrialização em que prevalece a lógica da proximidade e da venda direta, com baixa formalização contratual e presença limitada no comércio digital. Esses aspectos apontam para a necessidade de ações articuladas, tanto no âmbito das políticas públicas quanto na assistência técnica, com vistas à qualificação dos canais de comercialização e ao fortalecimento da capacidade negocial.

Com base na análise dos dados coletados e dos atributos territoriais identificados nas AIFs da região da AMURES, recomenda-se a adoção de estratégias integradas voltadas à valorização produtiva e simbólica dos territórios. As seguintes ações são sugeridas como prioritárias:

- **Criação de programas de formação em marketing territorial e gestão de marcas coletivas:** Capacitações voltadas aos produtores e gestores podem contribuir para o fortalecimento da identidade territorial dos produtos, bem como para sua inserção em mercados diferenciados.
- **Fomento à certificação de origem e qualidade:** Incentivar o acesso a selos como a Indicação Geográfica (IG) e o Selo Arte pode agregar valor aos produtos regionais, reforçando seu vínculo com o território e ampliando sua competitividade.
- **Implantação de uma governança territorial integrada:** A articulação entre instituições como a CISAMA, EPAGRI, associações de produtores e gestores públicos é essencial para a construção de estratégias de desenvolvimento territorial sustentável, com foco na valorização das especificidades locais.
- **Criação de feiras territoriais conjuntas e roteiros turístico-gastronômicos:** A promoção de eventos e roteiros que integrem os produtos com maior densidade simbólica pode contribuir para o fortalecimento de redes locais, geração de renda e visibilidade regional.
- **Financiamento de estudos e diagnósticos locais¹⁶:** Investimentos em pesquisas que mapeiem as potencialidades produtivas, culturais e simbólicas dos municípios da AMURES são fundamentais para orientar políticas públicas e ações de fomento adaptadas à realidade territorial.

E uma contribuição que pode ser marginal nesta tese, mas não menos importante, se refere ao **aprimoramento das Contas Nacionais**. A abordagem RQT pode oferecer importantes

¹⁶ A exemplo do trabalho apresentado no relato de experiência em Rebollar et al. (2024).

contribuições ao aperfeiçoamento do Sistema de Contas Nacionais (SCN), especialmente ao propor uma visão mais qualitativa, territorializada e sensível à especificidade dos processos produtivos. O SCN, em sua estrutura atual, privilegia fluxos monetários e variáveis macroeconômicas agregadas, muitas vezes desconsiderando a origem territorial dos bens e serviços, bem como os recursos imateriais que compõem o valor agregado dos produtos. Embora a produção de bens e serviços genéricos possa ser de volume muito superior à produção territorializada (a se investigar), mas sugere-se a criação de uma categoria específica para dar visibilidade, algo como “Contas Nacionais Territoriais” ou “Desagregação Territorial das Contas Nacionais” ou até quem sabe “PIB de Qualidade Territorial (PQT)” e assim evidenciar elementos normalmente invisibilizados pelas métricas convencionais, como os saberes locais, os ativos culturais, histórico e paisagísticos, que são fundamentais na construção do valor dos produtos ancorados em territórios específicos.

Relembre-se que uma das principais contribuições da RQT reside na valorização dos ativos imateriais e singulares de um território, os chamados atributos territoriais específicos, como o clima, a paisagem, a identidade cultural e os modos de fazer tradicionais. Esses atributos, quando mobilizados de forma estratégica pelos atores locais, convertem-se em recursos territoriais específicos capazes de gerar diferencial competitivo e valor econômico. Essa renda, associada à territorialidade, é em grande parte negligenciada pelos sistemas de contabilidade convencionais, os quais não distinguem entre atividades produtivas que mobilizam tais especificidades e aquelas que operam em lógicas padronizadas e desterritorializadas.

Além disso, a RQT permite uma leitura mais fina da distribuição e retenção de renda no território, contribuindo para a territorialização dos indicadores econômicos. Enquanto o SCN tende a capturar apenas os resultados finais das atividades produtivas em níveis nacionais ou regionais amplos, a RQT possibilita mensurar os impactos locais da produção, considerando tanto a permanência da renda quanto os efeitos indiretos sobre o tecido social, ambiental e cultural. Essa leitura é fundamental para subsidiar políticas públicas orientadas à coesão territorial e ao desenvolvimento sustentável.

Outro aspecto relevante diz respeito à multifuncionalidade das atividades econômicas nos territórios. Muitas produções de base territorial, como as desenvolvidas por agroindústrias familiares, cooperativas locais ou experiências de turismo comunitário, geram simultaneamente bens econômicos, serviços ecossistêmicos, preservação cultural e fortalecimento do capital social. Essas múltiplas dimensões raramente são incorporadas nas contas nacionais, que tendem a reduzir a produção ao seu valor monetário de mercado. A inclusão dessas externalidades

positivas no SCN, por meio de contas satélites ambientais e culturais, dialoga diretamente com os princípios da RQT.

Quanto ao aspecto mais técnico, retomando a observação de Pecqueur (2022) sobre a possibilidade de "vender coisas antes não vendidas", é possível estabelecer uma ponte conceitual com as Contas Nacionais, nas quais a renda é calculada a partir da remuneração dos fatores tradicionais de produção: capital (juros), trabalho (salários), terra (aluguéis), tecnologia (royalties) e capacidade empresarial (lucros) (Paulani e Braga, 2007). Nesse contexto, a introdução de bens e serviços territoriais sugere a necessidade de considerar um novo fator de produção: o atributo territorial. A ele corresponderia uma nova forma de remuneração, que poderia ser denominada de: lucro territorial ou excedente territorial específico ou margem territorial diferenciada ou lucro de qualidade territorial. Essa remuneração resulta do valor agregado específico gerado pelos atributos específicos enraizados no território.

Por fim, a RQT também oferece uma crítica à homogeneização das categorias produtivas presentes no SCN. Ao não distinguir, por exemplo, uma agroindústria familiar que mobiliza saberes tradicionais e insumos locais de uma planta industrial mecanizada e verticalizada, o sistema contábil nacional oculta a diversidade de formas de geração de valor e suas implicações socioeconômicas. A integração de metodologias desenvolvidas no campo da RQT, como matrizes de especificação de atributos territoriais (ex: Escala MATER), poderia contribuir para ampliar e qualificar o entendimento sobre a economia real nos territórios. Autores como Pecqueur, Mollard, Cazella, Turnes, Ramos e tantos outros apresentados, são referências importantes nesse debate, ao discutirem os conceitos de ancoragem territorial, atributos e recursos específicos e sistemas agroalimentares de base territorial, mostrando suas potencialidades para repensar o desenvolvimento territorial e a própria forma de mensuração da riqueza gerada nos territórios.

Essas recomendações visam não apenas fortalecer as AIFs enquanto empreendimentos econômicos, mas também consolidá-las como elementos estratégicos na promoção do desenvolvimento territorial sustentável.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese buscou analisar a importância dos atributos territoriais na valorização da produção das agroindústrias familiares da Serra Catarinense, com ênfase na possibilidade de geração de Renda de Qualidade Territorial (RQT). O estudo partiu da hipótese de que a valorização de atributos específicos do território é um fator importante para a dinâmica da renda nas agroindústrias familiares da região. Para tanto, foram delineados objetivos específicos que orientaram a construção teórica, o desenvolvimento metodológico e a análise empírica, todos plenamente alcançados ao longo do trabalho.

A construção da matriz conceitual e a proposição da Escala MATER revelaram-se instrumentos eficazes para a identificação e classificação dos atributos territoriais presentes nas agroindústrias familiares analisadas. A aplicação da matriz demonstrou variações importantes entre produtos e municípios, destacando-se casos como o mel de bracinga de Lages e o queijo serrano de Bom Jardim da Serra, que evidenciam a conexão entre ancoragem territorial, canais de comercialização e potencial de renda.

A análise também revelou limites significativos, especialmente no que diz respeito à ausência de dados sistematizados sobre os custos de produção nas agroindústrias. Esta lacuna impediu uma mensuração direta da RQT, levando a pesquisa a adotar o índice de margem líquida total (ou unitário) como *proxy* para inferência sobre o desempenho econômico associado aos atributos territoriais. Ainda assim, o cruzamento dos dados econômicos com os dados qualitativos gerou evidências consistentes sobre o papel dos atributos simbólicos, culturais e institucionais na diferenciação dos produtos e serviços.

A hipótese foi confirmada, uma vez que os atributos territoriais se apresentam como importantes para a geração de valor e renda. Contudo, sua efetivação plena ainda depende da articulação de estratégias estruturantes que envolvam conscientização por parte dos atores locais acerca dessa importância, fortalecimento de marcas coletivas, organização produtiva e construção de formas de governança territorial mais integradas. Tais elementos são cruciais para transformar a especificidade territorial em vantagem econômica efetiva.

A pergunta de pesquisa, se os atributos territoriais são fator importante na geração de renda nas agroindústrias familiares da Serra Catarinense, foi respondida afirmativamente, embora com ressalvas quanto à fragilidade de institucionalização e monitoramento desses atributos nos territórios analisados. É importante salientar que a presente tese não esgotou todas as possibilidades de cruzamento dos dados a partir da Escala MATER e da pesquisa Lemate/UFSC. Também não avançou sobre dados que relacionem a força de trabalho ligada às

AIFs e a inclusão social, que demanda ampliação da pesquisa para a relação de trabalho familiar (gênero, idade, sucessão familiar), bem como cruzamentos que apontem as possíveis intersecções e contribuições ao alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Mas o recorte é necessário e a agenda de pesquisa futura ampliará as análises e aplicações.

À guisa de conclusão, pode-se dizer que a pesquisa identificou que a maioria das agroindústrias estudadas não realiza a mensuração sistemática de seus custos de produção, o que inviabiliza a apuração direta da RQT. Alternativamente, utilizou-se o índice de margem líquida total como *proxy* para a análise da renda de qualidade territorial. O estudo de caso do queijo serrano demonstrou a relevância dos atributos territoriais específicos na geração de valor. A comparação entre os queijos produzidos em Bom Jardim da Serra e Cerro Negro evidenciou um diferencial de renda mais favorável ao produto com maior ancoragem territorial.

De forma complementar, o estudo de caso do morango, também comparando AIFs desses dois municípios, revelou que, embora Cerro Negro apresente maior densidade de atributos no cultivo do morango, o diferencial de renda foi inferior ao de Bom Jardim da Serra. Este resultado pode estar relacionado à presença de uma força territorial compósita neste último, potencializada pela proximidade com municípios como São Joaquim, Urupema e Urubici, que possuem produtos com valorização territorial. No caso do mel de bracatinga, embora os dados das AIFs de Bocaina do Sul e Lages tenham sido insuficientes para uma análise mais robusta, os registros de Correia Pinto, aliados às classificações da Escala MATER, permitiram observar que estratégias de comercialização associadas a feiras e circuitos locais, como no caso dos panificados, podem favorecer uma venda compósita e beneficiar produtos como o mel.

Conclui-se que o modelo de análise proposto contribui metodologicamente para o avanço dos estudos sobre a RQT no Brasil e oferece subsídios concretos para o planejamento territorial sustentável. Recomenda-se que pesquisas futuras ampliem a aplicação da Escala MATER em outros territórios, integrem análises de precificação simbólica e aprofundem a construção de indicadores específicos para a mensuração da RQT, bem como a importância dos atributos seja testada pelo lado da demanda, com pesquisa aplicada aos consumidores dos bens e serviços territoriais. Além disso, recomenda-se a aplicação de testes estatísticos e econométricos com o objetivo de verificar a significância dos atributos envolvidos na formação da RQT. Também se sugere o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à educação territorial e à gestão de marcas coletivas, como ferramentas de valorização produtiva e simbólica, com potencial para fortalecer o papel das agroindústrias familiares no desenvolvimento territorial sustentável.

REFERÊNCIAS

- AMURES. **Associação dos Municípios da região Serrana**. Banco de dados estatísticos regionais, 2025.
- ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- BAUER, M. W.; AARTS, B..A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. [In]: BAUER, martin; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BENKO, G.; PECQUEUR, B.. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Geosul**, Florianópolis, v.16, n.32, p 31-50, jul./dez. 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/14006>. Acesso em dez. 2023.
- BÉRARD, L., HIRCZAK, M., MARCHENAY; MOLLAR, A.; PECQUEUR, B.. **Le panier de biens**: une construction patrimoniale et territoriale. L'exemple de la Bresse. Symposium international INRA - PS DR : Lyon, 17 p., 2005. Disponível em: file:///C:/Users/voner/Downloads/Le_panier_de_biens_une_construction_patrimoniale_e-1.pdf. Acesso em jul. 2023.
- BÊRNI, Duilio de Avila. **Mesoeconomia**: lições de contabilidade social, a mensuração do esforço produtivo da sociedade. Porto Alegre: Bookman, 2011
- BRASIL. **Lei nº 9.279 de 14 de maio de 1996**. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=9279&ano=1996&ato=060MTVq1UMJpWT0d1>. Acesso em fev. 2024.
- BRASIL. Lei nº 7.889 de 23 de novembro de 1989. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=7889&ano=1989&ato=506ATQE5EeFpWTd0d>. Acesso em fev. 2024.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 311 p. ISBN 9788528699630.
- CAMPAGNE, P. Les territoires créatifs face à mondialisation: l'exemple de territoires ruraux des pays méditerranéens. In: GLON, E.; PECQUEUR, B. **Au cœur des territoires créatifs**: proximités et ressources territoriales. Rennes: PressesUniversitaires de Rennes, p. 201-2012, 2016.
- CAMPOS, Ricardo Luiz Sapia de. Desenvolvimento rural, conhecimento e Cooperação como força produtiva. **Perspectivas**, São Paulo, v. 32, p. 161-180, jul./dez. 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/servidor/Downloads/6-Artigo+5.pdf>. Acesso em fev. 2024..
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço e representação**. São Paulo: Editora da USP, 1999.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2001.

CAZELLA, A. A.; DE PAULA, L. G. N.; MEDEIROS, M.; TURNES, V. A. A construção de um território de desenvolvimento rural: recursos e ativos territoriais específicos. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 3, p. 49-74, set. 2019. Disponível em:

<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/14118>. Acesso em dez. 2023.

CAZELLA, A. A.; MEDEIROS, M.; DESCONSI, C.; SCHNEIDER, S.; DE PAULA, L. G. N.. O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais: seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional G&DR**. V. 16, N. 3, P. 193-206, Taubaté, SP, set-dez/2020. Disponível em:

<https://www.rbhdr.net/revista/index.php/rbhdr/article/view/5881>. Acesso em fev. 2024

COSEMS/SC. Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina. Disponível em: <https://www.cosemssc.org.br/macrorregioes/serra-catarinense/#regioes-view>. Acesso em ago. 2024.

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, Edemar; BÜTTENBENDER, Pedro Luís; DENARDIN, Valdir Frigo; ARENHART, Livio Osvaldo. Abordagem territorial do desenvolvimento: categorias conceituais e pressupostos metodológicos. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável**. GUAJU, Matinhos, v.7, n.1, p. 43-40, jan./jun. 2021.

DE PAULA, Leandro Guimarães Nunes. **Cesta de bens e serviços territoriais: uma possível estratégia de desenvolvimento territorial para a Serra Catarinense?** Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós Graduação em Agrossistemas, Florianópolis, 2019.

DORIGON, C. A teoria dos sítios simbólicos de pertencimento e as interfaces com o enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 42, n. 1, p. 114–133, 2022. DOI: 10.37370/raizes.2022.v42.782.

Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/782>. Acesso em jun. 2024.

FECAM. Federação de Consórcios, Associações de Municípios e Municípios de Santa Catarina. **Associações de Municípios**. Florianópolis, 2024. Disponível em:

<https://www.fecam.org.br/associacoes/>. Acesso em out. 2024.

FERREIRA, Sandro de Freitas; RESENDE FILHO, Moisés de Andrade. Aplicação do Método de Preços Hedônicos na Precificação de Atributos Raros de Peças Filatélicas e Construção de Carteiras Eficientes. **Est. Econ.**, são Paulo, v. 40, n. 2, P. 469-498, abril-junho 2010.

FLEXOR, G.; BENAVIDES, Z. C. Multifuncionalidade da agricultura e diferenciação territorial no sul fluminense: uma perspectiva em termos de cesta de bens. In: CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, p. 193-208, 2009.

FROEHLICH, J. M.; ROQUE, A. P. O Território Quarta Colônia sob o enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais: uma perspectiva histórica. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 42, n. 1, p. 168–185, 2022. DOI: 10.37370/raizes.2022.v42.787.

Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/787>. Acesso em jul. 2024.

GIL, A. C.. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. 10. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

GORZ, A. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. São Paulo: AnnaBlume, 2005.

GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C. **Econometria Básica**. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011. 920 p.

GUZZATTI, T.C.; SAMPAIO, C.A.C.; CORIOLANO, L.N.M.T. Turismo de base comunitária em territórios rurais: caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (SC). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.6, n.1, jan/abr-2013, pp.93-106.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: notas para uma reterritorialização. **GEOgraphia**, Niterói, v. 1, n. 1, p. 7–19, 1999.

HIRCZAK, M.; PECQUEUR, B.; MOLLARD, A. **Le panier de biens et de services de qualite: vers un modele de développement territorial durable?**. Montagnes Méditerranéennes, Institut de Géographie Alpine, 2004, Pp.35-42. Disponível em: <https://shs.hal.science/halshs-00371256/document>. Acesso em set. 2023.

HIRCZAK, M.; MOALLA, M.; MOLLARD, A.; PECQUEUR, B.; RAMBONILAZA, M.; VOLLET, D. Le modèle du panier de biens Grille d’analyse et observations de terrain. **Économie Rurale**. 2008. P. 50 -70. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-economie-rurale-2008-6-page-55.htm>. Acesso em ago. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**: Santa Catarina. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em jun. 2024.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Parque Nacional de São Joaquim**. Brasília: ICMBIO, 2022. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br>. Acesso em jun. 2024.

IPEA. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. **Atlas da vulnerabilidade social**. Disponível em: <https://ivs.ipea.gov.br/#/>

JANIN, C.; PERRON, L. **Valorizar os recursos territoriais: chaves para a ação - guia metodológico**. Florianópolis, SC: Epagri, 2020. 147 p. (Epagri, Documentos, 304). Tradução de: Domitila Madureira.

KAPP, Silke. Entrevista na pesquisa sócio-espacial. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** v.22, e202006, 2020. Acesso em ago. 2023.

KRÜGER, M. A. M. **Colonização e imigração no Vale do Itajaí: o caso de Blumenau.** Blumenau: Edifurb, 2000.

LACROIX A.; MOLLARD A.; PECQUEUR, B..Association de Science Régionale de Langue Française. Faculté Des SciencesEconomiques Et Sociales. **La production d'une rente de qualité territoriale e comme stratégie de développement: le cas des Baronnie.** 33. Colloque: Renouveau régional, renouveau urbain, Sep 1997, Lille, France.

LACROIX A.; MOLLARD A.; PECQUEUR, B.. **Politiques de développement local et rente de qualité territoriale des produits alimentaires.** Journées internationales de la recherche pour la gestion des territoires ruraux sensibles, Apr 1998, Clermond-Ferrand, France.

LACROIX A.; MOLLARD A.; PECQUEUR, B..Origine et produits de qualité territoriale: dusignal à l'attribut?.**Revue d'ÉconomieRégionale et Urbaine**, Armand Colin, 2000, p. 683-705.

LINS, Hoyedo Nunes. **Estilização do turismo: ensaio com foco na Serra Catarinense.** II Encontro de Economia Catarinense, Chapecó, SC, 2008. Disponível em: <https://www.apec.org.br/anais/ii-eeec/anais/26-EEC%202008.pdf>. Acesso em abr. 2024.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus. **As tradições gaúchas e sua racionalização na modernidade tardia** [online]. Editora UNESP. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 140 p. ISBN 978-85-7983-088-4. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/cq8kr/pdf/luvizotto-9788579830884.pdf>. Acesso em fev. 2024.

MAIA, Claudio; RANDOLPH, Rainer; BIGATON, Indianara. As múltiplas divisões territoriais da região do Alto Uruguai Catarinense e sua (des) articulação. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, V.14, 2018.

MARQUES, Valesca Menezes; DIAS; Leila Christina. Associações de municípios em Santa Catarina: da gênese à consolidação. **Geosul**, v.18, n.36, 2003. Disponível em: file:///C:/Users/servidor/Downloads/administrador,+02+Leila+Valesca_.pdf. Acesso em dez. 2024.

MARSHALL, Alfred. **Principles of Economics.** London: Macmillan, 1890.

MEDEIROS, M; SABLAYROLLES, P. J. L.; CAZELLA, A. A.. A configuração de Cesta de Bens e Serviços Territoriais como estratégia inovadora de desenvolvimento amazônico. **Redes** (St. Cruz Sul, Online), v.26, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/voner/Downloads/16842-Texto%20do%20Artigo-75741-1-10-20220107.pdf>. Acesso em out. 2023.

MOLLARD A.; PECQUEUR. B.; LACROIX A..**A Meeting between Quality and Territorialism, the Rent Theory Reviewed in the Context of Territorial Development.** International Journal of Sustainable Development (forthcoming), 2000.Disponívelem: <https://ideas.repec.org/a/ids/ijdsusd/v4y2001i4p368-391.html>. Acesso em ago. 2023.

MOLLARD, A..Qualité et développement territorial : une grille d'analysethéorique à partir de la rente. **EconomieRurale**, n°261, 2001, pp.16-34. Disponível em:https://www.persee.fr/doc/ecoru_0013-0559_2001_num_263_1_5240. Acesso em 21 mar. 2024. DOI :<https://doi.org/10.3406/ecoru.2001.5240>.

MOLLARD, A.; PECQUEUR, B.; HANUS, G.; ROYBIN, D.; GELIN, S..**Valoriserlesqualitésspécifiquesdesterritoires:lepanier de biensdesBaronnies**. Boletim Territoires, acteurs et agricultures en Rhône-Alpes – programme de recherches pour et sur le développement régional. 2003.

MOLLARD, A.; RAMBONILAZA, M.; VOLLET, D.. Aménitésenvironnementales et rente territorialesurumarché de servicesdifférenciés: lecasdumarchédessgêtesrurauxlabellisésen France. **Revue d'ÉconomiePolitique**, vol. 116, n°. 2, 2006, p. 251-275.

MUELLER, Charles C. **Os economistas e as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

PAULANI, Leda M., BRAGA, Márcio B. **A nova contabilidade social: uma introdução à macroeconomia**. São Paulo: Saraiva, 2007.

PECQUEUR, B.. Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et services territorialisés. **Économie Rurale**, vol. 261, n° 1, p. 37-49, 2001. Disponível em : https://www.persee.fr/doc/ecoru_0013-0559_2001_num_261_1_5217. Acesso em ago. 2023.

PECQUEUR, B. Le tournant territorial de l'économie globale. **Espaces et Sociétés**,n° 124-125, 2006, p. 17-32. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/229027150_Le_tournant_territorial_de_l%27economie_globale. Acesso em fev. 2024.

PECQUEUR, B. The territorial resource, an opportunity for local development in the South. **Journal of Rural and Community Development**, Montréal, 2022. Disponível em: <https://journals.brandonu.ca/jrcd/article/view/2093>. Acesso em set. 2023.

PECQUEUR, B. **Can the territorial food system provide solutions to the recurring crises of the global food system?** Italian Review of Agricultural Economics, Firenze University Press. (à paraître 2024)

PIGOU, Arthur Cecil. **The Economics of Welfare**. London: Macmillan, 1920.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, I. S.; TURNES, V. A.; CAZELLA, A. A. ; PECQUEUR, B. . Renda de qualidade territorial: da teoria francesa aos estudos brasileiros. **Desenvolvimento em Questão**, V. 22, P. 1, 2024.

RAMOS, I. S.; TURNES, V. A.; CAZELLA, A. A. **Renda de qualidade territorial: Trajetória teórico-histórica francesa e reflexões da aplicação ao Brasil**. Anais do VI SEDRES. Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade. Crato – CE

06 a 08 de dezembro de 2022. Disponível em: <http://www.urca.br/portal2/wp-content/uploads/2023/05/0001-ANAIS-VI-SEDRES-2022-FINALIZADO.pdf>. Acesso em dez. 2023.

RAMOS, I. S.; TURNES, V. A.; CAZELLA, A. A. **Renda de qualidade territorial no extremo oeste catarinense?** abre-se uma agenda de investigação. Anais do IX Workshop Catarinense de Indicação Geográfica & Mostra de Produtos Tradicionais (no prelo). Lages/SC, 2023.

RAMOS, I. S.; HUINKA, M. T.; TURNES, V. A. **Estratégia de desenvolvimento territorial em Santa Catarina:** distribuição espacial de marcas coletivas catarinenses. <https://doi.org/10.54805/RCE.2527-1180.v7.n1.141>, v. 7, p. 35-44, 2024.

RAMOS, I. S.; TURNES, V. A. **Renda de qualidade territorial no Brasil (?)**: elaboração de modelo de análise. In: VII Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade - Florianópolis, 2025. Disponível em: <<https://doity.com.br/anais/viisedres/trabalho/354651>>.

REBOLLAR, P. B. M.; ANDRADE, I. T.; NOGUEIRA, L. F. R.; NORBERTO, V.; COSTA, C. S. F.; LAPA, F. S. **A cesta de bens e serviços territoriais como estratégia de inovação social.** Cadernos de Agroecologia–ISSN2236-7934 Anais do XII Congresso Brasileiro de Agroecologia, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-v.19,n.1,2024.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e de tributação.** 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

ROMBO, M. E. B. **A precipitação de neve como fenômeno climático de interesse geográfico no município de São Joaquim – SC.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Departamento de Geociências, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC, abril de 2002.

ROUX, E.; VOLLET, D.; PECQUEUR, B. **Coordination des acteurs et valorisation des ressources territoriales.** Lescas de l'Aubrac et des Baronnie. **Économie Rurale** [Enligne], 293 | Mai-juin 2006, mis en ligne le 05 juin 2008. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-economie-rurale-2006-3-page-20.htm>. Acesso em ago. 2023.

SANTOS, M. C. A fruticultura de clima temperado como fator de desenvolvimento territorial na Serra Catarinense. **Revista GeoPantanal**, v. 13, n. 24, p. 138–155, 2018.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 1987.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Santa Catarina em números:** macrorregião Serra Catarinense. Florianópolis: Sebrae, 2010.

SOUZA, Leonardo Moura; TECCHIO, Andréia; CHECHI, Letícia Andrea; CAZELLA, Ademir Antônio. A marca territorial Sabor Serrano e a agroindústria familiar de base agroecológica na Serra Catarinense (Brasil). **Agrociencia Uruguay** [Internet]. 2022 [cited 03 03 2025];26(NE3):e949.

TECCHIO, A.; CAPELLESSO, A. J.; DORIGON, C.; CAZELLA, A. A.. Desenvolvimento Territorial no Extremo Oeste de Santa Catarina: a Abordagem da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. **Revista Política e Planejamento Regional**. Rio de Janeiro, vol. 8, nº 1, janeiro a abril de 2021. Disponível em: https://Lemate.paginas.ufsc.br/files/2019/04/Cesta-e-desenvolvimento-territorial_formatado.pdf. Acesso em fev. 2024.

TURNES, V. A.; SCHMIDT, V. D. B. A agroindustrialização nas Encostas da Serra Geral e o papel do Cepagro. In: Wilson Schmidt. (Org.). **Agroecologia sem agricultores?** 1ed. Florianópolis: NEA EDUCAMPO/UFSC, 2016, v. 1, p. 99-121.

TURNES, V.; SAMPAIO, C. A. C.; SAUTIER, D.; GUZZATTI, T. C. **A importância de uma marca coletiva na construção de territórios:** O caso da Associação Acolhida na Colônia/SC/Brasil. *Sociedade e Território*, v. 33, n. 3, p. 136–158, 2022.

TURNES, V., CAZELLA, A. A., PECQUEUR, B., GUZZATTI, T. C. Monitoramento de uma Cesta De Bens e Serviços Territoriais: a construção de um painel de indicadores. **Raízes: Revista De Ciências Sociais e Econômicas**, 42(1), 224–240, 2022.

UDESC. Universidade do Estado de Santa Catarina. Circuito de Cicloturismo Velho Oeste, 2024/2025). Programa de Extensão. Centro de Ensino Superior de Oeste (CEO Udesc), 2024. WIEBBROCK, C. L. S. et al. O processo de regionalização da saúde em Santa Catarina: um estudo de caso da Região de Saúde do Oeste. **Saúde e Sociedade**, v. 26, n. 3, p. 618–630, 2017.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Apêndice A – Para além da tese

Para além da tese, ressalta-se que a partir dos conhecimentos adquiridos ao longo do doutorado em Planeamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental do PPGPLAN, iniciado em agosto de 2021, em diálogo com os projetos que desenvolvo como professora na Udesc, já foi possível:

- Em 2021, 2022, 2023 e 2024: organização e execução das ações ***Integra Velho Oeste*** junto ao programa de Circuito de Cicloturismo do Velho Oeste (projeto para **ativar** os atributos e recursos específicos que estavam adormecidos, ativando o turismo de experiência em 13 municípios na Amerios)

- Em 2022: apresentar o primeiro artigo relacionado à tese, praticamente um ensaio, no VI SEDRES.

- Em 2022: tornar membro do grupo de pesquisa do Lemate/UFSC

- Em 2022: tornar membro do grupo de pesquisa Politeia/UDESC

- Em 2022, 2023 e 2024 auxiliar a organização das três primeiras edições da Escola de Verão e das Águas

- Em 2022: participar de painel para apresentar o tema da RQT na Primeira Escola de Verão (escola virtual)

- Em 2023: sugerir e ver aprovado em torno de 40% da grade do curso de Administração Pública para a Udesc de Caçador, com o tema norteador para a área do desenvolvimento territorial sustentável, complementarmente aos enfoques de outros cursos da Udesc na mesma área.

- Em 2023: fazer imersão em municípios do extremo-oeste catarinense para estudar a CBST com a equipe da Udesc, da Ufsc, e com o professor Bernard Pecqueur.

- Em 2023: publicar o artigo na revista RCE (Qualis B2)

- Em 2023: criar o projeto de extensão intitulado ID Territorial, coordenado por mim, na UDESC.

- Em 2024: Criar o projeto de extensão Laboratório de Desenvolvimento Territorial Sustentável LABDETs, coordenado por mim, na UDESC.

- Em 2024: Apresentar artigo no VII SEDRES

- Em 2024: Publicar artigo na revista Unijui (Qualis A4)

- Em 2025: Aprovar artigo no XXI Enanpur

- Em 2025: Aprovar artigos no XVII Encontro de Economia Catarinense.

Metas para 2025 ainda...

- Em 2025: Transformar o projeto de extensão Laboratório de Desenvolvimento Territorial Sustentável LABDETs, em Programa.

- Em 2025: Realizar mais uma vivência em agosto aos municípios do Oeste com o Lemate/UFSC e com o grupo de pesquisadores da Amazônia.
- Em 2025: Inscrever projeto de pesquisa na Udesc (com parcerias internas e externas) para permanecer na agenda da CBST e RQT.

ATESTADO DE VERSÃO FINAL

Eu, Ivoneti da Silva Ramos, vinculado ao curso de PLANEJAMENTO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL, declaro que esta é a versão final de minha TESE intitulada: **“A IMPORTÂNCIA DOS ATRIBUTOS TERRITORIAIS ESPECÍFICOS NA GERAÇÃO DE RENDA NA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR NA SERRA CATARINENSE”** sob orientação do Professor Dr. Valério Alécio Turnes e coorientação do Professor Dr. Ademir Antonio Cazella.

Florianópolis, 14 de julho de 2025.



Documento assinado digitalmente
IVONETI DA SILVA RAMOS
Data: 15/07/2025 22:12:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura da Estudante

Ivoneti da Silva Ramos



Documento assinado digitalmente
VALERIO ALECIO TURNES
Data: 15/07/2025 09:40:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do professor orientador

Prof. Dr. Valério Alécio Turnes



Documento assinado digitalmente
Ademir Antonio Cazella
Data: 14/07/2025 08:56:38-0300
CPF: ***.510.609-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Assinatura do professor coorientador

Prof. Dr. Ademir Antonio Cazella